PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

PARTE I - CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Cláusula 1.ª|Objeto
Cláusula 2.ª| Disposições que regem o contrato
Cláusula 3.ª| Duração do contrato
Cláusula 4.ª|Data de efeito da transferência de risco e celebração de contratos
Cláusula 5ª| Obrigações principais do prestador de serviços
Cláusula 6ª| Requisitos da prestação de serviços
Cláusula 7ª| Informação, sigilo e confidencialidade de dados pessoais
Cláusula 8ª| Obrigações do Município de Viseu e dos Serviços Municipalizados de Viseu
Cláusula 9ª| Preço base e preço contratual
Cláusula 10ª|Condições de pagamento
Cláusula 11.ª|Penalidades contratuais
Cláusula 12.ª|Força maior
Cláusula 13.ª|Resolução por parte do contraente público
Cláusula 14ª |Gestor do contrato
Cláusula 15.ª|Resolução de litígios – Foro competente
Cláusula 16.ª|Subcontratação e cessão da posição contratual
Cláusula 17ª| Modificações objetivas do contrato
Cláusula 18.ª| Comunicações e notificações
Cláusula 19.ª|Contagem de prazos

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 1.ª|Composição do plano de seguros

Cláusula 2.ª|Caraterísticas e especificidades do plano de seguros

ANEXOS

PARTE I - CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Cláusula 1.ª | Objeto

1 – O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no seguimento do procedimento pré-contratual que tem por objeto a "**Aquisição de Serviço de Seguros**", consubstanciado na subscrição, pelo **Município de Viseu** (doravante MV) e pelos **Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu** (doravante (SMV), de Apólices de Seguro" diretamente a Seguradoras, nos termos e condições definidas no caderno de encargos, seus anexos e legislação em vigor aplicável à atividade seguradora.

2 – O objeto do contrato constitui-se pelas seguintes apólices de seguro, cujo âmbito de garantia ou cobertura de riscos visa prevenir efeitos emergentes da atividade desenvolvida pelo MV e ao SMV e a eles imputável, em matéria de danos corporais e/ou materiais que venham a manifestar-se sobre os seus profissionais, os seus patrimónios, munícipes e população em geral.

3 – As pessoas, capitais e bens seguros previstos nas especificações técnicas integrantes do presente caderno de encargos poderão ser objeto de alteração, para mais, em conformidade com as efetivas necessidades, em cada momento do MV e aos SMV, com o correspondente adicional de prémio, pelos preços unitários constantes da proposta, ou para menos, originando o estorno proporcional que for devido.

Cláusula 2.ª | Disposições que regem o contrato

1 – O Contrato rege-se:

a) Pelas cláusulas dele constantes;

b) Pelo estabelecido nos documentos que dele fazem parte integrante, nos termos do nº 2;

c) Pelo disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. 18/20018, de 29 de janeiro, na sua atual redação, demais legislação aplicável à contratação pública e pelo Regime Jurídico do Contrato de Seguro (Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, na sua atual redação)

2 – O contrato integra os seguintes elementos:

a) O clausulado contratual e anexos;
b) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que estes erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
d) O presente Caderno de Encargos;
e) A proposta adjudicada;
f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os vários elementos que integram o Contrato, a prevalência obedece à ordem por que vêm enunciados no número anterior.

Cláusula 3.ª | Duração ou vigência do contrato

1 – O contrato inicia a sua vigência, previsivelmente, no dia 01 de janeiro de 2022, salvo se não estiverem reunidas condições de eficácia de contrato, nos termos do artigo 287º do CCP.
2 – A cessação do contrato não prejudica a eventual manutenção em vigor de apólices cujo termo se projete para além daquela data, nomeadamente as apólices relativas a beneficiários de medidas de proteção ao emprego, originariamente, emitidas por período único.
3 – Independentemente da data de cessação do contrato, este considerar-se-á em vigor até à conclusão da prestação da globalidade dos serviços até então solicitados, em conformidade com os respetivos termos e condições previstos na Parte II – Especificações Técnicas, o que não prejudica o cumprimento pelo adjudicatário das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, designadamente, o encerramento de processos que se encontrem pendentes.

Cláusula 4.ª |Data de efeito da transferência de risco

A transferência do risco ocorrerá na data indicada no n.º 1 da cláusula terceira, salvo se não estiverem reunidas as respetivas condições de eficácia.

Cláusula 5ª | Obrigações principais do prestador de serviços

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

a) Assegurar a emissão das apólices de seguro e prestar o serviço de seguros em conformidade com as especificações técnicas constantes dos documentos anexos que fazem parte integrante deste Caderno de Encargos;
b) A manutenção da validade de todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da atividade seguradora;
c) A obrigação de proceder às averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento dos sinistros, em especial quando tais ações sejam solicitadas pelo MV ou pelo SMV e à liquidação dos danos;
d) O pagamento de quaisquer encargos relativos à execução do contrato, nomeadamente às referentes ao cumprimento das obrigações previstas na alínea anterior e demais despesas, que

nos termos do presente caderno de encargos, não sejam da responsabilidade do MV ou dos SMV;

e) Designar um gestor do contrato, por forma a garantir uma interligação eficaz com o gestor designado no contrato pelo MV e pelo SMV e com o seu corretor, bem como comunicar quaisquer alterações relativamente à sua designação;

f) Não proceder a qualquer alteração das taxas das apólices ou outras condições particulares ou especiais no decurso da execução do contrato, exceto se essas alterações resultarem de disposição legal, de norma da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com a prévia notificação ao MV e/ou ao SMV, respetivamente;

g) Comunicar ao MV e ao SMV, com antecedência mínima de 30 dias, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços definida neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;

h) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;

i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

j) Suportar as despesas decorrentes da regularização de sinistros;

k) Proceder ao envio de avisos de crédito, de débito ou de estorno com vista à regularização de pagamentos efetuados pela Entidade Adjudicante por motivo de erros ou quaisquer alterações que tenham influência sobre as apólices, após notificação da Entidade Adjudicante.

2 – As alterações que ocorram com fundamento na alínea f) do número anterior produzem efeitos na data que for fixada por disposição legal ou determinação da entidade de supervisão e deverão ser obrigatoriamente comunicadas à entidade adjudicante, com a antecedência mínima de 30 dias, por correio registado com aviso de receção, sob pena de ineficácia.

3 – O Município de Viseu e os Serviços Municipalizados de Viseu reservam-se o direito de, nos termos o nº 1, do artigo 48º, da Lei 7/2019, de 16 de janeiro, designar corretor de seguros que intervirá na mediação e gestão dos seguros adjudicados, constituindo, neste caso, obrigação do prestador de serviços:

a) Aceitar a intervenção do corretor de seguros em todas as matérias relacionadas com a gestão das apólices, sinistros, cobranças de prémios e na monitorização e execução do contrato;

b) Facultar atempadamente ao gestor do contrato e ao corretor todos os elementos, informações e esclarecimentos necessários ao bom desempenho da sua atividade e à gestão eficiente dos contratos de seguro adjudicados, incluindo sinistros;

c) Assegurar a remuneração do corretor, conforme previsto na Lei 7/2019, de 16 de janeiro, na sua atual redação, sem que este facto implique qualquer alteração ao valor da proposta adjudicada.

4– A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª| Alterações ao contrato e revisão ou atualização de preço

1 – Reveste a natureza de revisão ou atualização de preço as alterações devidas por alteração legal ou regulamentar de capitais seguros, designadamente, os que se encontrem indexados ao índice de preços ao consumidor (IPC) ou à remuneração mínima mensal garantida (RMMG) ou ao indexante dos apoios sociais (IAS).

2 – A taxa de referência para atualização de prémio prevista no número anterior é, consoante o caso, a taxa de referência aplicada na atualização dos capitais de coberturas garantidos.

3 – O adjudicatário deve prestar de forma clara, por escrito, todos os esclarecimentos exigíveis das condições de cada contrato, demonstrando, designadamente, todos os cálculos em que se fundamenta a revisão ou atualização, para os efeitos previstos nos nºs 1 e 2, carecendo sempre de prévia aprovação do MV e dos SMV.

4 - O âmbito e natureza das alterações previstas no número 3, da cláusula 1ª, encontram-se delimitadas na especificação técnica relativa a cada uma das apólices de seguro

5 – Sempre que das alterações referidas no nº anterior resulte adicional de prémio, essas estão limitadas a um valor global cumulado inferior a 214.000,00 € e cumulativamente a 10% do preço contratual inicial, nos termos conjugados da alínea a), do nº 3 e o nº 5 do artigo 313º, do CCP.

6 – São objeto de publicitação no portal dos contratos públicos, nos termos previstos do artigo 315º do CCP, as alterações ou modificações ao contrato.

7 – A publicitação referida no nº anterior constitui condição de eficácia, nomeadamente para efeitos de pagamento.

Cláusula 7.ª| Informação e sigilo

1 – O cocontratante deve prestar ao MV e aos SMV, ou ao seu Corretor, todas as informações que lhe sejam solicitadas e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o MV e os SMV satisfazer os pedidos de informação formulados pelo cocontratante e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.

2 – O cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações que obtenha no âmbito do contrato e a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à sua execução.

Cláusula 8ª| Obrigações do Município de Viseu e dos Serviços Municipalizados de Viseu

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações principais do MV e dos SMV:

a) Pagar ao segurador, diretamente, ou por intermédio do corretor, os prémios devidos pela contratação das apólices de seguro;

b) Fornecer ao segurador, diretamente ou por intermédio do corretor, a informação relevante e necessária à vida das apólices de seguro contratadas, incluindo sinistros, sem prejuízo das obrigações assumidas nos termos das cláusulas 5ª e 6ª

Cláusula 9ª| Preço base e preço contratual

1 – Pelo cumprimento de todas as obrigações emergentes do Contrato, o MV e os SMV devem pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, que lhes respeite, isento de IVA, em virtude de este não ser legalmente devido.

2 – O preço referido no número anterior **não pode, em qualquer caso, ser superior Euros 415.550,00, que corresponde aos seguintes preços base parciais anuais por lote/apólice** fixados nos termos do nº 1 do artigo 47º do CCP:

MUNICÍPIO DE VISEU	**PREÇO BASE**
Lote I:	200.000,00 €
Lote II:	4.300,00 €
Lote III:	1.250,00 €
Preço base total Município	**205.550,00 €**
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE VISEU	**PREÇO BASE**
Lote IV:	210.000,00 €
Preço base total Serviços Municipalizados	**227.300,00 €**
TOTAL	**415.550,00 €**

3 – Nos termos do nº 3 do artigo 47º do CCP, o preço base foi fixado tendo em consideração o histórico de aquisições similares com efetivação de atualizações devida por alterações positivas de pessoas seguras e de capitais seguros.

4 – O preço referido no nº 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao MV ou aos SMV, respetivamente.

Cláusula 10ª|Condições de pagamento

1 – As quantias devidas, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo MV/SMV das respetivas faturas, que serão emitidas de acordo com o previsto no Regime Jurídico do Contrato de Seguro.

2 – Em caso de discordância por parte do MV/SMV, quanto aos valores indicados nas faturas, devem estes comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, os pagamentos serão efetuados preferencialmente por transferência bancária.

4 – Sem prejuízo do disposto no artigo 299º- B, do CCP, as faturas são enviadas pelo adjudicatário para o MV/SMV, com a indicação expressa do respetivo número de compromisso.

Cláusula 11.ª | Penalidades contratuais

1 – Sem prejuízo do direito à resolução e do legalmente previsto, o incumprimento do contrato legitima o MV/SMV a adquirir os serviços em falta no mercado, ficando a diferença para mais se houver, a cargo do adjudicatário.

2 – As importâncias resultantes da aplicação da penalidade prevista no número anterior serão descontadas nas faturas a liquidar.

Cláusula 12.ª | Força maior

1 – A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas penalidades ao prestador de serviços.

2 – Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

3 – Desde que verificados os requisitos do número anterior, poderão constituir casos de força maior, entre outros, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais e ou administrativas injuntivas.

4 – Não constituirão casos de força maior as circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

a) As determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo prestador de serviços, de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
b) As manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo prestador de serviços;
c) Os incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência deste ou ao incumprimento de normas de segurança;
d) As avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços, não resultantes de sabotagem;
e) Os eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.

6 – A força maior determinará a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.ª|Resolução por parte do contraente público

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o MV/SMV poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:

a) Se não forem cumpridas as especificações técnicas estabelecidas neste caderno de encargos;
b) Quando houver recusa no pagamento das penalidades;

2 – O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo MV/SMV.

3 – A resolução do contrato não invalida ao direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte do MV/SMV com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com o incumprimento do contrato.

Cláusula 14.ª| Gestor do Contrato

1 – Em cumprimento do disposto no artigo 290º-A do CCP, o MV e os SMV designarão, previamente à respetiva outorga, o(s) gestor(es) do contrato que terão por função o acompanhamento permanente da

sua respetiva execução. Caso no momento da sua designação lhe sejam delegadas competências, constarão as mesmas do texto do contrato ou serão notificadas ao prestador.

2 – No desempenho das suas funções o gestor designado contará com o apoio técnico especializado de corretor de seguros.

3 - O MV e os SMV poderão substituir, a qualquer momento, o gestor do contrato, tornando-se essa substituição válida e eficaz por mera comunicação ao adjudicatário.

Cláusula 15.ª | Resolução de litígios – Foro competente

Para resolução de todos litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16.ª | Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos, observada a não ocorrência de quaisquer dos limites previstos no artigo 317º do referido código.

Cláusula 17.ª | Modificações objetivas ao contrato

Quaisquer alterações a introduzir no contrato no decurso da sua execução estão sujeitas às regras definidas no presente caderno de encargos e às previstas no CCP.

Cláusula 18.ª | Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto a notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19ª | Contagem de prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo aos sábados, domingos e dias feriados.

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 1.ª | Composição do plano de seguros

O plano de seguros é objeto do contrato é o seguinte:

Município de Viseu
Lote I: Seguro Acidentes de Trabalho - Bombeiros Sapadores Seguro Automóvel – Frota Seguro Multirriscos - Edifício Seguro Obras de Arte Seguro Máquinas de Casco Responsabilidade Civil - Autarquia Acidentes Pessoais Autarcas - Eleitos Locais Bombeiros Utentes de Instalações Desportivas Atividades Desportivas, Culturais, Recreativas Voluntários e CPCJ CEI´S - IEFP
Lote II: Seguro de Responsabilidade Civil Aéreo Drone
Lote III: Seguro de Responsabilidade Civil Transporte de Doentes Seguro de Responsabilidade Civil Estádio Municipal do Fontelo
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE VISEU
Lote IV: I. Seguro Acidentes de Trabalho II. Seguro de Responsabilidade Civil III. Seguro de Frota Automóvel IV. Seguro de Multirriscos V. Seguro de Máquinas Casco VI. Seguro de Responsabilidade Ambiental

Cláusula 2.ª | Caraterísticas e especificidades do plano de seguros

As características, especificações e condições de execução de cada uma das apólices a contratar, encontra-se descrita no documento – Caderno de Encargos- Parte II – Especificações técnicas e respetivos anexos, de que fazem parte integrante.

Parte I - Município de Viseu

LOTE I

1. SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO - (Bombeiros Sapadores)

1. OBJETO DO SEGURO

1.1 A responsabilidade do tomador do seguro pelos encargos provenientes de acidentes em serviço do pessoal afeto à entidade adjudicante, independentemente do seu vínculo contratual, nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 novembro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de março, pela Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei 33/2018, de 15 de maio, o Código do Procedimento Administrativo, demais legislação em vigor e de acordo com as condições gerais da apólice uniforme de Acidentes de Trabalho, devidamente adaptada aos trabalhadores da Administração Pública.

2. ÂMBITO DO SEGURO

2.1 Ficam abrangidos por este contrato todos os trabalhadores, contratados por tempo indeterminado ou a termo ao serviço do município, inscritos no Regime de Proteção Social Convergente (RPSC - Caixa Geral de Aposentações) e no Regime Geral de Segurança Social (RGSS), e, ainda, os membros do gabinete de apoio à presidência e do gabinete de apoio à vereação.

2.2 O local de trabalho a segurar é todo o lugar em que o trabalhador se encontra ou deva dirigir-se em virtude do seu trabalho e em que esteja direta ou indiretamente, sujeito ao controlo do tomador do seguro;

2.3 O tempo de trabalho engloba todos os acidentes que possam ocorrer no local de trabalho e durante o período de laboração, o que preceder o seu início, em atos de preparação ou com ele relacionados, e o que se lhe seguir, em atos também com ele relacionados, e as interrupções normais ou forçosas de trabalho, e ainda no percurso de e para o local de trabalho;

2.4 Em conformidade com o n.º 3 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 503/99, 20 de novembro, a entidade adjudicante transfere a responsabilidade por acidentes em serviço prevista naquele diploma para o adjudicatário;

2.5 Para o efeito, o tomador do seguro obriga-se a remeter ao adjudicatário, até ao dia 15 de cada mês, a relação de proventos salariais do mês anterior.

2.6 O seguro será celebrado na modalidade de prémio variável; (Folha de Férias);

2.7 O pagamento do prémio será fracionado trimestralmente, com indicação das datas de vencimento e respetivos valores, devendo ser enviado ao tomador do seguro um aviso de pagamento com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

2.8 No final de cada ano civil será sempre efetuado o acerto relativo ao montante do prémio variável.

3. COBERTURAS E GARANTIAS

3.1 Ficam cobertos os acidentes em serviço que ocorram em Portugal e automaticamente os riscos de deslocação e de exercício da atividade profissional ao e no estrangeiro, incluindo ações de formação profissional, por períodos até 30 dias, sem qualquer agravamento tarifário;

3.2 Para efeitos da alínea anterior, o tomador do seguro obriga-se a comunicar, previamente, ao adjudicatário as deslocações a efetuar ao estrangeiro;

3.3 Em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas à assistência médica, medicamentosa ou hospitalar, bem como os encargos referentes a transportes ou repatriamento ficarão a cargo do adjudicatário;

3.4 O seguro garante a cobertura dos trabalhadores, face aos riscos de Acidentes em serviço, os respetivos salários e subsídio de férias e de natal e outras prestações com caráter de regularidade;

3.5 As indemnizações por incapacidade temporária, parcial ou absoluta, são definidas em função do salário ilíquido, englobando as remunerações, de caráter permanente ou acessório incluídas na massa salarial segura, nos termos legalmente previstos e que se traduz numa indemnização correspondente ao salário líquido auferido pelo colaborador;

3.6 Será liquidado ao Tomador de Seguro o capital correspondente aos subsídios previstos nos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua atual redação, bem como, no tocante às pensões referidas no ponto anterior, o valor correspondente à provisão matemática constituída de acordo com os coeficientes previstos na Portaria 11/2000, de 13 de janeiro e com o grau de incapacidade permanente fixado, no prazo de 90 dias, contados da data da notificação para o efeito, à Seguradora.

3.7 Os trabalhadores têm direito à reparação, em espécie e em dinheiro, dos danos resultantes de acidentes em serviço, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 69-A/2009, de 24 de março;

3.8 Confere direito à reparação a lesão resultante de um acidente de trabalho e que seja consequência de tal tratamento;

3.9 O direito à reparação em espécie, consagrado no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua redação atual, deverá contemplar todos os aspetos exigidos na legislação em vigor, nomeadamente:

3.9.1 Prestações de natureza médica, cirúrgica, de enfermagem, hospitalar, medicamentosa e quaisquer outras, incluindo tratamentos termais, fisioterapia e o fornecimento de próteses e ortóteses, seja qual for a sua forma, desde que necessárias e adequadas ao diagnóstico ou ao restabelecimento do estado de saúde físico ou mental e da capacidade de trabalho ou de ganho do sinistrado e à sua recuperação para a vida ativa, referindo ainda:

3.9.2 O direito aos aparelhos de próteses e ortóteses abrange os destinados à correção ou compensação visual, auditiva ou ortopédica, bem como a prótese dentária e, ainda, a estética, se justificada;

3.9.3 A aquisição, renovação ou substituição dos aparelhos referidos anteriormente carecem de prescrição médica fundamentada;

3.9.4 Quando do acidente resultar a inutilização ou a danificação de próteses ou ortóteses de que o trabalhador já era portador, este tem direito à respetiva reparação ou substituição;

3.9.5 Quando o sinistrado optar por assistência médica particular, tem direito ao pagamento da importância que seria despendida em estabelecimento do serviço clínico do segurador responsável, devendo, para efeitos de reembolso, apresentar os documentos justificativos de todas as despesas efetuadas com o tratamento das lesões, doença ou perturbação funcional resultantes do acidente.

3.9.6 Pagamento de transporte e estada para observação, tratamento e comparência a juntas médicas ou a atos judiciais, ou seja:

3.9.6.1 No caso de deslocação da residência ou do local onde o trabalhador se encontre com vista a assistência médica, observação, tratamento, comparência a juntas médicas ou a atos judiciais que implique estada, este tem direito ao pagamento da correspondente despesa, até ao limite do valor previsto para as ajudas de custo dos trabalhadores com a posição remuneratória superior ao nível remuneratório 18 da escala salarial do regime geral, salvo se a sua condição de saúde, medicamente fundamentada, justificar despesas de montante mais elevada;

3.9.6.2 Quando o médico assistente ou a junta médica declarar que o estado de saúde do trabalhador o exige, há lugar ao pagamento das despesas de um acompanhante, nas mesmas condições das estabelecidas para o trabalhador.

3.10 O direito à reparação em dinheiro compreende:

3.10.1 Remuneração, no período das faltas ao serviço motivadas por acidente de trabalho;

3.10.2 Indemnização em capital ou pensão vitalícia correspondente à redução na capacidade de trabalho ou de ganho, no caso de incapacidade permanente, nos termos definidos pela C.G.A.

3.10.3 Pagamento mediante validação médica do subsídio por assistência de terceira pessoa, resultante de acidente que não permita ao trabalhador praticar com autonomia os atos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da vida quotidiana sem assistência permanente de outra pessoa:

3.10.3.1 Consideram-se necessidades básicas os atos relativos à alimentação, locomoção e cuidados de higiene pessoal;

3.10.3.2 O familiar do dependente ou quem com ele coabite, que lhe preste assistência permanente, é considerado terceira pessoa;

3.10.3.3 O montante mensal do subsídio corresponde ao valor da remuneração paga a quem preste a assistência, com o limite da remuneração mínima mensal garantida para os trabalhadores do serviço doméstico.

3.10.3.4 Subsídio para readaptação de habitação;

3.10.3.5 Subsídio por situações de elevada incapacidade permanente;

3.10.3.6 Despesas de funeral e subsídio por morte;

3.10.3.7 Incapacidade temporária;

3.10.3.8 Incapacidade permanente parcial e absoluta;

4. PREVISÃO SALARIAL ANUAL

4.1 O montante do capital seguro é, na anuidade de 2022, composto pelo salário ilíquido sem encargos, mais todas as prestações que revistam carácter de regularidade (p. ex. subsídio de férias, natal, turno, alimentação), de todos os trabalhadores.

Previsão Salarial Anual
1.100.000,00 €

5. PAGAMENTO DE INCAPACIDADES TEMPORÁRIAS E DESPESAS MÉDICAS:

5.1 Todas as indemnizações processadas ao abrigo da garantia de Incapacidade Temporária, são pagas diretamente a cada Tomador de seguro, figurando este como entidade recebedora, uma vez que os tomadores asseguram sempre o pagamento do salário por inteiro, mesmo quando os funcionários se encontram temporariamente incapacitados de atenderem ao seu trabalho.

5.2 As despesas médicas ou outras despesas eventualmente suportadas pelo sinistrado deverão ser enviadas e liquidadas diretamente aos respetivos lesados no prazo máximo de 30 dias seguidos após a receção dos documentos.

6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

6.1 A assistência aos sinistrados no âmbito deste contrato deve ser prestada diretamente pela seguradora, através de clínicas/consultórios, no concelho de Viseu ou nos concelhos limítrofes e nos serviços hospitalares da seguradora, bem como o fornecimento de medicamentos ou outros alvos de prescrições médicas, sem encargos para o sinistrado, em farmácias do concelho ou concelhos limítrofes.

6.2 A atual apólice, de Acidentes de Trabalho, está colocada na GENERALI e têm o seguinte nº 0005379077.

7. FORMA DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento.

2. SEGURO FROTA AUTOMÓVEL

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1 Pretende-se um seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, previsto no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, para a frota automóvel da entidade adjudicante, com base num prémio total por veículo e durante todo o período de vigência do contrato de seguro.

1.2 A frota automóvel da entidade adjudicante é composta pelos veículos propriedade da mesma, bem como viaturas cedidas por protocolo a esta, cuja responsabilidade pelo seguro lhe tenha sido transmitida.

1.3 O seguro obriga a reparação dos danos corporais ou materiais causados a terceiros, em que a morte integra o conceito de dano corporal.

1.4 Quando o acidente for simultaneamente de viação e de trabalho, aplicar-se-ão as disposições do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, tendo em atenção as constantes da legislação especial de acidentes de trabalho.

1.5 O disposto no parágrafo anterior é aplicável, com as devidas adaptações, quando o acidente possa qualificar-se como acidente em serviço, nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro.

1.6 Sempre que ocorrer o abate ou a cedência de viaturas, a entidade adjudicante tem direito ao estorno do prémio por cessação antecipada.

1.7 Na situação mencionada no ponto anterior, a entidade adjudicante terá de comunicar por escrito, ao adjudicatário, com uma antecedência mínima de 8 dias, deixando de ser da sua responsabilidade o seguro dos respetivos veículos.

1.8 Sempre que haja lugar à substituição de um veículo ou máquina do Município, ou ainda à aquisição de um novo, a entidade adjudicante comunicará ao adjudicatário, por escrito, os elementos e caraterísticas do mesmo, assim como as coberturas pretendidas, por forma a promover a emissão do seguro respetivo, num prazo máximo de 48 horas.

2. CAPITAIS E COBERTURAS

2.1 Os veículos a segurar estão identificados no Anexo 1 com as respetivas características, coberturas pretendidas e capitais a garantir.

2.2 Cobertura Garantidas:

⇒Responsabilidade civil;

⇒Assistência em viagem: abrange a assistência, em caso de avaria ou acidente, e o transporte do veículo, ocupantes e bagagens;

⇒Proteção Jurídica: garante assistência jurídica, para defender ou fazer valer os seus direitos, em processos judiciais empreendidos por si ou contra si, em consequência de acidente de viação;

⇒Quebra Isolada de Vidros (ligeiros: limite até 1.000,00€ e pesados: até 3.000,00€) garante os danos, causados, por causa não compreendida, em virtude de quebra isolada dos vidros, SEM FRANQUIAS.

⇒Acidentes Pessoais (todos os ocupantes), em consequência de acidente de viação com o veículo seguro, ficarão garantidas as seguintes indemnizações:

Cobertura	Capital
Morte ou Invalidez Permanente	Até 15.000,00 €
Despesas de tratamento/Repatriamento	Até 1.500,00 €
Despesas de Funeral	Até 1.500,00 €

2.3 Coberturas - Danos Próprios:

⇒ Choque, Colisão e Capotamento: garante os danos sofridos, pelo veículo seguro, em consequência de embate contra corpo fixo (choque), em movimento (colisão), ou quando o veículo perca a sua posição normal e não resulte de choque ou colisão (capotamento);

⇒ Incêndio, Raio e Explosão: garante os danos no veículo, em consequência de incêndio casual, queda de raio ou explosão, quer o veículo se encontre em marcha ou parado, recolhido em garagem ou em qualquer outro local;

⇒ Furto ou Roubo: inclui os danos derivados do desaparecimento, destruição ou deterioração do veículo, por motivo de furto ou roubo;

⇒ Fenómenos da Natureza: garante os danos no veículo, em consequência de tufões, ciclones, tornados, erupções vulcânicas, trombas de água, chuvas torrenciais, enxurradas, aluimento de terras, tremores de terra, queda isolada de árvores, etc.;

⇒ Atos de vandalismo: garante os danos no veículo, causados por atos de vandalismo, incluindo a destruição total ou parcial do veículo;

⇒ Privação de Uso: Valor diário de 50€, expeto na viatura 10-UX-97 que são 100€. A cobertura está limitada a 30 dias.

⇒ Veículo de substituição por acidente ou avaria, até 30 dias, o qual não poderá ter categoria/gama inferior à viatura segura. Considera-se como franquia apenas o dia do acidente ou avaria.

3. REGULARIZAÇÃO DE SINISTROS

3.1 Para a regularização dos sinistros aplicar-se-á as regras e os procedimentos dispostos no Capítulo III do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, na sua redação atual:

3.1.1 Aquando da celebração de um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel, a empresa de seguros deve prestar informação relevante relativamente aos procedimentos que adota em caso de sinistro.

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1 A proposta a apresentar deve indicar os prémios totais por viatura.

4.2 O adjudicatário deverá garantir o correto cancelamento das apólices a descontinuar, para que não existam duplicação de coberturas e respetivos custos, ou falta de cobertura por anulação das apólices existentes antes da entrada em vigor do novo Plano de Seguros;

4.3 Cada reboque deverá ter um seguro próprio de Responsabilidade Civil, ficando assim derrogada a exclusão de serviço de reboque para todas as viaturas da frota, sem existir a necessidade de identificar as viaturas que efetuam serviço de reboque.

4.4 Para os veículos que beneficiam da cobertura de danos próprios, os extras neles incorporados ficam automaticamente seguros, sem necessidade de serem discriminados e valorizados, desde que a totalidade do capital seguro da viatura inclua o valor de tais extras e o valor do todo, veículo e extras, corresponda à regra do Valor Seguro definida nas Condições Gerais.

4.5 Para a cobertura de "Assistência em viagem", o adjudicatário compromete-se a incluir o reboque de todas as viaturas, incluindo as pesadas de passageiros, sem qualquer encargo adicional ou franquia, bem como, sem restrição de área (km 0). Da mesma forma, suportará as despesas de transporte de todos os ocupantes até ao domicílio do subscritor ou até ao seu local de destino inicialmente previsto, desde que estes últimos gastos não sejam superiores aos primeiros. Quando o veículo seguro, imobilizado por acidente ou avaria, não for reparável ou substituído no mesmo dia, o serviço de "Assistência em viagem" suportará, até aos limites fixados, os custos de alojamento das pessoas seguras, desde que não inicialmente previstos, pelo período em que estejam a aguardar a reparação ou substituição do mesmo.

4.6 Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não se aplica qualquer período de carência na cobertura de assistência em viagem;

4.7 As garantias do seguro mantêm-se estando as viaturas ao ar livre.

4.8 Emissão de cartas verdes anuais.

5. **FORMA DE PAGAMENTO**

5.1 O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento.

3. SEGURO DE MULTIRRISCOS

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Pretende-se um seguro para os bens, tanto móveis como imóveis, incluindo benfeitorias ou sobre os quais exista interesse em segurar, nomeadamente como usufrutuário ou locatário, que façam parte integrante do património imobiliário e mobiliário do Município.

1.2. Ficam incluídos na definição acima e de acordo com a relação dos **Anexos 2 e 3**:

a) Todos os bens, desde que se trate de utensílios, máquinas, material de exposição e equipamento fixo ou móvel/portátil em deslocação, em qualquer local;

b) Os bens de terceiros sob custódia, cuidado ou controle da entidade adjudicante, incluindo objetos e/ou bens de carácter artístico para exposição.

c) Todo e qualquer local onde o tomador do seguro possua instalações ou interesses, e ainda, os locais que possam vir a ser incluídos.

2. CONDIÇÕES ESPECIAIS

2.1. Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica o segurador obrigado a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e / ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

2.2. Pela alteração que for necessária nas Condições Gerais da apólice, fica expressamente estabelecido que se, no momento, em que ocorre um sinistro existir excesso de capital seguro em quaisquer bens seguros, o dito excesso aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros. Admitida a compensação na forma indicada, proceder-se-á ao normal pagamento do sinistro de acordo com o estabelecido nas Condições Gerais da apólice.

3. RISCOS COBERTOS:

a) Incêndio, queda de raio e/ou explosão;

b) Tempestades;

c) Inundações;

d) Danos por água;

e) Danos em muros, vedações e portões;
f) Aluimentos de terras;
g) Queda de aeronaves;
h) Choque ou impacto de veículos terrestres;
i) Atos de vandalismo, maliciosos ou de sabotagem;
j) Greves, tumultos, alterações da ordem pública;
k) Danos causados por fumo;
l) Limpeza, demolição e remoção de escombros;
m) Desenhos, documentos e livros;
n) Danos em bens do senhorio;
o) Riscos elétricos;
p) Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte para todo o mundo;
q) Avaria de máquinas;
r) Derrames acidentais;
s) Privação temporária do local ocupado ou arrendado, quer estes sejam de função habitacional ou profissional;
t) Honorários de peritos;
u) Perda de rendas;
v) Quebra ou queda acidental de bens;
w) Quebra ou queda acidental de vidros, painéis e antenas;
x) Bens de terceiros confiados ao Município;
y) Furto e/ou roubo
z) Furto e/ou roubo de dinheiro em cofre, caixa e transporte;
aa) Danos aos imóveis causados por furto ou roubo;
bb) Danos estéticos;
cc) Danos em transporte terrestre de bens;
dd) Danos em parques, jardins e áreas de conservação da natureza, incluindo o respetivo equipamento; edificações, mobiliário e plantas;
ee) Pesquisa e reparação de avarias;
ff) Infidelidade de trabalhadores;
gg) Responsabilidade Civil;
hh) Bens ao Ar Livre;

4. CAPITAL A SEGURAR

Fica expressamente acordado que o limite máximo de indemnização da apólice, por ano e por sinistro, é de:

⇒ **90.105.000,00 €**

Estão expressamente acordados os seguintes limites de indemnização, por sinistro e anuidade, ocorrido ao abrigo de cada um dos seguintes riscos:

Danos causados por fumo	30.000,00 €
Limpeza, demolição e remoção de escombros	250.000,00 €
Desenhos e documentos	30.000,00 €
Danos em bens do senhorio	30.000,00 €
Riscos elétricos 1º risco	200.000,00 €
Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte	500.000,00 €
Avaria de máquinas	200.000,00 €
Derrame acidental	35.000,00 €
Privação temporária do local ocupado ou arrendado	30.000,00 €
Honorários de peritos	30.000,00 €
Perda de rendas	25.000,00 €
Quebra ou queda acidental de bens	30.000,00 €
Quebra ou queda acidental de vidros, painéis e antenas	30.000,00 €
Bens de terceiros	25.000,00 €
Danos causados ao imóvel, por furto ou Roubo	300.000,00 €
Furto e/ou roubo de dinheiro em cofre, caixa ou em transporte	12.500,00 €
Danos em transporte terrestre de bens	30.000,00 €
Danos em jardins	30.000,00 €
Pesquisa e reparação de avarias	2,5% capital seguro por local de risco
Infidelidade de empregados	7.500,00 €
Bens ao Ar Livre	75.000,00 €
Responsabilidade Civil	250.000,00 €
Danos Estéticos	30.000,00 €
Danos em bens de empregados	5.000,00 €

5. FRANQUIA

5.1. O presente seguro fica sujeito a uma franquia fixa de 10% no mínimo de 250,00 € do valor dos prejuízos indemnizáveis.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento.

7. CONDIÇÕES ESPECIAIS

- **DERROGAÇÃO DA REGRA PROPORCIONAL**

  Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice, fica acordado que o Segurador prescinde da aplicação da regra proporcional, até à diferença máxima de 10,00% entre o capital seguro dos edifícios e conteúdos e o respetivo valor de reconstrução e substituição.

- **ATUALIZAÇÃO DE CAPITAIS**

  O segurador atualizará anualmente os capitais seguros em 2%, caso outra atualização não seja informada pelo Segurado.

- **INDEMNIZAÇÃO NA BASE DO VALOR DE SUBSTITUIÇÃO EM NOVO**

  Fica acordado que em caso de sinistro com os bens seguros por esta Apólice, a base sobre a qual se calculará a quantia indemnizável, será o valor em novo, no dia imediatamente anterior ao sinistro, de bens da mesma qualidade ou tipo, mas não superiores ou de maior amplitude do que os bens seguros quando novos.

- **ADIANTAMENTO POR CONTA DE SINISTROS**

  Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica o segurador obrigado a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e / ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

- **BENS DE TERCEIROS**

  O presente seguro inclui bens propriedade de terceiros, desde que, ou na medida em que, esses bens não se encontrem seguros pelos proprietários ou qualquer outra pessoa, sendo neste caso a responsabilidade do segurador limitada à quantia a pagar pelo segurado com o fim de compensar o respetivo proprietário pelos danos ou estragos sofridos pelos referidos bens.

- **RISCOS ELÉTRICOS**

  Nos termos desta cláusula, este contrato cobre também os danos ou prejuízos causados a quaisquer máquinas elétricas, transformadores, aparelhos e instalações elétricas e/ou eletrónicas e aos seus acessórios, nomeadamente por sobre tensão e sobreintensidade, incluindo os produzidos pela eletricidade atmosférica, curto-circuito, mesmo quando não resulte incêndio. Ficam derrogadas quaisquer limitações de potência imposta pelas Condições Gerais e/ou Especiais, às máquinas e/ou equipamentos afetados pelo risco em causa.

- **EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS**

  Relativamente à realização de Exposições Temporárias da responsabilidade do Segurado, quer seja nas suas instalações ou nas de terceiros, aplicam-se os seguintes termos de cobertura:

  - Fica expressamente acordado que o objeto seguro é constituído por objetos do Município, ou de terceiros, neste último caso, quando temporariamente confiados ou entregues ao seu cuidado, controle, custódia ou consignação.
  - A apólice cobre quaisquer danos provenientes de causa externa aos objetos seguros, excluindo-se apenas os danos resultantes de causa interna, nomeadamente o vício próprio. Esta cobertura é extensiva ao transporte terrestre dos bens seguros, em território nacional, incluindo cargas e descarga.
  - O Segurado facultará ao Segurador, apenas em caso de sinistro, relação das obras/bens objeto da exposição, onde deverá vir indicado o respetivo valor unitário.
  - O capital seguro em caso de sinistro corresponderá ao valor indicado na referida relação, sendo que o limite máximo de responsabilidade do segurador é de 75.000,00 euros/ano/sinistro, em 1.º risco.

- **COLEÇÕES, PARES OU SÉRIES DE OBJETOS**

  Se se perder ou danificar qualquer objeto que tenha um valor acrescido, por fazer parte de um par ou conjunto, qualquer pagamento que o segurador efetue terá em conta esse valor acrescido. O Segurado decide se o segurador paga a totalidade do valor do par ou conjunto. O máximo que o segurador pagará será o valor do par ou conjunto.

  Em caso de sinistro causado por um risco coberto o segurador poderá liquidar as despesas de restauro e/ou reparação, exceto se a desvalorização por parte da qualidade atribuível à mercadoria segura for reconhecida. Caso em que se aplicarão as disposições a seguir mencionadas:

  - Em caso de se verificar a impossibilidade ou desvantagem económica do restauro e/ou reparação, o segurador obriga-se a indemnizar o segurado, tendo em conta o valor de mercado dos objetos sinistrados.
  - Em caso de divergência quanto à atribuição daquele valor, o segurador e o segurado nomearão, cada um, um perito avaliador que concluirá pelo valor a indemnizar.

- **DANOS ACONTECIDOS EM TRANSPORTES TERRESTRES**

  Ficam garantidos os danos acontecidos em transporte terrestre no território nacional de bens, propriedade do segurado ou de terceiros, em consequência de acidentes com o veículo transportador, incêndio, raio ou explosão, atos de vandalismo ou maliciosos, furto e/ou roubo, incluindo as operações de carga e descarga.

- **QUEBRA OU QUEDA ACIDENTAL DE BENS**

  Fica garantido qualquer dano acidental de quebra ou queda, que sofram os bens móveis do segurado ou de terceiros quando confiados, por qualquer acidente ou infortúnio desde que constituam uma ocorrência súbita e imprevista.

- **BENS EXISTENTES AO AR LIVRE**

  Derrogando o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais da apólice, fica convencionado que os bens existentes ao ar livre estão garantidos por esta apólice.

- **DANOS EM JARDINS**

  Ficam garantidos os danos sofridos nos jardins do segurado em consequência da verificação de qualquer risco coberto por esta apólice. Em caso de sinistro ao abrigo desta cobertura a indemnização do segurador empregar-se-á diretamente na reparação ou reconstrução das zonas relvadas, na substituição de herbáceas, arbustos e árvores por outros da mesma espécie e porte.

  Apenas se estes bens forem descritos no objeto seguro e com sublimite de indemnização de 30.000,00 € por sinistro e por anuidade.

- **DANOS EM BENS DE EMPREGADOS**

  Ficam garantidos os danos diretamente resultantes de qualquer risco garantido pelo presente contrato, causados aos bens pertencentes a empregados ou colaboradores do Segurado, incluindo títulos e valores, acontecidos no interior ou exterior dos locais de trabalho, durante o período laboral.

  A presente cobertura está limitada a 1.000,00 euros de indemnização por sinistro, com um máximo de 5.000,00 euros por anuidade.

- **GASTOS EXTRAORDINÁRIOS**

  Ficam garantidos os gastos extraordinários com o aluguer de equipamento para substituição de máquinas ou instalações danificadas por um risco coberto por esta apólice de seguro. O limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição especial, é de 25.000,00 euros/ano/sinistro.

- **DESPESAS SUPLEMENTARES COM TRABALHOS PROVISÓRIOS**

  Em caso de sinistro coberto pela apólice, ficam também garantidos os custos incorridos pelo segurado com reparações provisórias e/ou temporárias, quer estas venham, ou não, a ser incluídas nos trabalhos definitivos, desde que tais reparações sejam necessárias, quer seja por questões de segurança, de manutenção do serviço/uso público, ou qualquer outra necessidade superveniente.

  Adicionalmente, através desta Condição Especial, também ficam garantidos os custos extraordinários para aceleração dos trabalhos, ou substituição definitiva dos bens seguros que tenham sofrido perdas ou danos provocados por uma situação coberta por esta apólice, incluindo os custos com encargos extras por horas extraordinárias, trabalho noturno, trabalho em dias feriados e transporte em via rápida e frete aéreo. O limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição Especial, é de 30.000,00 euros/ano/sinistro.

- **DESENHOS, DOCUMENTOS E LIVROS**

  Fica acordado que o âmbito desta cobertura é extensível a desenhos, documentos e livros com interesse histórico, artístico, técnico e/ou cultural.

- **FURTO E/OU ROUBO**

  Fica acordado que em complemento às disposições previstas nas Condições Gerais, a cobertura de furto e/ou roubo considera-se extensível à garantia do furto dos bens seguros quando praticado sub-repticiamente e às ocultas do segurado, seus funcionários, vigilantes e ou outros prestadores de serviços, enquanto as instalações se encontrarem abertas ao público.

- **OBRAS MENORES**

  Ficam cobertas as perdas e danos materiais sofridos pelos bens que correspondam a obras menores de construção, montagem, ampliação, modificação, reparação, manutenção e conservação, inclusivamente colocar a funcionar e testes, bem como aos materiais reunidos ao pé da obra, incluindo equipamentos, maquinaria e ferramentas em que o segurado tenha interesse, desde que as ditas obras sejam realizadas nos locais de risco seguros e devido a uma risco garantido pela presente apólice. Ao finalizar esta cobertura por termo da obra, os bens afetados serão considerados automaticamente incluídos na cobertura desta apólice.

  Consideram-se obras menores, para efeito de aplicação desta Condição Especial, aquelas cujo valor não supere os 150.000,00 €.

- **COMPENSAÇÃO DE CAPITAIS**

  Pela alteração que for necessária nas Condições Gerais da apólice, fica expressamente estabelecido que se, no momento, em que ocorre um sinistro existir excesso de capital seguro em quaisquer bens seguros, o dito excesso aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros. Admitida a compensação na forma indicada, proceder-se-á ao normal pagamento do sinistro de acordo com o estabelecido nas Condições Gerais da apólice.

- **PRIVAÇÃO TEMPORÁRIA DO LOCAL ARRENDADO E/OU OCUPADO**

a) **Função Habitacional**

Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador garante às pessoas que ocupem os fogos/habitações do tomador seguras nesta apólice, em caso de sinistro coberto pelas garantias do contrato, o seguinte:

1. Gastos de hotel - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, o pagamento de hotel ou reembolso de gastos até ao montante máximo de 2.000,00 euros, por fogo/habitação sinistrado. Sempre que possível o segurador pagará a indemnização diretamente à entidade prestadora dos serviços de hospedagem.
2. Gastos de mudança e guarda de bens - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis:
   - a mudança até à habitação provisória e respetivos custos, os quais não poderão ultrapassar 350,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.
   - a guarda dos objetos e bens que não se transfiram para a habitação provisória e respetivos custos, os quais não poderão ultrapassar 350,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.
3. Gastos de restaurante e lavandaria - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, os gastos de restaurante e lavandaria, até ao montante máximo de 2.000,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.

b) **Função Profissional**

Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador, indemnizará o Segurado, em caso de sinistro coberto por esta apólice, que lhe origine privação temporária do uso do local arrendado ou ocupado, pela sua atividade, pelas despesas em que o mesmo tiver de razoavelmente incorrer com a armazenagem dos objetos seguros não destruídos, incluindo o respetivo transporte, ou com o exercício provisório da atividade noutro local até ao limite do capital fixado para esta garantia.

A indemnização será paga contradocumentos comprovativos das despesas efetuadas, após dedução dos encargos a que o Segurado estaria sujeito se o sinistro não tivesse ocorrido e que, entretanto, deixou de suportar.

Os bens seguros que tenham sido transferidos para outro local de risco, ao abrigo desta cláusula, continuam garantidos nas mesmas condições desta apólice.

No geral, o limite máximo de indemnização da presente Condição Especial é de 35.000,00 euros, por sinistro e ano do seguro, sendo a garantia válida pelo período indispensável à reinstalação no local onde se verificou o sinistro, sem nunca poder exceder os 9 meses.

8. OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO

8.1. Para reclamações de prejuízos até 2.500,00 euros, antes de aplicação da franquia contratual, o segurador prescinde do processo de peritagem e aceita processar as indemnizações com base na apresentação de um dos seguintes

documentos:

8.1.1. Apresentação da participação de sinistro;

8.1.2. Cópia do orçamento de reparação, em caso de perda parcial;

8.1.3. Em caso de perda total, cópia do recibo de aquisição do bem à data da compra, ou cópia do recibo de substituição, ou fatura pró-forma, ou cópia da ficha de imobilizado, onde conste a descrição e o valor do bem.

8.2. Independentemente do valor da reclamação e sempre que esta seja paga em dinheiro, o segurador incluirá sempre no montante a indemnizar, o correspondente valor de IVA, quando este for efetivamente suportado pelo Município, não podendo invocar para tal, a entrega dos originais dos recibos, quando estes forem emitidos à ordem do Município, uma vez que por lei, está vedada a estas entidades a dedução do imposto em causa.

4. SEGURO DE OBRAS DE ARTE

O seguro deverá ser, mas não só, conforme à Lei n.º 114/91, de 3 de setembro, que altera o Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, artigo 158.º: - Responsabilidade pelas obras expostas, bem como pela guarda em edifícios de propriedade do Município de Viseu na qualidade proprietária do Museu do Quartzo e responsável pela coleção de minerais disponibilizada, pelo Museu Grão Vasco.

1. LOCAL DE RISCO

1.1 O local de risco é no Monte de Santa Luzia, Freguesia do Campo – Viseu.

2. CARACTERIZAÇÃO DO RISCO

- É um edifício que foi adaptado para a instalação inicial do museu, onde funcionam serviços administrativos, gabinetes de biblioteca de arte, centro documental e loja, e, também, se realizam exposições.
- As portas são reforçadas por chapas de ferro, as janelas têm grades de ferro e o sistema de alarme está ligado à central do instalador.
- Tem sistema de deteção automática de incêndio ligado à central dos bombeiros.
- Tem sistema de videovigilância.
- Tem sistema de alarme ligado à central do instalador.
- Tem sistema de deteção automática de incêndio ligado à central dos bombeiros.
- Tem sistema de videovigilância.
- Tem vigilância humana permanente, por um elemento contratado a uma empresa de segurança.
- Outras informações em www.cm-viseu.pt/index.php/using-joomla/extensions/components/.../484-slide-7 Museu do Quartzo

3. CAPITAL A SEGURAR

3.1. As peças a segurar, no valor total estimado de **809.813.76** €, são património do Museu do Quartzo, enquanto entidade detentora de bens culturais, utiliza o sistema de inventário e gestão de coleções museológicas, disponível por meios informáticos, concebido e desenvolvido pelo Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), instituição pública sob égide Estatal, onde as peças são identificadas e codificadas sem atribuição de valores intrínsecos ou nominais.

4. COBERTURAS GARANTIDAS

4.1. Em concreto, deve garantir o valor das obras de arte até ao capital seguro contra perda ou dano material ocorridos em qualquer parte o mundo, durante deslocações de ida e regresso por qualquer meio e transporte, durante as exposições promovidas pelo Município, bem como em exposições e ou armazenagem nos museus e outros imóveis seguros pela apólice, excluindo perdas ou danos por desgaste natural ou por deterioração devida a má conservação ou contaminação biológica ou química.

4.2. A cobertura é "ALL RISKS", (Todos os Riscos) incluindo o Transportes (Clausula A)

4.3. Exclusões:

1. Perdas ou danos causados pelo desgaste natural do bem ou pela sua deterioração, pelo uso de materiais impróprios ou defeituosos, pela ferrugem ou oxidação, traças, deformação ou encolhimento, ou por putrefação, fungos, bolor ou infestações.

2. Falhas ou avarias mecânicas.

3. Contaminação biológica ou química, incluindo o envenenamento que impeça ou limite o uso de um objeto, devido aos efeitos de qualquer agente químico ou biológico, resultante de um ato de terrorismo.

4. Perda, dano ou responsabilidade civil resultantes, direta ou indiretamente, de reações nucleares, radiações nucleares ou contaminação radioativa.

5. Perda, dano ou responsabilidade civil, resultantes, direta ou indiretamente, de guerra, invasão, atos de inimigos estrangeiros, hostilidades (quer seja declarada guerra ou não), guerra civil, rebelião, revolução, poder militar ou usurpado.

6. Perda, dano ou responsabilidade civil, resultantes do confisco, estrago ou destruição da sua propriedade por ordem de qualquer governo ou autoridade pública.

7. Sinistro a cuja indemnização teria direito noutra apólice se esta apólice não existisse.

5. FRANQUIA

5.1 Sem a aplicação de franquia.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento

5. SEGURO DE MÁQUINAS CASCO

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1 Máquinas e equipamentos móveis que integram o parque de viaturas do tomador do seguro, conforme **Anexo 4**.

2. LOCAL DE RISCO

2.1 Todo e qualquer local onde o segurado possua instalações ou interesses.

3. ÂMBITO DA COBERTURA

3.1 Perda ou danos nas máquinas e equipamentos seguros ocasionados por acontecimentos externos de carácter súbito e imprevisto devido a:

COBERTURAS BASE:

- Incêndio, queda de raio e explosão;
- Furto e/ou roubo, ou a sua tentativa;
- Choque, colisão, capotamento, descarrilamento e queda em valas;
- Acidentes durante as operações de carga ou descarga dos equipamentos, incluindo o respetivo transporte dos equipamentos seguros;
- Impacto de objetos, erro de manobra, imperícia, acidente de montagem e queda de casco;
- Avalanches, aluimentos e/ou deslizamentos de terrenos, queda de terras ou de pedras resultantes de escorregamento de barreiras;
- Tempestades, ciclones, inundações, sismos erupções vulcânicas, marmotes e outros fenómenos da natureza.
- Queda de aeronaves;
- Fica garantida a extensão de cobertura de máquinas casco desta apólice (ou seja, só danos próprios), aos acidentes de circulação, ocorridos em estradas, vias ou caminhos, que as viaturas seguras possam sofrer.

COBERTURAS ADICIONAIS:

- Greves, assaltos, tumultos e alterações da ordem pública;
- Despesas de remoção de escombros e salvamento; (capital seguro)

3.2 Fica garantida a extensão da cobertura de danos próprios de máquinas casco desta apólice, aos acidentes de circulação, ocorridos em estradas, vias ou caminhos, que as viaturas seguras possam sofrer.

4. FRANQUIA

4.1 Em caso de sinistro, aplica-se uma franquia fixa de 250 € sobre o valor do prejuízo indemnizável.

5. FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento do prémio será anual.

6. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Pretende-se um Seguro de Responsabilidade Civil Geral - cobrindo as consequências pecuniárias resultantes de danos corporais e materiais da responsabilidade do Município de Viseu, em todo o território de Portugal Continental que garanta a responsabilidade civil extracontratual decorrente da atividade do Município, com exclusão das responsabilidades sujeitas a seguro obrigatório.

1.2. Pelo presente contrato ficam garantidos, até aos limites fixados, o pagamento das indemnizações que, ao abrigo da legislação em vigor, sejam exigíveis ao segurado, em consequência de danos decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros, e resultante da atividade do segurado, entendendo-se pela atividade as suas atribuições e competências legalmente definidas.

1.3. No seguro de responsabilidade civil autarquias tem de ser efetuada uma apólice para os espaços de jogo e recreio. O capital a segurar, inerente ao seguro de responsabilidade civil por danos corporais causados aos utilizadores em virtude de deficiente instalação e manutenção dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto é de 350.000,00€, o qual é automaticamente atualizado em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços no consumidor verificado no ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.

1.4. O capital a segurar, inerente ao seguro de responsabilidade civil por danos corporais causados aos utilizadores das instalações desportivas cobertas ou ao ar livre, em virtude de deficientes condições de instalação e manutenção dos equipamentos desportivos é de €200.000,00 pelo período do seguro, independentemente dos sinistros ocorridos e do número de lesados envolvidos.

1.5. Os locais de riscos estão identificados no **Anexo 5**.

2. PESSOAS SEGURAS

2.1. Agentes colocados sob autoridade da entidade adjudicante no exercício das funções para que foram requisitados;

2.2. Civis requisitados para prevenir ou fazer cessar qualquer acidente, incêndio, flagelo ou calamidade;

2.3. Todo e qualquer voluntário que preste auxílio à entidade adjudicante.

3. ATIVIDADES DO TOMADOR DO SEGURO

São consideradas atividades do tomador do seguro, todas as atribuições e competências dos municípios e órgãos municipais de acordo com a legislação em vigor, excluindo-se apenas as atividades que sejam exercidas por empresas municipais ou multimunicipais criadas, geridas ou participadas pelo Tomador de Seguro, podendo envolver atividades diversas, nomeadamente:

⇒ Bibliotecas Municipais, Feiras, Exposições, Mercados, Conferências, Manifestações Culturais, Feiro do Livro e artesanato, Festas e Marchas Populares, Diversas Romarias, Desportivas ou análogas, Cantinas, Piscinas, Colónia de Férias e Atividades de Interrupções Letivas, Escolas, Parques Infantis, Jardins de Infância, Parques Desportivos, Pavilhões Desportivos, Piscinas e outros Equipamentos Desportivos de Recreio ou Culturais, Serviços de Recolha manual ou mecânica de Resíduos ou Detritos Sólidos, Limpeza e Higiene Urbana, Conservação de Auditórios, Galerias e Arquivo Histórico, Parques e Jardins, Cemitérios, Resíduos, Sistema de Sinalização e Trânsito, atividades de promoção Turística, Gestão de Refeitórios Escolares, Rede de Transportes Escolares e bens confiados ao Município de Viseu.

4. CAPITAIS E COBERTURAS

4.1. O capital a segurar é de 1.000.000,00 € por sinistro e anuidade.

4.2. Em relação à cobertura, pretende-se garantir até aos limites fixados, o pagamento das indemnizações que, ao abrigo da legislação em vigor, sejam exigíveis ao segurado, em consequência de danos decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros por um sinistro de carácter súbito e imprevisto, e resultante da atividade do segurado, entendendo-se pela atividade as suas atribuições e competências legalmente definidas. A título enunciativo, pretende-se garantir o pagamento das indemnizações a terceiros, resultantes das responsabilidades derivadas:

a) Da realização de trabalhos, serviços e prestação de serviços, que resultem das atribuições e competências legais do Segurado;

b) Dos atos, erros ou omissões do Segurado;

c) Dos agentes dependentes e/ou requisitados pelo Município, ao abrigo da legislação em vigor;

d) Da sua qualidade de proprietário, arrendatário, usufrutuário e/ou possuidor de imóveis e equipamentos, quer estes sejam destinados a utilização pública ou privada;

e) Da exploração e manutenção de parques de estacionamento, garagens, oficinas, estaleiros (considerando-se como terceiros os utentes de quaisquer destas instalações, quer sejam ou não funcionários do tomador) e postos abastecedores de combustíveis;

f) Dos pontos de atendimento, venda e/ou lojas municipais do segurado;

g) Da execução de trabalhos de construção, ampliação, renovação, conservação, manutenção, reparação ou reabilitação;

h) De acidentes causados por falta de sinalização, sinalização deficientes ou por sinalização retirada por terceiros ou ação de elementos naturais;

i) Da organização e realização de festas, conferências, reuniões e outras atividades ou eventos de carácter social, cultural, musical, desportivo, recreativo e educacional;

j) De operações de carga, descarga e transporte de matérias, produtos, ou equipamentos inerentes à atividade do segurado;

k) De deficiente instalação, manutenção, assistência ou vigilância nos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento, superfícies de impacto e mobiliário urbano, conforme art.º 31 do Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro, com a redação que lhe for dada por posteriores alterações. Esta garantia tem um sublimite de **350.000,00 €**, por sinistro e período do seguro, sendo automaticamente atualizado em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços no consumidor verificado no ano anterior, e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P.;

l) De deficientes condições de instalação e manutenção dos equipamentos desportivos, conforme art.º 11 do Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 82/2004, de 14 de abril e posteriores alterações. Esta garantia tem um sublimite de **200.000,00 €,** por sinistro e período do seguro, de acordo com a Portaria n.º 1049/2004, de 19 de agosto;

m) De máquinas e gruas em laboração que sejam utilizadas no seu interesse e/ou sob a sua direção efetiva;

n) Da utilização de ascensores, monta-cargas, plataformas, escadas rolantes e outros equipamentos de elevação;

o) Da queda total ou parcial de anúncios ou outros painéis, antenas, parcómetros, postes de iluminação, de sinalização e outras antenas ou mastros que sejam propriedade do Município ou por ela sejam explorados;

p) Da propriedade ou guarda de animais;

q) Do armazenamento, utilização, transporte e lançamento de fogo-de-artifício e foguetes;

r) De incêndio e/ou explosão;

s) Por perdas indiretas, lucros cessantes, paralisações e danos emergentes, desde que tais danos resultem de responsabilidades cobertas por este contrato de seguro. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de **75.000,00 €**, por sinistro e anuidade;

t) De danos causados a serviços enterrados e aéreos;

u) Da propriedade, manutenção e conservação de parques, zonas verdes, espaços ajardinados e zonas arborizadas;

v) Do exercício das atividades desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia, no âmbito das competências delegadas pela Câmara Municipal;

w) Da qualidade de Entidade Empregadora, ficando garantidas as indemnizações pecuniárias, devidas, a título de responsabilidade civil extracontratual, pelo Segurado aos seus trabalhadores ou respetivos herdeiros, exclusivamente por danos não patrimoniais decorrentes de lesões corporais sofridas em consequência de acidente que, nos termos da lei, seja qualificado como de trabalho. Excluindo-se os danos indemnizáveis ao abrigo do seguro de acidentes de trabalho, mesmo em caso de insuficiência da respetiva apólice. Esta garantia tem um sublimite máximo de indemnização de **75.000,00 euros**, por sinistro e anuidade;

x) Em bens ou objetos de terceiros que estejam confiados, alugados ou arrendados ao segurado para guarda, utilização, trabalho ou outro fim;

y) Pelas obras, trabalhos, prestação de serviços, produtos e suas embalagens, produzidos, armazenados e/ou fornecidos pelo segurado se as reclamações forem motivadas por erro, omissão ou vicio oculto que se revelem somente após a receção expressa ou tácita dos referidos bens ou serviços;

z) Dos danos causados por poluição, contaminação, fuga ou vazamento, em consequência de um acontecimento imprevisto, súbito e não intencional decorrente da atividade do Segurado, incluindo o custo de remoção, neutralização, anulação ou limpeza das substâncias de poluição ou contaminação, com sublimite de **50.000,00 €.**

aa) Da responsabilidade civil legal subsidiária e/ou solidária decorrente de danos causados por empresas contratadas e subcontratadas para a execução de obras e serviços, ficando salvaguardado o direito de regresso do segurador contra as entidades diretamente responsáveis pelos danos;

bb) Decorrente de rebentamento, rotura ou transbordamento de canos, condutas, adutores, coletores, emissários, depósitos, estações elevatórias e estações de tratamento;

cc) Pelas tampas, caixas de visita e sumidouros das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais urbanas;

dd) Decorrentes da montagem e desmontagem de contadores.

ee) Danos resultantes da recolha, tratamento, transporte e desembaraçamento de águas residuais (urbanas e pluviais), incluindo a totalidade das infraestruturas;

ff) Danos causados pela captação, tratamento, reserva e distribuição de água, incluindo a totalidade das infraestruturas;

gg) Danos resultantes do transporte, carga, descarga e armazenamento de mercadorias, nomeadamente reagentes químicos usados no tratamento da água;

hh) Danos decorrentes de más condições de conservação e/ou manutenção das estradas municipais;

ii) Resultantes da atividade de derrube e corte de árvores através de administração direta;

jj) Resultantes de queda de árvores, ramos ou outros acidentes com árvores ou arbustos sob gestão e manutenção do Segurado;

kk) Da utilização e funcionamento do conjunto de serviços camarários, tais como: Feiras e mercados, cantinas, colónias de férias, jardins-de-infância e escolas primárias, lares de 3ª idade, parques infantis, conservação de parques e jardins e espaços públicos.

ll) Da utilização de animais pertença da Autarquia, desde que acompanhados do devido guardador;

mm) Da utilização e montagem de bancadas/palcos móveis com carácter temporário por iniciativa da Autarquia;

nn) Danos provocados pelos contentores do lixo;

oo) Dos danos causados por poluição, contaminação de solo, das águas ou da atmosfera, em consequência de um acontecimento imprevisto, súbito e não intencional decorrente da atividade do Segurado, incluindo o custo de remoção, neutralização, anulação ou limpeza das substâncias de poluição ou contaminação, com sublimite de **50.000,00 €**;

pp) De deficientes condições de instalação e manutenção de circuitos de exercícios de manutenção, incluído o disposto no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º

141/2009, de 16 de junho, Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro e Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01 de abril e Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto.

qq) De deficiências na instalação e manutenção de funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimento público, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 junho e Decreto-Lei n.º 268/209, de 29 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 agosto.

5. EXCLUSÕES

Derrogando tudo o que em contrário estiver estipulado nas Condições Gerais, constituem exclusões únicas do presente contrato de seguro os danos:

5.1. Decorrentes de atos ou omissões dolosas do Tomador do seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis;

5.2. Causados pelo tomador do seguro, pelo Segurado ou pessoas seguras em estado de embriaguez ou sob influência de estupefacientes, drogas ou outros produtos tóxicos, desde que esse estado ou influência estejam devidamente comprovados, por decisão judicial transitada em julgado;

5.3. Decorrentes de acidentes de viação provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro;

5.4. Decorrentes de acidentes provocados por aeronaves;

5.5. Decorrentes de acidentes provocados por embarcações marítimas, lacustres ou fluviais;

5.6. Decorrentes, direta ou indiretamente, de explosão, libertação de calor ou radiação provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioatividade;

5.7. Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Tomador do seguro, quando ao serviço deste e desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação sobre o Acidentes de trabalho, sem prejuízo do previsto na cobertura de Responsabilidade Civil de Entidade Empregadora do Segurado;

5.8. As reclamações decorrentes de responsabilidade assumidas por acordo ou contrato particular, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;

5.9. Uso ou armazenamento de explosivos, sem prejuízo da cobertura concedida para fogo-de-artifício e foguetes;

5.10. Atrasos ou incumprimento na efetivação dos trabalhos ou serviços;

5.11. Ação de campos eletromagnéticos;

5.12. Danos originados por motivos de força maior, nomeadamente, os associados a tremores de terra, furacões, trombas de água, ciclones, inundações e quaisquer outros fenómenos naturais de natureza catastrófica;

5.13. Falha ou falta de fornecimento;

5.14. Os danos resultantes de asbestos, fibras de asbestos ou produtos que contenham asbestos ou sílica;

5.15. Os danos decorrentes de acidentes devidos a atos de guerra, guerra civil, invasão, lei marcial, hostilidades, revolução, rebelião, insurreição, poder militar usurpado ou tentativas de usurpação do poder, motins, comoção

civil, terrorismo, confiscação, requisição e destruição causada por ordem do governo ou quaisquer autoridades públicas ou locais, vandalismo, sabotagem, assaltos, greves, tumultos e "*lock-out*";

5.16. Os danos decorrentes de reclamações resultantes ou baseadas direta ou indiretamente na aplicação de quaisquer taxas, multas ou coimas, impostas por autoridades competentes, bem como de outras penalidades de natureza sancionatória ou fiscal e por indemnizações fixadas a título de danos punitivos, danos de vingança e exemplares;

5.17. Derivados da interrupção ou suspensão total ou parcial da atividade exercida pelo Segurado;

5.18. Sofridos pelos próprios produtos do Segurado, bem como os gastos para averiguar e reparar tais danos.

5.19. Os danos causados à biodiversidade, entendida esta como habitats e espécies naturais nos termos constantes do anexo I da Diretiva n.º 79/409/CEE ou dos anexos i, II e IV da Diretiva n.º 92/43/CEE ou habitats e espécies não abrangidos por aquelas diretivas mas em relação ao quais tiverem sido designadas áreas de proteção ou conservação nos termos do direito nacional relativo à conservação da natureza, bem coimo quaisquer despesas efetuadas para prevenir estes danos.

6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA ANÁLISE DO RISCO

O orçamento anual, a população e a área total, da entidade adjudicante para o ano de 2021, é o seguinte:

Orçamento	População (censos 2021)	Área Total do Concelho (Km²)
104,4 M €	99 693 hab.	507,1 km²

7. CONDIÇÕES ESPECIAIS / FRANQUIA

7.1. Em caso de sinistro, fica a cargo do segurado, as seguintes franquias:

⇒ 10%, no mínimo de 650,00 € por danos provocados pelas tampas, caixas de visita e sumidouros e/ou decorrentes de más condições de conservação e/ou manutenção das estradas municipais;

⇒ Fixa de 500,00 €, nas restantes coberturas garantidas.

7.2. A franquia contratual não é oponível aos terceiros lesados. Assim e após satisfação da indemnização aos terceiros lesados, o segurador emitirá um recibo de reembolso de franquia ao Município, o qual providenciará no seu pagamento no prazo de 30 dias.

7.3. Caso sejam efetuadas participações de danos a terceiros, que se materializem em danos inferiores à franquia, o segurador aceitará, a pedido do Município, a condução do processo. Nestes casos e se existir lugar a pagamento de alguma indemnização a terceiros lesados, repetindo, mesmo que de valor inferior à franquia, o segurador procederá de acordo com o indicado no ponto anterior.

8. FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento.

7. SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS AUTARCAS

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Deve garantir os acidentes corporais sofridos pelos respetivos autarcas, eleitos locais, quando se encontrem ao serviço da autarquia, em qualquer parte do mundo, conforme previsto no n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, alterada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de outubro.

1.2. Para efeito deste seguro são consideradas as seguintes Pessoas Seguras:

- Presidentes de Câmara
- Vice-Presidente e Vereadores em regime de permanência
- Vereadores em regime de não permanência
- Presidente e Membros da Assembleia Municipal

Nota: Os membros da Assembleia Municipal participam anualmente em 5 sessões ordinárias, podendo existir sessões extraordinárias de acordo com o disposto do artigo 28.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente.

1.3. Considerando que estamos na presença de um seguro com nomes e que por vezes quando as pessoas seguras estão impossibilitadas de exercer as suas funções, elas são substituídas temporariamente (ex.: em caso de doença), o segurador assume a cobertura de tais substituições / suspensões temporárias, sem existir a necessidade de comunicação das referidas alterações temporárias, por parte do Município, uma vez que a citada situação não aumenta o número de pessoas seguras, i.e., o risco assumido pelo segurador.

1.4. Pretende-se uma apólice aberta.

1.5. Os vereadores em regime de não permanência integram o executivo municipal, participando, por regra, apenas nas reuniões da Câmara Municipal (em média duas reuniões mensais)

2. RISCOS A SEGURAR

2.1. Eleitos locais em regime de permanência – Risco Profissional e Extraprofissional (24 horas por dia);

2.2. Eleitos locais em regime de não permanência e Membros da Assembleia Municipal – Risco Profissional (quando no exercício das funções ou em representações autárquicas);

2.3. Garantindo-se adicionalmente os seguintes riscos:

2.3.1. Resultantes de cataclismo da natureza, tais como ventos ciclónicos, terramotos, maremotos e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação do raio;

2.3.2. Consequentes de greves, distúrbios laborais, alteração de ordem pública, atos de terrorismo e sabotagem;

2.3.3. Resultantes da utilização pelo Tomador do seguro/Pessoa Segura, durante as deslocações, de meios normais de transporte, incluindo veículos motorizados de duas rodas e aeronaves comerciais e particulares.

3. CAPITAIS E COBERTURAS

Pessoas Seguras	Morte ou Invalidez Permanente	Incapacidade Temporária	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas Funeral
1 Presidente	250.000,00 €	50,00 €/dia	15.000,00 €	5.000,00 €
5 Vereadores em Regime Permanência	250.000,00 €	50,00 €/dia	15.000,00 €	5.000,00 €
3 Vereadores em Regime de N Permanência	125.000,00 €	25,00 €/dia	10.000,00 €	5.000,00 €
57 Presidente e Membros Assembleia Municipal	50.000,00 €	15,00 €/dia	5.000,00 €	5.000,00 €

4. OUTRAS COBERTURAS E CAPITAIS SEGUROS

Presidente e Vereadores em Tempo Inteiro	
Cobertura Garantida	Capital Seguro
Subsídio Diário por Hospitalização (Acidente):	50,00 €/Dia
Busca e Salvamento	15.000 €
Readaptação de Habitação e Modificação de Veículo	5.000 €
Paraplegia	25.000 €
Tetraplegia	50.000 €
Bens Pessoais	5.000 €
Vereadores a Tempo Parcial e Restantes Pessoas Seguras	
Subsídio Diário por Hospitalização (Acidente):	25,00€/Dia
Busca e Salvamento	15.000 €

5. CONDIÇÕES ESPECIAIS

5.1 Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses, desde que em consequência de acidentes com danos corporais;
- As despesas de transporte, prescritas pelo médico assistente, que se adequem à natureza da lesão;
- Os acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos.
- Estomatologia
- Os acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos.

Em caso de sinistro, os sinistrados serão tratados através dos prestadores clínicos do Segurador, como se do ramo Acidente Trabalho se tratasse, até ao limite do capital seguro.

6. FRANQUIA

6.1. Sem Franquia

7. FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento do prémio será em frações semestrais, sem cargas de fracionamento

8. SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS – BOMBEIROS

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. O Seguro de Acidentes Pessoais dos Bombeiros corresponde à concretização do direito estabelecido no Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses que estabelece a cobertura de acidentes ocorridos no exercício da sua missão, em qualquer parte do mundo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual.

1.2. Ficam cobertos os sinistros em consequência de exercícios de instrução ou a prática de atividades desportivas no âmbito da Corporação ou Inter-Corporações, bem como os acidentes ocorridos durante o percurso para o local de apresentação ao serviço ou do regresso deste, qualquer que seja o meio de transporte utilizado

1.3. Estão igualmente cobertos os acidentes ocorridos em ações de formação, instrução, treino, cerimónias, festividades, exibição e outros atos similares.

1.4. Ficam cobertos todos os acidentes que decorram de acidentes de viação e aviação, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

1.5. Para efeito deste seguro é considerada como pessoa segura, o Bombeiro conforme definido na alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual, pertencente a Corpos de Bombeiros Profissionais ou Mistos nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho.

Corporações	Corpo Ativo	Corpo Não Ativo
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Viseu	**70**	**150**
Bombeiros Sapadores Comandante dos Bombeiros Municipais	**40** **1**	

1.6. Pretende-se uma apólice aberta.

2. CAPITAIS E COBERTURAS

2.1. Ficam cobertos os acidentes ocorridos em território nacional e no estrangeiro, quando no exercício exclusivo das suas missões, ou por causa delas, incluindo ações de formação ou de instrução, bem como os acidentes ocorridos durante o percurso direto para o local de apresentação ao serviço ou do regresso deste, qualquer que seja o meio de transporte utilizado;

2.2. Os capitais a garantir são os que abaixo se indicam, salvaguardando-se, que em caso algum, estes poderão vir a ser inferiores aos limites mínimos legalmente definidos (Portaria n.º 123/2014, de 19 de junho), por pessoa, na contratação do seguro obrigatório de acidente pessoais/bombeiros e compreendem os seguintes riscos:

QUADRO ATIVO

Coberturas garantidas	Capitais seguros
Morte por acidente	166.250,00 €
Na morte da pessoa segura, os filhos menores receberão:	5.000,00 €
Invalidez permanente por acidente	166.250,00 €
Despesas de tratamento por acidentes	66.500,00 €
Subsídio diário por incapacidade temporária por acidente	(1) Até 99,75 €
Subsídio mensal aquando da incapacidade temporária pa despesas de primeira necessidade	50,00 €
Morte simultânea da pessoa segura e cônjuge	15.000,00 €
Despesas de funeral	2.500,00 €
Despesas com operações de salvamento, busca, transpo sinistrado	1.000,00 €
Paraplegia	25.000,00 €
Tetraplegia	50.000,00 €
Indemnização por queimadura	Até 5.000,00 €
Cicatriz facial ou desfiguração	Até 5.000,00 €

QUADRO NÃO ATIVO

Coberturas garantidas	Capitais seguros
Morte por acidente	166.250,00 €
Invalidez permanente por acidente	166.250,00 €
Despesas de tratamento por acidentes	66.500,00 €
Subsídio diário por incapacidade temporária por acidente	(1) até 99,75 €
Despesas de Funeral	2.500,00€

(1) A referida portaria determina que o valor de indemnização relativo ao subsídio diário, em caso de incapacidade temporária absoluta e total que afete uma pessoa segura que seja estudante ou desempregado, deverá ser calculado em função do Salário Mínimo Nacional. Caso a pessoa segura seja reformada e não tenha perda efetiva de remuneração, não haverá lugar ao pagamento de ITA.

3. CONDIÇÕES ESPECIAIS

3.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais: este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- As roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- A implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
- Inclusão de pessoas seguras com mais de 70 anos;
- As despesas de transporte, prescritas pelo médico assistente, que se adequem à natureza da lesão;
- Morte em consequência de inalação de fumos;
- Reconstituição cosmética por acidente causado ao abrigo das condições da apólice.
- Estomatologia

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1. Nos casos em que a incapacidade temporária absoluta e total afete o segurado que seja estudante ou desempregado, o subsídio diário é calculado em função da remuneração mínima mensal;

4.2. Atualização automática dos capitais seguros sempre que o salário mínimo for alterado, aplicando-se o respetivo aumento do prémio, proporcional ao aumento do salário mínimo;

4.3. Considera-se como data efetiva de inclusão/exclusão de pessoas seguras na apólice e admissão/saída na corporação independentemente de qualquer desfasamento temporal entre a admissão/saída da corporação e a comunicação destes factos ao adjudicatário;

4.4. A adesão ao seguro será feita através do compromisso de cada uma das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntário recensear os seus efetivos na Autoridade Nacional de Proteção Civil. Qualquer alteração no quadro de pessoas seguras deverá ser comunicada pela Associação/Corpo de Bombeiros com a maior brevidade possível.

4.5. A assistência aos sinistrados no âmbito deste contrato deve ser prestada diretamente pela seguradora, como se do ramo Acidente Trabalho se tratasse, até ao limite do capital, através de clínicas/consultórios, no concelho de Viseu ou nos concelhos limítrofes e nos serviços hospitalares da seguradora, bem como o fornecimento de medicamentos ou outros alvos de prescrições médicas, sem encargos para o sinistrado, em farmácias do concelho ou concelhos limítrofes.

5. FRANQUIA

5.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento do prémio será em frações semestrais sem cargas de fracionamento.

9. SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS DE PROGRAMAS OCUPACIONAIS PROMOVIDOS PELO IEFP – INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P. E OUTRAS ENTIDADES.

1. OBJETO DO SEGURO

1.1. Seguro de Acidentes Pessoais com Nomes, Apólice aberta, abrangendo todas as pessoas cedidas ao abrigo das medidas Contrato Emprego-Inserção, Contrato Emprego-Inserção + e Atividades Socialmente Úteis.

1.2. O presente seguro garante os acidentes acorridos durante o desenvolvimento de atividades ocupacionais ou equiparadas, durante o percurso direto entre o domicílio e o local do exercício da atividade ocupacional/estágio e retorno, qualquer que seja o meio de transporte utilizado, bem como durante as deslocações ao IEFP ou à instituição de Segurança Social por motivo de convocatória.

1.3. O adjudicatário obriga-se a emitir e entregar ao tomador do seguro uma declaração de realização de um Seguro de Acidentes Pessoais, até ao 4.º dia a contar do início da atividade.

2. CAPITAIS E COBERTURAS POR PESSOA SEGURA

Coberturas garantidas	Capitais seguros
Morte ou invalidez permanente	75.000 €
Despesas de tratamento e repatriamento	15.000 €
Incapacidade temporária (*)	26,00 €/ dia
Despesas de funeral	1.500 €

(*) A cobertura de Incapacidade temporária só é aplicável caso o sinistrado esteja a receber uma remuneração/bolsa à data do acidente. O subsídio diário por incapacidade temporária absoluta só é devido em caso de suspensão total ou parcial do subsídio atribuído pela entidade promotora, pelo que a indemnização por ITA não poderá, em caso algum ser superior ao valor que o trabalhador receberia se se encontrasse ativo na atividade ocupacional ou estágio.

3. RISCOS COBERTOS

3.1. Risco Profissional

4. FRANQUIA

4.1. Não são aplicadas franquias

5. **PERIODO DE VIGÊNCIA**

5.1. Em data a definir de acordo com o/os contratos a realizar com o IEFP ou outra entidade.

6. **OUTRAS CONDIÇÕES**

6.1. Em caso de sinistro o mesmo é tratado como se do ramo Acidentes de Trabalho se tratasse, até ao limite do capital seguro;

6.2. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- As roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- A implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
- As despesas de transporte, prescritas pelo médico assistente, que se adequem à natureza da lesão;

7. **PRÉMIO**

7.1. Para efeito de cálculo do prémio global deverá ser considerado o período de 12 meses (365 dias) para cada estágio.

7.2. Deverá ser apresentado, prémio por pessoa, para os seguintes períodos de duração:

- Até 30 dias
- De 31 a 90 dias
- De 91 a 180 dias
- De 181 a 270 dias
- De 271 a 365 dias

8. **ESTIMATIVA PESSOAS A SEGURAR POR ANUIDADE**

8.1. Nº estimado de elementos – **30.**

10. SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS PARTICIPANTES EM ATIVIDADES TEMPORÁRIAS (INCLUINDO DESPORTIVAS, RECREATIVAS E CULTURAIS)

1. **OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO**

1.1 Ficam garantidos os participantes em acontecimentos ou eventos de carácter turístico, desportivo, cultural, musical, de recreio ou educativo.

1.2 As atividades, mencionadas anteriormente, desenvolvem-se em vários locais o concelho, podendo as mesmas serem efetuadas em recinto fechado ou aberto, dependendo do tipo de modalidade.

1.3 Ficam também incluídas a cobertura dos acidentes emergentes de deslocações em transporte fornecido pela entidade adjudicante para a participação naquele tipo de eventos.

1.4 O presente seguro aplica-se a qualquer acontecimento de natureza acidental, verificado durante o período da atividade.

1.5 Pretende-se um seguro de acidentes pessoais, anual, que abranja todos os participantes das atividades e eventos de carácter desportivo, cultural e recreio da entidade adjudicante, cuja realização se desenvolve eventual ou periodicamente, em determinados dias do ano.

1.6 Para efeito deste seguro são consideradas pessoas seguras todos os participantes das atividades e eventos de carácter desportivo, cultural e recreio, ou seja:

1.6.1 Os participantes em atividades temporárias, realizadas, organizadas ou patrocinadas pela entidade adjudicante, nomeadamente as que se referem a ocupação de tempos livres, festividades e outras manifestações, acontecimentos ou eventos desportivos, culturais e de recreio e as pessoas que participem em programas e/ou atividades ocupacionais, quer sejam de tempos livres, ou não.

2. CAPITAIS E COBERTURAS

2.1 Os montantes de capital a segurar, por pessoa são:

- As pessoas seguras que participem em atividades temporárias culturais, desportivas e de recreio, estarão garantidas pelos seguintes:

Cobertura	Capital
Morte ou Invalidez permanente absoluta e parcial	53.200,00 €
Despesas de funeral	5.320,00 €
Despesas de tratamento e repatriamento	6.650,00 €
Despesas com substituição e reparação de próteses e ortóte existentes	498,75 €

2.2 Os Capitais Seguros para as coberturas indicadas nos pontos anteriores, em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços do consumidor verificado no ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P e de acordo com o Decreto-Lei n.º 32/2011, de 7 de março e Portaria n.º 629/2004, de 12 de junho;

2.3 No Desporto Sénior ficam garantidas as pessoas com mais de 70 anos de idade.

2.4 Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

⇒ Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;

⇒ Implantação ou reparação de próteses e/ou ortóteses;

⇒ As despesas de transporte, prescritas pelo médico assistente, que se adequem à natureza da lesão;

⇒ Acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos;

⇒ Estomatologia.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

3.1. Pretende-se uma apólice aberta;

3.2. A assistência aos sinistrados no âmbito deste contrato pode ser prestada diretamente pela seguradora, através de clínicas/consultórios, no concelho de Viseu ou nos concelhos limítrofes e nos serviços hospitalares da seguradora, bem como o fornecimento de medicamentos ou outros alvos de prescrições médicas, sem encargos para o sinistrado, em farmácias do concelho.

3.3. De acordo com o n.º 3 e 4, do artigo 14º - Seguros proibidos – do Decreto-Lei n.º 72/2008 de 16 de abril, nesta apólice de seguro aplicam-se aos menores de 14 anos todas as coberturas e capitais contratados.

3.4. Estimativa de atividade de acordo com o **Anexo 6**

.

1. FRANQUIA

4.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

2. FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento do prémio será em frações semestrais, sem cargas de fracionamento.

11. SEGURO DE GRUPO ACIDENTES PESSOAIS – VOLUNTARIADO (INCLUINDO COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS)

1. OBJETO DO SEGURO

1.1. Seguro de acidentes pessoais, nos termos da Lei 71/98, de 31 de novembro e do Decreto-Lei 389/99, de 30 de setembro. O presente seguro garante os acidentes acorridos durante o desenvolvimento das atividades de voluntariado, durante o percurso direto entre o domicílio e o local do exercido da atividade e retomo, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

Este seguro, abrange ainda, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 14.º da 147/99, de 1 de setembro, alterada pelas leis 31/2013 de 22 de agosto, 142/2015, de 8 de setembro e 23/2017, de 23 de maio, os elementos da Comissão alargada da CPCJ, que nesse âmbito exercem as competências previstas no artigo 18º da mencionada Lei.

2. ÂMBITO DO RISCO

2.1. Risco Profissional

Por Risco Profissional compreende-se a participação das Pessoas Seguras nas ações de voluntariado

3. COBERTURAS / CAPITAIS POR PESSOA SEGURA

3.1. Os capitais e coberturas garantidas para as pessoas seguras de acordo com o **Anexo 7**:

Coberturas garantidas	Capitais seguros
Morte ou invalidez permanente	50.000 €
Despesas de tratamento e repatriamento	5.000 €
Incapacidade temporária (*)	20,00 €/dia
Despesas de funeral	1.500 €
(*) A cobertura de Incapacidade temporária só é aplicável caso o sinistrado esteja a receber uma remuneração à data do acidente.	

4. FRANQUIAS

4.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

5. CONDIÇÕES ESPECIAIS

5.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

a) As roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;

b) A implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;

c) As despesas de transporte, prescritas pelo médico assistente, que se adequem à natureza da lesão;

d) Acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento do prémio será em frações semestrais, sem cargas de fracionamento.

12. SEGURO GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS PARA OS UTENTES DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS, RECREATIVAS, CULTURAIS E DE LAZER DO MUNICÍPIO

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Com base nos diplomas legais em vigor, designadamente o Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 de janeiro, o Decreto-Lei n.º 271/2009, de 01 de outubro e a Portaria n.º 141/96, de 04 de maio, ficam garantidos os acidentes corporais resultantes da prática amadora de atividades desportivas desenvolvidas no âmbito dos eventos periodicamente organizados pela entidade adjudicante.

1.2. Ficam, ainda, incluídas a prática de desporto, atividade cultural ou recreativa – em competição, treino, estágio, preparação, ensaio ou atuação – em representação ou sob o patrocínio da entidade adjudicante.

1.3. O presente seguro aplica-se a qualquer acontecimento de natureza acidental, verificado durante a utilização das instalações desportivas, recreativas, culturais e de lazer do município.

2. CAPITAIS E COBERTURAS

2.1. As pessoas seguras que sejam utentes e/ou utilizadores das infraestruturas e/ou instalações desportivas, recreativas e culturas municipais, cobertas ou ao ar de livre, abertas ao publico, no âmbito do Regime Jurídico do Seguro Desportivo Obrigatório, terão abrangidos pelas coberturas/capitais abaixo, de acordo com a redação que lhe for dada por posterior alterações, **Anexo 8:**

Cobertura	Capital
Morte	28.141,00 €
Invalidez permanente absoluta e parcial	28.141,00 €
Despesas de funeral	2.252,00 €
Despesas de tratamento e repatriamento	4.502,00 €

2.2. Os Capitais Seguros são automaticamente atualizados, em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços do consumidor verificado no ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P.

2.3. No contrato de seguro em causa não poderá haver capitais inferiores aos praticados no âmbito do seguro desportivo e deverá garantir-se no mínimo as seguintes coberturas:

2.4. Pagamento de um capital por morte ou invalidez permanente, total ou parcial, por acidente decorrente das diversas atividades;

2.5. Pagamento de despesas de tratamento, incluindo internamento hospitalar, e de repatriamento.

2.6. No Desporto Sénior ficam garantidas as pessoas com mais de 70 anos de idade.

2.7. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- ⇒ Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- ⇒ Implantação ou reparação de próteses e/ou ortóteses;
- ⇒ As despesas de transporte, prescritas pelo médico assistente, que se adequem à natureza da lesão;
- ⇒ Acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos;
- ⇒ Estomatologia.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

3.1. A assistência aos sinistrados no âmbito deste contrato pode ser prestada diretamente pela seguradora, através de clínicas/consultórios, no concelho de Viseu ou nos concelhos limítrofes e nos serviços hospitalares da seguradora, bem como o fornecimento de medicamentos ou outros alvos de prescrições médicas, sem encargos para o sinistrado, em farmácias do concelho.

3.2. De acordo com o n.º 3 e 4, do artigo 14º - Seguros proibidos – do Decreto-Lei n.º 72/2008 de 16 de abril, nesta apólice de seguro aplicam-se aos menores de 14 anos todas as coberturas e capitais contratados.

4. FRANQUIA

4.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

5. FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento do prémio será em frações semestrais, sem cargas de fracionamento.

LOTE II

1. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL - AERODROMO

1. TOMADOR DO SEGURO/SEGURADO

1.1. Município de Viseu na qualidade de proprietário e/ou gestor do Aeródromo Municipal Gonçalves Lobato.

2. MORADA DO AERÓDROMO

Aeródromo Municipal Gonçalves Lobato

Avenida do Aeródromo

3515-775 Viseu

3. INTERESSE DO SEGURO

3.1. Responsabilidade civil visando garantir o pagamento de indemnizações que sejam legalmente imputáveis ao Tomador do Seguro/Segurado por danos causados a terceiros em consequência das operações de aviação emergentes da sua atividade enquanto proprietário, gestor e/ou operador do Aeródromo Municipal Gonçalves Lobato, incluindo a prestação do serviço de informação de voo de aeródromo (AFIS), no âmbito da certificação que for titular , conforme disposições do regulamento (CE) nº 550/2004 de 10 de Março, Regulamento (CE) nº 1070/2009 de 21 de Outubro e Regulamento de Execução (EU) nº 1035/2011, de 17 de Outubro.

4. CONDIÇÕES DE COBERTURA

4.1. Conforme disposto nos clausulados das Condições Gerais nº200 do Ramo Aéreo Responsabilidades, ARIEL – Seguro de Responsabilidade de Proprietários e Operadores de Aeroportos (Secções I) que se anexam e as presentes Condições Particulares.

A cobertura concedida está limitada ao movimento de aeronaves até um peso máximo à descolagem de 9.500 Kg.

4.2. A cobertura conferida pela presente apólice é alargada nos termos da cláusula AVN52G, mediante a qual todas as alíneas da cláusula AVN48B – Exclusão de Riscos de Guerra, Pirataria e outros perigos, ficam derrogadas, com exceção da alínea b) – " qualquer detonação bélica de qualquer arma de guerra de fissão e/ou fusão atómicas ou nucleares ou outra reação similar ou força ou material radioativo" – que se mantém excluída.

Derroga-se, assim, o que em contrário seja estipulado nas mencionadas Condições Gerais e Especiais do Segurador e não esteja em desacordo com a legislação portuguesa.

5. EXCLUSÕES

5.1. Para além das exclusões previstas nas previstas nas Condições Gerais e no clausulado ARIEL ficam igualmente excluídos os danos:

a. Decorrentes de procedimento violador das disposições regulamentares ou de normas técnicas usualmente seguidas na atividade segura, nomeadamente sobre prevenção e segurança;
b. Decorrentes de outras atividades ou serviços que não correspondam ao objeto próprio da atividade;
c. Originados por motivo de força maior;
d. Decorrentes de greves das empresas prestadoras de serviços;
e. Decorrentes de perdas de imagem, de mercado, de contratos e quaisquer outros danos de natureza económica causados a outras entidades associadas;
f. Resultantes de defeitos ou ineficácia de produtos utilizados nas operações de limpeza;
g. Lucros cessantes, paralisação e perdas indiretas de qualquer natureza;
h. Causados aos sócios, gerentes e legais representantes da pessoa coletiva cuja responsabilidade se garanta;
i. Decorrentes de reclamações baseadas numa responsabilidade do Segurado em razão de acordo ou contrato particular, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o Segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;
j. Decorrentes de lucros cessantes e/ou os danos decorrentes de paralisação, imobilização ou interrupção total ou parcial de atividades ou laboração de terceiros;
k. Decorrentes de sinistro, quando este for imputável ao próprio lesado ou a terceiro;
l. Decorrentes do incumprimento de obrigações de natureza contratual assumida pelo Segurado;
m. Causados a bens, instalações e terrenos de que seja proprietário e/ou locatário o Segurado ou que se encontrem na posse deste a qualquer título;
n. Causados pelo Segurado, seus empregados ou colaboradores sob a influência de estupefacientes fora de prescrição médica, em estado de demência ou quando for detetado um grau de alcoolémia superior a 0,5 gramas de álcool por litro de sangue;

6. OUTRAS CONDIÇÕES

6.1. Fazem parte integrante desta proposta seguintes cláusulas e condições:

- Condições Gerais - Aéreo Responsabilidades nº 200 (IB081)
- ARIEL – Airport Owners and Operators Liability Insurance (48FLY00001)
- Extended Coverage Endorsement (Aviation Liabilities) AVN52G
- Nuclear Risks Exclusion Clause AVN38B
- Noise and Pollution and Other Perils Exclusion Clause AVN46B
- Contracts (rights of Third Parties) Act 1999 Exclusion Clause AVN 72
- Date Recognition Exclusion Clause AVN2000A

- Asbestos Exclusion Clause 2488AGM00003
- Fraudulent Claims AVN100
- Sanctions and Embargo Clause AVN111
- Additional Insureds, contractual agreements, waivers of subrogation and hold harmless agreements are to be agreed by Insurers.

7. LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO

7.1. € 1.000.000,00 por acidente/ocorrência e no agregado anual.

7.2. Extensão da Cláusula AVN52G: € 1.000.000,00 por sinistro e no agregado anual.

8. FRANQUIAS

8.1. Por danos causados a aeronaves, a franquia a aplicar é de € 25.000,00.

8.2. Em todo e qualquer outro sinistro indemnizável, a franquia é de 10% do valor dos prejuízos indemnizáveis, no mínimo de € 500,00 e um máximo de € 5.000,00.

9. LOCAL DE RISCO

9.1. Aeródromo Municipal Gonçalves Lobato, Viseu, Portugal

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Pagamento do prémio será anual.

2. SEGURO AÉREO DRONE

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Danos causados por "DRONE", nas condições a seguir mencionadas:

1.1.1. Responsabilidade Civil Terceiros – nos limites previstos na Portaria nº 2/2021 de 4 de janeiro;

1.1.2. Elementos do bem seguro:

a) Drone DJI Mavic 2 Enterprise; 1,1 Kg; Ano: 2021

2. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Portugal

3. OUTROS ELEMENTOS COMPLEMENTARES

Os voos só poderão ser realizados de acordo com a Legislação em vigor e operados por elementos devidamente habilitados;

Os voos só poderão ser realizados sempre que as condições meteorológicas o permitam em segurança.

4. FRANQUIA

Em caso de sinistro, fica a cargo do segurado, a franquia fixa de 200€.

5. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do prémio será anual.

LOTE III

1. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL – TRANSPORTE DE DOENTES

1. ÂMBITO DA GARANTIA:

1.1. O Segurador garante a responsabilidade civil extracontratual do Segurado, por danos patrimoniais causados aos seus utentes e outros terceiros decorrentes exclusivamente da sua atividade de no domínio dos 1ºs socorros e transporte de doentes, em consequência de atos ou omissões fortuitas das pessoas ao serviço do Segurado.

2. CAPITAL A SEGURAR.

2.1. O capital a segurar é de 1.000.000,00 € por anuidade, limitado a 50.000,00 € por sinistro.

3. FRANQUIA.

3.1. Em caso de sinistro, fica a cargo do segurado, 10% do valor do sinistro indemnizável, no mínimo de 500,00€;

4. EXCLUSÕES ESPECÍFICAS:

4.1. Consideram-se excluídos da garantia os danos:

a) Consequentes de incumprimento das Leis e regulamentações que regem o exercício da atividade segura;

b) Resultantes de acidente de viação envolvendo viaturas do Segurado;

c) Resultantes de causas extrínsecas à atividade do Segurado;

d) Resultantes da prática de atos para os quais o Segurado ou o pessoal ao serviço não se encontra devidamente habilitado, nomeadamente os socorristas ao serviço do Segurado.

Ficam também excluídas reclamações:

e) Baseadas em agravamento do estado de saúde ou morte do doente ou sinistrado, quer durante os 1ºs socorros, quer durante o transporte dos mesmos pelo Segurado;

f) Por recusa ou demora na prestação do serviço solicitado;

g) Relacionadas com a intervenção dos bombeiros na extinção de fogos e em situações de catástrofes naturais.

4. FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento do prémio será anual.

2. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL – ESTADIO MUNICIPAL FONTELO

1. ÂMBITO DA GARANTIA

1.1. O Segurador garante o pagamento das indemnizações Segurador garante o pagamento das indemnizações emergentes de responsabilidade civil extracontratual que, ao abrigo da lei, sejam exigíveis ao Segurado, por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais causados a terceiros, na sua qualidade de entidade organizadora de eventos desportivos e na qualidade de proprietário do imóvel.

2. LOCAL DE RISCO

2.1. Estádio Municipal do Fontelo, com capacidade para 7.904 pessoas.

3. CAPITAL A SEGURAR

3.1. O capital a segurar é de 1.000.000,00 € por sinistro e anuidade, limitado a 25.000,00 € por lesado.

4. FRANQUIA

4.1. Em caso de sinistro, fica a cargo do segurado, uma franquia fixa de 250,00 €.

5. EXCLUSÕES ESPECÍFICAS

5.1. Consideram-se excluídos da garantia os danos:

a) Resultantes de procedimento violador das disposições legais que regulamentem o tipo de evento seguro ou de normas usualmente seguidas, nomeadamente sobre prevenção e segurança; prevenção e segurança;

b) Decorrentes de danos causados por trabalhos de reparação, manutenção, transformação ou ampliação das instalações onde se realiza o evento seguro ou ainda da ação ou omissão dolosa do Segurado na implementação de medidas necessárias à reparação e / ou segurança das medidas necessárias à reparação e / ou segurança das mesmas instalações;

d) Decorrente de danos causados por queda ou derrube de tribunas ou quaisquer bancadas desmontáveis; tribunas ou quaisquer bancadas desmontáveis;

e) Resultantes da utilização, armazenagem ou lançamento de foguetes ou fogo-de-artifício de qualquer tipo;

f) Por furto ou extravio de bens da propriedade de Terceiros ou do Segurado, nas instalações identificadas nas Condições Particulares;

g) Resultantes do cancelamento do evento seguro;

h) Causados pela intervenção dos membros das forças policiais que se encontrem no local no exercício das suas

funções;

j) Decorrentes do excesso de lotação nos locais onde o evento decorre;

k) Resultantes da utilização de quaisquer veículos motorizados.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento do prémio será anual.

Parte II - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE VISEU

LOTE IV

1. ACIDENTES DE TRABALHO

OBJETO DO SEGURO:

A responsabilidade do tomador do seguro pelos encargos provenientes de acidentes de trabalho do pessoal afeto à entidade adjudicante, independentemente do seu vínculo contratual, nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 novembro, em conformidade, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de março, pela Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, o Código do Procedimento Administrativo, demais legislação em vigor e de acordo com as condições gerais da apólice uniforme para os trabalhadores da Administração Pública.

ÂMBITO DO SEGURO:

- Ficam abrangidos por este contrato todos os trabalhadores, contratados por tempo indeterminado ou a termo ao serviço do município, inscritos no Regime de Proteção Social Convergente (RPSC - Caixa Geral de Aposentações) e no Regime Geral de Segurança Social (RGSS).
- O local de trabalho a segurar é todo o lugar em que o trabalhador se encontra ou deva dirigir-se em virtude do seu trabalho e em que esteja direta ou indiretamente, sujeito ao controlo do tomador do seguro;
- O tempo de trabalho engloba todos os acidentes que possam ocorrer no local de trabalho e durante o período de laboração, o que preceder o seu início, em atos de preparação ou com ele relacionados, e o que se lhe seguir, em atos também com ele relacionados, e as interrupções normais ou forçosas de trabalho, e ainda no percurso de e para o local de trabalho;
- Em conformidade com o n.º 3 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 503/99, 20 de novembro, a entidade adjudicante transfere a responsabilidade por acidentes de trabalho prevista naquele diploma para o adjudicatário;
- Para o efeito, o tomador do seguro obriga-se a remeter ao adjudicatário, até ao dia 15 de cada mês, a relação de proventos salariais do mês anterior;
- O seguro será celebrado na modalidade de prémio variável; (Folha de Férias);
- O pagamento do prémio será fracionado trimestralmente, com indicação das datas de vencimento e respetivos valores, devendo ser enviado ao tomador do seguro um aviso de pagamento com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- No final de cada ano civil será sempre efetuado o acerto relativo ao montante do prémio variável.

COBERTURAS E GARANTIAS:

- Ficam cobertos os acidentes de trabalho que ocorram em Portugal e automaticamente os riscos de deslocação e de exercício da atividade profissional ao e no estrangeiro, incluindo ações de formação profissional, por períodos até 30 dias, sem qualquer agravamento tarifário;
- Para efeitos da alínea anterior, o tomador do seguro obriga-se a comunicar, previamente, ao adjudicatário as

deslocações a efetuar ao estrangeiro;

- Em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas à assistência médica, medicamentosa ou hospitalar, bem como os encargos referentes a transportes ou repatriamento ficarão a cargo do adjudicatário;
- O seguro garante a cobertura dos trabalhadores, face aos riscos de Acidentes de Trabalho, os respetivos salários e subsídio de férias e de natal e restantes remunerações certas e permanentes;
- As indemnizações por incapacidade temporária, parcial ou absoluta, são definidas em função do salário ilíquido, englobando as remunerações, de caráter permanente ou acessório incluídas na massa salarial segura, nos termos legalmente previstos e que se traduz numa indemnização correspondente ao salário líquido auferido pelo colaborador;
- Será liquidado ao Tomador de Seguro o capital correspondente aos subsídios previstos nos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua atual redação, bem como, no tocante às pensões referidas no ponto anterior, o valor correspondente à provisão matemática constituída de acordo com os coeficientes previstos na Portaria 11/2000, de 13 de janeiro e com o grau de incapacidade permanente fixado, no prazo de 90 dias, contados da data da notificação para o efeito, à Seguradora.
- Os trabalhadores têm direito à reparação, em espécie e em dinheiro, dos danos resultantes de acidentes de trabalho, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 69-A/2009, de 24 de março;
- Confere direito à reparação a lesão resultante de um acidente de trabalho (e que seja consequência de tal tratamento;
- O direito à reparação em espécie, consagrado no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua redação atual, deverá contemplar todos os aspetos exigidos na legislação em vigor, nomeadamente:
    - Prestações de natureza médica, cirúrgica, de enfermagem, hospitalar, medicamentosa e quaisquer outras, incluindo tratamentos termais, fisioterapia e o fornecimento de próteses e ortóteses, seja qual for a sua forma, desde que necessárias e adequadas ao diagnóstico ou ao restabelecimento do estado de saúde físico ou mental e da capacidade de trabalho ou de ganho do sinistrado e à sua recuperação para a vida ativa, referindo ainda:
    - O direito aos aparelhos de próteses e ortóteses abrange os destinados à correção ou compensação visual, auditiva ou ortopédica, bem como a prótese dentária e, ainda, a estética, se justificada;
    - A aquisição, renovação ou substituição dos aparelhos referidos anteriormente carecem de prescrição médica fundamentada;
    - Quando do acidente resultar a inutilização ou a danificação de próteses ou ortóteses de que o trabalhador já era portador, este tem direito à respetiva reparação ou substituição;
    - Quando o sinistrado optar por assistência médica particular, tem direito ao pagamento da importância que seria despendida em estabelecimento do serviço clínico do segurador responsável, devendo, para efeitos de reembolso, apresentar os documentos justificativos de todas as despesas efetuadas com o tratamento

das lesões, doença ou perturbação funcional resultantes do acidente.

- Pagamento de transporte e estada para observação, tratamento e comparência a juntas médicas ou a atos judiciais, ou seja:
    - No caso de deslocação da residência ou do local onde o trabalhador se encontre com vista a assistência médica, observação, tratamento, comparência a juntas médicas ou a atos judiciais que implique estada, este tem direito ao pagamento da correspondente despesa, até ao limite do valor previsto para as ajudas de custo dos trabalhadores com a posição remuneratória superior ao nível remuneratório 18 da escala salarial do regime geral, salvo se a sua condição de saúde, medicamente fundamentada, justificar despesas de montante mais elevada;
    - Quando o médico assistente ou a junta médica declarar que o estado de saúde do trabalhador o exige, há lugar ao pagamento das despesas de um acompanhante, nas mesmas condições das estabelecidas para o trabalhador.
- O direito à reparação em dinheiro compreende:
    - Remuneração, no período das faltas ao serviço motivadas por acidente de trabalho;
    - Indemnização em capital ou pensão vitalícia correspondente à redução na capacidade de trabalho ou de ganho, no caso de incapacidade permanente, nos termos definidos pela C.G.A.
    - Pagamento mediante validação médica do subsídio por assistência de terceira pessoa, resultante de acidente que não permita ao trabalhador praticar com autonomia os atos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da vida quotidiana sem assistência permanente de outra pessoa:
        - Consideram-se necessidades básicas os atos relativos à alimentação, locomoção e cuidados de higiene pessoal;
        - O familiar do dependente ou quem com ele coabite, que lhe preste assistência permanente, é considerado terceira pessoa;
        - O montante mensal do subsídio corresponde ao valor da remuneração paga a quem preste a assistência, com o limite da remuneração mínima mensal garantida para os

trabalhadores do serviço doméstico.

- Subsídio para readaptação de habitação;
- Subsídio por situações de elevada incapacidade permanente;
- Despesas de funeral e subsídio por morte;
- Incapacidade temporária;
- Incapacidade permanente parcial e absoluta;

PREVISÃO SALARIAL ANUAL:

O montante do capital seguro é de **2.600.000,00 €,** na anuidade de 2022, composto pelo salário ilíquido sem encargos, mais todas as prestações que revistam carácter de regularidade (p. ex. subsídio de férias, natal, turno, alimentação), de todos os trabalhadores.

PAGAMENTO DE INCAPACIDADES TEMPORÁRIAS E DESPESAS MÉDICAS:

As indemnizações por incapacidade temporária (I.T.) serão liquidadas à entidade adjudicante, figurando esta como entidade recebedora, dado que esta repõe o salário do trabalhador sinistrado quando este se encontra ausente por acidente de trabalho.

As despesas médicas ou outras despesas eventualmente suportadas pelo sinistrado deverão ser enviadas e liquidadas diretamente aos respetivos lesados no prazo máximo de 30 dias seguidos após a receção dos documentos.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

A assistência aos sinistrados no âmbito deste contrato deve ser prestada diretamente pela seguradora, através de clínicas/consultórios, no concelho de Viseu ou nos concelhos limítrofes e nos serviços hospitalares da seguradora, bem como o fornecimento de medicamentos ou outros alvos de prescrições médicas, sem encargos para o sinistrado, em farmácias do concelho ou concelhos limítrofes.

A atual apólice de Acidentes de Trabalho, está colocada na Seguradora – SEGURADORAS UNIDAS - e tem o seguinte nº: 0005693318.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento.

2. SEGURO DE FROTA AUTOMÓVEL

1 - OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO:

1.1. Pretende-se um seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, previsto no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 153/2008, de 6 de Agosto, para a frota automóvel da entidade adjudicante, com base num prémio total por veículo e durante todo o período de vigência do contrato de seguro.

1.2. A frota automóvel da entidade adjudicante é composta pelos veículos e máquinas propriedade da mesma, bem como viaturas cedidas por protocolo a esta, cuja responsabilidade pelo seguro lhe tenha sido transmitida. Engloba ainda, as viaturas que se encontrem em regime de aluguer operacional ou de locação financeira.

1.3. O seguro obriga a reparação dos danos corporais ou materiais causados a terceiros, em que a morte integra o conceito de dano corporal.

1.4. Quando o acidente for simultaneamente de viação e de trabalho, aplicar-se-ão as disposições do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, tendo em atenção as constantes da legislação especial de acidentes de trabalho.

1.5. O disposto no parágrafo anterior é aplicável, com as devidas adaptações, quando o acidente possa qualificar-se como acidente em serviço, nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro.

1.6. Sempre que ocorrer o abate ou a cedência de viaturas, a entidade adjudicante tem direito ao estorno do prémio por cessação antecipada.

1.7. Na situação mencionada no ponto anterior, a entidade adjudicante terá de comunicar por escrito, ao adjudicatário, com uma antecedência mínima de 8 dias, deixando de ser da sua responsabilidade o seguro dos respetivos veículos.

1.8. Sempre que haja lugar à substituição de um veículo ou máquina do Município, ou ainda à aquisição de um novo, a entidade adjudicante comunicará ao adjudicatário, por escrito, os elementos e caraterísticas do mesmo, assim como as coberturas pretendidas, por forma a promover a emissão do seguro respetivo, num prazo máximo de 48 horas.

2 - CAPITAIS E COBERTURAS:

Coberturas:

- Responsabilidade civil;
- Assistência em viagem: abrange a assistência, em caso de avaria ou acidente, e o transporte do veículo, ocupantes e bagagens, incluído os Autocarros;
- Quebra Isolada de Vidros: garante os danos, causados, por causa não compreendida, em virtude de quebra isolada dos vidros, SEM FRANQUIA.
- Acidentes Pessoais (todos os ocupantes), em consequência de acidente de viação com o veículo seguro, ficará garantido as seguintes indemnizações:

Cobertura	Capital
Morte ou Invalidez Permanente	15.000,00 €
Despesas de tratamento	1.500,00 €

Os veículos e máquinas a segurar estão identificados, dos Tomadores de Seguros, no **Anexo 1 – Listas de viaturas**, com as respetivas características, coberturas pretendidas e capitais a garantir.

REGULARIZAÇÃO DE SINISTROS - Para a regularização dos sinistros aplicar-se-á as regras e os procedimentos dispostos no Capitulo III do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, na sua redação atual:

a) Aquando da celebração de um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel, a empresa de seguros deve prestar informação relevante relativamente aos procedimentos que adota em caso de sinistro.

3 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

3.1 A proposta a apresentar deve indicar os prémios totais anuais por viatura;

3.2 O adjudicatário deverá garantir o correto cancelamento das apólices a descontinuar, para que não existam duplicação de coberturas e respetivos custos, ou falta de cobertura por anulação das apólices existentes antes da entrada em vigor do seguro ao abrigo do procedimento a que respeita o presente CE;

3.3 Para a cobertura de "Assistência em viagem", o adjudicatário compromete-se a incluir o reboque de todas as viaturas, incluindo as pesadas de passageiros, sem qualquer encargo adicional ou franquia, bem como, sem restrição de área (km 0). Da mesma forma, suportará as despesas de transporte de todos os ocupantes até ao domicílio do subscritor ou até ao seu local de destino inicialmente previsto, desde que estes últimos gastos não sejam superiores aos primeiros. Quando o veículo seguro, imobilizado por acidente ou avaria, não for reparável ou substituído no mesmo dia, o serviço de "Assistência em viagem" suportará, até aos limites fixados, os custos de alojamento das pessoas seguras, desde que não inicialmente previstos, pelo período em que estejam a aguardar a reparação ou substituição do mesmo.

3.4 Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não se aplica qualquer período de carência na cobertura de assistência em viagem;

3.5 Cada reboque deverá ter um seguro próprio de Responsabilidade Civil, ficando assim derrogada a exclusão de serviço de reboque para todas as viaturas da frota, sem existir a necessidade de identificar as viaturas que efetuam serviço de reboque.

3.6 As garantias do seguro mantêm-se estando as viaturas ao ar livre.

4 - FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento.

3. SEGURO DE MULTIRRISCOS PATRIMONIAIS

1 - ÂMBITO E OBJETO DO SEGURO:

1.1 pretende-se um seguro para os bens, tanto móveis como imóveis, incluindo benfeitorias ou sobre os quais exista interesse em segurar, nomeadamente como usufrutuário ou locatário, que façam parte integrante do património imobiliário e mobiliário do Município.

1.2 Ficam incluídos na definição acima e de acordo com a relação do **Anexo 2:**

a) Todos os bens desde que se tratem de utensílios, máquinas, material de exposição e equipamento fixo ou móvel/portátil em deslocação, em qualquer local;

b) Os bens de terceiros sob custódia, cuidado ou controle da entidade adjudicante, incluindo objetos e/ou bens de carácter artístico para exposição;

c) Todo e qualquer local onde o tomador do seguro possua instalações ou interesses, e ainda, os locais que possam vir a ser incluídos.

2 - CONDIÇÕES ESPECIAIS:

2.1 Em caso de sinistro o adjudicatário não deverá aplicar a regra proporcional se a diferença entre a globalidade dos capitais seguros e o correspondente valor global de substituição for inferior a 10% destes últimos.

2.2 O segurador atualizará anualmente os capitais seguros em 2%, caso outra atualização não seja informada pelo Segurado.

2.3 Em caso de sinistro com os bens seguros por esta Apólice, a base sobre a qual se calculará a quantia indemnizável, será o valor em novo, no dia imediatamente anterior ao sinistro, de bens da mesma qualidade ou tipo, mas não superiores ou de maior amplitude do que os bens seguros quando novos. O valor de substituição terá como limite máximo o dobro do valor dos bens sinistrados no momento anterior ao do sinistro.

2.4 Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica o segurador obrigado a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e / ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

2.5 Pela alteração que for necessária nas Condições Gerais da apólice, fica expressamente estabelecido que se no momento em que ocorre um sinistro existir excesso de capital seguro em quaisquer bens seguros, o dito excesso aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros. Admitida a compensação na forma indicada, proceder-se-á ao normal pagamento do sinistro de acordo com o estabelecido nas Condições Gerais da apólice.

3 - **RISCOS COBERTOS**:

a) Incêndio, queda de raio e/ou explosão;

b) Tempestades;

c) Inundações;

d) Danos por água;

e) Danos em muros, vedações e portões;

f) Aluimentos de terras;

g) Queda de aeronaves;

h) Choque ou impacto de veículos terrestres;

i) Atos de vandalismo, maliciosos ou de sabotagem;

j) Greves, tumultos, alterações da ordem pública;

k) Danos causados por fumo;

l) Limpeza, demolição e remoção de escombros;

m) Desenhos, documentos e livros;

n) Danos em bens do senhorio;

o) Riscos elétricos;

p) Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte para todo o mundo;

q) Avaria de máquinas;

r) Derrames acidentais;

s) Privação temporária do local ocupado ou arrendado, quer estes sejam de função habitacional ou profissional;

t) Honorários de peritos;

u) Perda de rendas;

v) Quebra ou queda acidental de bens;

w) Quebra ou queda acidental de vidros, painéis e antenas;

x) Bens de terceiros confiados ao Município;

y) Furto e/ou roubo, incluindo dinheiro em cofre, caixa e transporte;

z) Danos aos imóveis causados por furto ou roubo;

aa) Danos estéticos;

bb) Danos em transporte terrestre de bens;

cc) Danos em parques, jardins e áreas de conservação da natureza, incluindo o respetivo equipamento, edificações, mobiliário e plantas;

dd) Pesquisa e reparação de avarias;

ee) Infidelidade de trabalhadores.

ff) Responsabilidade Civil

4 - CAPITAL A SEGURAR - Assim, aplica-se um limite máximo de indemnização de **38.600.000,00 €,** por anuidade do seguro e sinistro. Estão expressamente acordados os seguintes limites de indemnização, por sinistro e anuidade, ocorrido ao abrigo de cada um dos seguintes riscos:

Danos causados por fumo	30.000,00 €
Limpeza, demolição e remoção de escombros	250.000,00 €
Desenhos e documentos	30.000,00 €
Danos em bens do senhorio	30.000,00 €
Riscos elétricos	200.000,00 €
Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte	500.000,00 €
Avaria de máquinas	200.000,00 €
Derrame acidental	35.000,00 €
Privação temporária do local ocupado ou arrendado	30.000,00 €
Honorários de peritos	30.000,00 €
Perda de rendas	25.000,00 €
Quebra ou queda acidental de bens	30.000,00 €
Quebra ou queda acidental de vidros, painéis e antenas	30.000,00 €

Bens de terceiros	25.000,00 €
Furto e/ou roubo, incluindo os danos causados ao imóvel	300.000,00 €
Furto e/ou roubo de dinheiro em cofre, caixa ou em transporte	12.500,00 €
Danos em transporte terrestre de bens	30.000,00 €
Danos em jardins	30.000,00 €
Pesquisa e reparação de avarias	2,5% capital seguro por local de risco
Infidelidade de empregados	7.500,00 €
Responsabilidade Civil	250.000,00 €
Danos em bens de empregados	5.000,00 €

5 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O presente seguro fica sujeito a uma franquia de 10% no mínimo de 250,00 € no máximo de 2.500,00 €, do valor dos prejuízos indemnizáveis.

6 – FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento do prémio em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento

7 - **CONDIÇÕES ESPECIAIS:**

7.1 Derrogação da regra proporcional: Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice, fica acordado que o Segurador prescinde da aplicação da regra proporcional, até à diferença máxima de 10,00% entre o capital seguro dos edifícios e conteúdos e o respetivo valor de reconstrução e substituição.

7.2 Atualização de capitais: O segurador atualizará anualmente os capitais seguros em 2%, caso outra atualização não seja informada pelo Segurado.

7.3 Indemnização na base do valor de substituição em novo: Fica acordado que em caso de sinistro com os bens seguros por esta Apólice, a base sobre a qual se calculará a quantia indemnizável, será o valor em novo, no dia imediatamente anterior ao sinistro, de bens da mesma qualidade ou tipo, mas não superiores ou de maior amplitude do que os bens seguros quando novos.

7.4 Adiantamento por conta de sinistros: Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica o segurador obrigado a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e / ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

7.5 Bens de terceiros - O presente seguro inclui bens propriedade de terceiros, desde que, ou na medida em que, esses bens não se encontrem seguros pelos proprietários ou qualquer outra pessoa, sendo neste caso a responsabilidade do segurador limitada à quantia a pagar pelo segurado com o fim de compensar o respetivo proprietário pelos danos ou estragos sofridos pelos referidos bens.

7.6 Riscos elétrico - Nos termos desta cláusula, este contrato cobre também os danos ou prejuízos causados a quaisquer máquinas elétricas, transformadores, aparelhos e instalações elétricas e/ou eletrónicas e aos seus acessórios, nomeadamente por sobre tensão e sobreintensidade, incluindo os produzidos pela eletricidade atmosférica, curto-circuito, mesmo quando não resulte incêndio. Ficam derrogadas quaisquer limitações de potência imposta pelas Condições Gerais e/ou Especiais, às máquinas e/ou equipamentos afetados pelo risco em causa.

7.7 Exposições temporárias - Relativamente à realização de Exposições Temporárias da responsabilidade do Segurado, quer seja nas suas instalações ou nas de terceiros, aplicam-se os seguintes termos de cobertura:

a) Fica expressamente acordado que o objeto seguro é constituído por objetos do Município ou de terceiros, neste último caso, quando temporariamente confiados ou entregues ao seu cuidado, controle, custódia ou consignação.

b) A apólice cobre quaisquer danos provenientes de causa externa aos objetos seguros, excluindo-se apenas os danos resultantes de causa interna, nomeadamente o vício próprio. Esta cobertura é extensiva ao transporte terrestre dos bens seguros, em território nacional, incluindo cargas e descarga.

c) O Segurado facultará ao Segurador, apenas em caso de sinistro, relação das obras/bens objeto da exposição, onde deverá vir indicado o respetivo valor unitário.

d) O capital seguro em caso de sinistro corresponderá ao valor indicado na referida relação, sendo que o limite máximo de responsabilidade do segurador é de 75.000,00 euros/ano/sinistro, em 1.º risco.

7.8 Coleções, pares ou séries de objetos

7.8.1. Se se perder ou danificar qualquer objeto que tenha um valor acrescido, por fazer parte de um par ou conjunto, qualquer pagamento que o segurador efetue terá em conta esse valor acrescido. O Segurado decide se o segurador paga a totalidade do valor do par ou conjunto. O máximo que o segurador pagará será o valor do par ou conjunto.

7.8.2. Em caso de sinistro causado por um risco coberto o segurador poderá liquidar as despesas de restauro e/ou reparação, exceto se a desvalorização por parte da qualidade atribuível à mercadoria segura for reconhecida. Caso em que se aplicarão as disposições a seguir mencionadas:

a) Em caso de se verificar a impossibilidade ou desvantagem económica do restauro e/ou reparação, o segurador obriga-se a indemnizar o segurado, tendo em conta o valor de mercado dos objetos sinistrados.

b) Em caso de divergência quanto à atribuição daquele valor, o segurador e o segurado nomearão, cada um, um perito avaliador que concluirá pelo valor a indemnizar.

7.8.3. Danos acontecidos em transportes terrestres.

7.8.4. Ficam garantidos os danos acontecidos em transporte terrestre no território nacional de bens, propriedade do segurado ou de terceiros, em consequência de acidentes com o veículo transportador, incêndio, raio ou explosão, atos de vandalismo ou maliciosos, furto e/ou roubo, incluindo as operações de carga e descarga.

7.9. Quebra ou queda acidental de bens: Fica garantido qualquer dano acidental de quebra ou queda, que sofram os bens móveis do segurado ou de terceiros quando confiados, por qualquer acidente ou infortúnio desde que constituam uma ocorrência súbita e imprevista.

7.10 Bens existentes ao ar livre: Derrogando o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais da apólice, fica convencionado que os bens existentes ao ar livre estão garantidos por esta apólice.

7.11 Danos em jardins: Ficam garantidos os danos sofridos nos jardins do segurado em consequência da verificação de qualquer risco coberto por esta apólice. Em caso de sinistro ao abrigo desta cobertura a indemnização do segurador empregar-se-á diretamente na reparação ou reconstrução das zonas relvadas, na substituição de herbáceas, arbustos e árvores por outros da mesma espécie e porte.

7.12 Danos em bens de empregados:

7.12.1. Ficam garantidos os danos diretamente resultantes de qualquer risco garantido pelo presente contrato, causados aos bens pertencentes a empregados ou colaboradores do Segurado, incluindo títulos e valores, acontecidos no interior ou exterior dos locais de trabalho, durante o período laboral.

7.12.2. A presente cobertura está limitada a 1.000,00 euros de indemnização por sinistro, com um máximo de 5.000,00 euros.

7.13. Gastos extraordinários: Ficam garantidos os gastos extraordinários com o aluguer de equipamento para substituição de máquinas ou instalações danificadas por um risco coberto por esta apólice de seguro. O limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição especial, é de 25.000,00 euros/ano/sinistro.

7.14. Despesas suplementares com trabalhos provisórios: Em caso de sinistro coberto pela apólice, ficam também garantidos os custos incorridos pelo segurado com reparações provisórias e/ou temporárias, quer estas venham, ou não, a ser incluídas nos trabalhos definitivos, desde que tais reparações sejam necessárias, quer seja por questões de segurança, de manutenção do serviço/uso público, ou qualquer outra necessidade superveniente. Ficam garantidos os custos extraordinários para aceleração dos trabalhos, ou substituição definitiva dos bens seguros que tenham sofrido perdas ou danos provocados por uma situação coberta por esta apólice, incluindo os custos com encargos extras por horas extraordinárias, trabalho noturno, trabalho em dias feriados e transporte

em via rápida e frete aéreo. O limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição Especial, é de 30.000,00 euros/ano/sinistro.

7.15. **Desenhos, documentos e livros** - Fica acordado que o âmbito desta cobertura é extensível a desenhos, documentos e livros com interesse histórico, artístico, técnico e/ou cultural.

7.16. **Furto e/ou roubo** - Fica acordado que em complemento às disposições previstas nas Condições Gerais, a cobertura de furto e/ou roubo considera-se extensível à garantia do furto dos bens seguros quando praticado sub-repticiamente e às ocultas do segurado, seus funcionários, vigilantes e ou outros prestadores de serviços, enquanto as instalações se encontrarem abertas ao público.

7.17. **Obras menores:** Ficam cobertas as perdas e danos materiais sofridos pelos bens que correspondam a obras menores de construção, montagem, ampliação, modificação, reparação, manutenção e conservação, inclusivamente colocar a funcionar e testes, bem como aos materiais reunidos ao pé da obra, incluindo equipamentos, maquinaria e ferramentas em que o segurado tenha interesse, desde que as ditas obras sejam realizadas nos locais de risco seguros e devido a uma risco garantido pela presente apólice. Ao finalizar esta cobertura por termo da obra, os bens afetados serão considerados automaticamente incluídos na cobertura desta apólice. Consideram-se obras menores, para efeito de aplicação desta Condição Especial, aquelas cujo valor não supere os 150.000,00 €.

7.18. **Compensação de capitais:** Pela alteração que for necessária nas Condições Gerais da apólice, fica expressamente estabelecido que se no momento em que ocorre um sinistro existir excesso de capital seguro em quaisquer bens seguros, o dito excesso aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros. Admitida a compensação na forma indicada, proceder-se-á ao normal pagamento do sinistro de acordo com o estabelecido nas Condições Gerais da apólice.

7.19. **Privação temporária do local arrendado e/ou ocupado:**

a) **Função Habitacional** - Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador garante às pessoas que ocupem os fogos/habitações do tomador seguras nesta apólice, em caso de sinistro coberto pelas garantias do contrato, o seguinte:

- **Gastos de hotel** - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, o pagamento de hotel ou reembolso de gastos até ao montante máximo de 2.000,00 euros, por fogo/habitação sinistrado. Sempre que possível o segurador pagará a indemnização diretamente à entidade prestadora dos serviços de hospedagem.;
- **Gastos de mudança e guarda de bens** - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis:

i. a mudança até à habitação provisória e respetivos custos, os quais não poderão ultrapassar 350,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.

ii. a guarda dos objetos e bens que não se transfiram para a habitação provisória e respetivos custos, os quais não poderão ultrapassar 350,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.

- **Gastos de restaurante e lavandaria** Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, os gastos de restaurante e lavandaria, até ao montante máximo de 2.000,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.

b) <u>Função Profissional</u>:

- Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador, indemnizará o Segurado, em caso de sinistro coberto por esta apólice, que lhe origine privação temporária do uso do local arrendado ou ocupado, pela sua atividade, pelas despesas em que o mesmo tiver de razoavelmente incorrer com a armazenagem dos objetos seguros não destruídos, incluindo o respetivo transporte, ou com o exercício provisório da atividade noutro local até ao limite do capital fixado para esta garantia.
- A indemnização será paga contra documentos comprovativos das despesas efetuadas, após dedução dos encargos a que o Segurado estaria sujeito se o sinistro não tivesse ocorrido e que, entretanto, deixou de suportar.
- Os bens seguros que tenham sido transferidos para outro local de risco, ao abrigo desta cláusula, continuam garantidos nas mesmas condições desta apólice.
- No geral, o limite máximo de indemnização da presente Condição Especial é de 35.000,00 euros, por sinistro e ano do seguro, sendo a garantia válida pelo período indispensável à reinstalação no local onde se verificou o sinistro, sem nunca poder exceder os 9 meses.

8 - OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO:

8.1. Para reclamações de prejuízos até 2.500,00 euros, antes de aplicação da franquia contratual, o segurador prescinde do processo de peritagem e aceita processar as indemnizações com base na apresentação de um dos seguintes documentos:

a) *Apresentação da participação de sinistro;*
b) *Cópia do orçamento de reparação, em caso de perda parcial;*
c) *Em caso de perda total, cópia do recibo de aquisição do bem à data da compra, ou cópia do recibo de substituição, ou fatura pró-forma, ou cópia da ficha de imobilizado, onde conste a descrição e o valor do bem.*

8.2. Independentemente do valor da reclamação e sempre que esta seja paga em dinheiro, o segurador incluirá sempre no montante a indemnizar, o correspondente valor de IVA, quando este for efetivamente suportado pelo Município, não podendo invocar para tal, a entrega dos originais dos recibos, quando estes forem emitidos à ordem do Município, uma vez que por lei, está vedada a estas entidades a dedução do imposto em causa.

4. RESPONSABILIDADE CIVIL

1. OBJETO DO SEGURO:

1.1 O presente caderno de encargos abrange as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, cujo objeto visa a transferência direta de risco para as seguradoras, através da contratação de apólice de seguro de responsabilidade civil geral da Entidade Adjudicante/tomadora do seguro.

2. AMBITO DO SEGURO

2.1 Pretende-se contratar uma única apólice de seguro de Responsabilidade Civil Geral, visando prevenir efeitos emergentes da atividade desenvolvida pela entidade, e a ela imputável, em matéria de danos corporais e/ou materiais que se venham a manifestar sobre os seus patrimónios, os seus profissionais, utentes e população em geral, cobrindo as consequências pecuniárias decorrentes desses mesmos danos, em todo o território de Portugal Continental, em aplicação do estipulado no Decreto-lei n.º 194/2009 de 20 de agosto, com as alterações subsequentes, nomeadamente a Lei n.º 12/2014 de 06 de março e da demais legislação aplicável.

3. PESSOAS SEGURAS

3.1 Agentes colocados sob autoridade da entidade adjudicante no exercício das funções para que foram requisitados;

3.2 Civis requisitados para prevenir ou fazer cessar qualquer acidente, incêndio, flagelo ou calamidade;

3.3 Todo e qualquer voluntário que preste auxílio à entidade adjudicante.

4. CAPITAL A SEGURAR

4.1 O capital a segurar é de 2.500.000,00 € por sinistro e anuidade.

5. ATIVIDADES DO TOMADOR DO SEGURO

5.1 São consideradas atividades do tomador do seguro, todas as atribuições e competências dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e constantes no seu Regulamento.

6. COBERTURA DO SEGURO

5.1 Com a contratação da apólice de seguro pretendida, pretende-se garantir o pagamento das indemnizações que, ao abrigo da legislação em vigor, sejam exigíveis à entidade adjudicante, em consequência de danos decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros, decorrentes, a título meramente exemplificativo, de:

- Dos trabalhadores no exercício das suas funções;
- Responsabilidades por atos ou factos praticados por empresas subcontratadas, sempre que estes não disponham de seguro ou outros meios suficientes para responderem pelos prejuízos;
- Queda de quaisquer estruturas amovíveis em resultado de ação de elementos naturais, desde que em consequência de ações ou omissões do segurado;
- Realização de trabalhos, serviços e prestação de serviços, que resultem das atribuições e competências legais do segurado;
- Dos atos, erros ou omissões do segurado;
- Exploração e manutenção de armazéns, estaleiros, parques de estacionamento;
- Dos balcões de atendimento do segurado;
- Execução de trabalhos de construção, ampliação, renovação, conservação, manutenção, reparação ou reabilitação;
- Da organização e realização de conferências, reuniões e outras atividades ou eventos de carácter social, recreativo e educacional, bem como as decorrentes de participação em feiras e exposições;
- Responsabilidade civil decorrente da participação de qualquer trabalhador / colaborador do segurado, em sua representação, em quaisquer eventos públicos e/ou sociais, como conferências, reuniões e outras atividades ou eventos de caráter social, recreativo e educacional;
- De operações de carga, descarga e transporte de matérias, produtos, ou equipamentos inerentes à atividade do segurado; De máquinas, viaturas, gruas, empilhadores e equipamentos industriais em laboração que sejam utilizadas no seu interesse e/ou sob a sua direção efetiva, quando na execução das tarefas para os quais foram tecnicamente concebidos, com exclusão de danos resultantes da sua circulação da via pública;
- Da utilização de ascensores, monta-cargas, plataformas, escadas rolantes e outros equipamentos de elevação;
- Em consequência de danos provocados por incêndio, explosão e água, ocorridos nas infraestruturas do segurado, bem como os ocasionados fora destas, quando resulte do desempenho de trabalhos ou prestação de serviços;
- De danos causados a serviços enterrados e aéreos;
- Da propriedade, manutenção e conservação de parques, espaços ajardinados e zonas arborizadas;
- Danos resultantes de trabalhos de abertura de valas para instalação ou conservação de redes de água e/ou residuais (urbanas ou pluviais), quando tais trabalhos forem executados por administração direta;

- De danos a bens móveis e imóveis de terceiros, vizinhos das obras desde que na sequência de trabalhos realizados;
- Decorrente de sinistros provocados pela quebra, levantamento ou inexistência de tampas das redes de abastecimento de água e águas residuais;
- Da exploração de sistemas de água e saneamento, reservatórios de água, canais de adução, canais de distribuição e caixas principais;
- Da exploração de sistemas de tratamento de resíduos sólidos urbanos;
- Da exploração de Estação de Tratamento de Águas Residuais e Estações de tratamento de Águas;
- Pela organização de visitas às infraestruturas do segurado;
- Da queda total ou parcial de anúncios ou outros painéis, antenas, postes de iluminação e cabos de energia/comunicações.
- Danos em consequência de rebentamento ou rotura de condutas;

7. EXCLUSOES

7.1 Derrogando tudo o que em contrário estiver estipulado nas Condições Gerais, constituem também exclusões do presente contrato de seguro os danos:

- Pelo incumprimento das Leis, normas e regulamentos que regem o exercício da atividade segura;
- Que consubstanciem responsabilidades criminais ou reclamações baseadas no pagamento de coimas, multas ou sanções de qualquer natureza;
- Por responsabilidades sujeitas a seguros obrigatórios;
- Quaisquer reclamações por lucros cessantes, perda de uso, paralisações ou imobilizações totais ou parciais ou quaisquer outros danos indiretos;
- Por perdas financeiras puras;
- Por poluição e/ou contaminação;
- Causados no âmbito de Responsabilidade Civil Ambiental (Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de Julho);
- Por produtos cuja utilização ou efeito não tenham sido suficientemente testados em relação ao seu uso concreto ou que estejam em fase experimental;
- Ao objeto direto dos trabalhos;
- Ocorridos para além do período de execução dos trabalhos;
- Em bens confiados à guarda do Segurado;
- Por interrupção do fornecimento de água;
- Enquanto previsíveis tendo em consideração o tipo de trabalhos a efetuar;
- Decorrentes do armazenamento, utilização, transporte e lançamento de explosivos;
- Qualquer responsabilidade abrangida pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro e posteriores alterações;
- Pela falta de sinalização dos trabalhos nas vias públicas municipais da Responsabilidade do Segurado;
- Causados no âmbito da Responsabilidade Civil Produtos.

8. **FRANQUIA**

8.1 Em caso de sinistro, fica a cargo do segurado, uma franquia até 10% do valor de cada sinistro coberto, no mínimo de € 500,00 e máximo de € 25.000,00.

9. **FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento.

5. SEGURO DE MÁQUINAS CASCO

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Máquinas e equipamentos móveis que integram o parque de viaturas do tomador do seguro, nomeadamente:

- **Marca: Case CX18C**
- **Ano: 2018**
- **Descrição: Mini-giratoria**
- **Capital seguro – 33.136,20 €**

2. LOCAL DE RISCO

2.1. Todo e qualquer local onde o segurado possua instalações ou interesses.

3. ÂMBITO DA COBERTURA

3.1. Perda ou danos nas máquinas e equipamentos seguros ocasionados por acontecimentos externos de carácter súbito e imprevisto devido a:

Coberturas Base:

- Incêndio, queda de raio e explosão;
- Furto e/ou roubo, ou a sua tentativa;
- Choque, colisão, capotamento, descarrilamento e queda em valas;
- Acidentes durante as operações de carga ou descarga dos equipamentos, incluindo o respetivo transporte dos equipamentos seguros;
- Impacto de objetos, erro de manobra, imperícia, acidente de montagem e queda de casco;
- Avalanches, aluimentos e/ou deslizamentos de terrenos, queda de terras ou de pedras resultantes de escorregamento de barreiras;
- Tempestades, ciclones, inundações, sismos erupções vulcânicas, marmotes e outros fenómenos da natureza.
- Queda de aeronaves;
- Fica garantida a extensão de cobertura de máquinas casco desta apólice (ou seja, só danos próprios), aos acidentes de circulação, ocorridos em estradas, vias ou caminhos, que as viaturas seguras possam sofrer.

Coberturas Adicionais:

- Greves, assaltos, tumultos e alterações da ordem pública;
- Despesas de remoção de escombros e salvamento; (capital seguro)

3.1. Fica garantida a extensão da cobertura de danos próprios de máquinas casco desta apólice, aos acidentes de circulação, ocorridos em estradas, vias ou caminhos, que as viaturas seguras possam sofrer.

4. FRANQUIA

4.1. Em caso de sinistro, aplica-se uma franquia fixa de 250 € sobre o valor do prejuízo indemnizável.

5. FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento do prémio será anual.

6. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

1. TOMADOR DE SEGURO

- **SMAS DE VISEU**

2. ENDEREÇO DO TOMADOR DE SEGURO

- **Rua Conselheiro Afonso de Melo 3510-024 VISEU**

3. COBERTURAS DE SEGURO

3.1. Custos de Limpeza; ou Dano Corporal ou Dano Material de Terceiros; ou Transporte; decorrentes de Condições Poluentes que sejam resultantes da Atividade do Segurado e que tenham início na data ou após a Data Retroativa.

3.2. Danos Ambientais que sejam resultantes da Atividade do Segurado ou de Transporte realizado no âmbito da sua Atividade e que tenham início na data ou após a Data Retractiva e que originem Custos de Reparação.

3.3. Custos de Prevenção decorrentes dos n.ºs 3.1 e 3.2 supra;

3.4. Custos de Defesa decorrentes dos n.ºs 3.1, 3.2 e 3.3 supra;

Fica ainda convencionado que:

4.5. Os danos decorrentes da atividade de Transporte estão cobertos nos termos da presente apólice em excesso das condições e limites existentes e/ou previstos das apólices de Responsabilidade Civil Automóvel e de Responsabilidade Civil Exploração do(s) Segurado(s).

4.6. Âmbito geográfico relativo à cobertura de Transporte, nos termos indicados no n.º 3.5 supra: Portugal.

4.7. O Período Suplementar de Reclamação, de acordo com a definição da apólice, é de 12 (Doze) meses.

4. LIMITE DE INDEMNIZAÇÃO E FRANQUIA

Limite por sinistro	Franquia por sinistro
250.000,00 €	35.000,00 €

5. ÂMBITO TEMPORAL

6.1. Período: Anual

5.2. Data de retroatividade: Data de início da apólice

5.3. Período Suplementar de Reclamação: 12 meses de acordo com a definição da apólice.

6. ATIVIDADE SEGURADO

2.1. Gestão de estações de tratamento de águas residuais.

7. ÂMBITO TEMPORAL

7.1. Período: Único

7.2. Data de retroatividade: 01/03/2019

7.3. Período Suplementar de Reclamação: 12 meses de acordo com a definição da apólice.

8. LOCAIS DE RISCO

Locais de Risco	
ETAR Viseu Sul	
ETAR de Ponte do Farreco	ETAR de Cavernães
ETAR Casal Jusão	ETAR de Torredeita
ETAR Póvoa de Calde	ETAR de Gumiei/Casal Ribafeita
ETAR Lages Silgueiros	ETAR de Bodiosa-a-Velha
ETAR Passos Silgueiros	ETAR Corvos à Nogueira
ETAR Vila Corça	ETAR Póvoa Moscoso
ETAR Prime	ETAR Várzea Calde
ETAR São João Lourosa	ETAR de Travanca
ETAR Vilar de Ordem	ETAR Loureiro Silgueiros
ETAR de Carvalhal	ETAR de Queirela
ETAR de Vouguinha	ETAR Boa Aldeia

9. CONDIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS

10.1. Todas as situações de poluição preexistentes anteriores à Data Retroativa ou à Data de Início da apólice e/ou que em qualquer caso que sejam do conhecimento prévio do Segurado, encontram-se excluídos.

10.2 Exclusão de custos, despesas ou indemnizações relacionados com tanques de armazenamento subterrâneos. Clarifica-se que órgãos, parte integrante de sistemas de tratamento de águas residuais não são considerados tanques subterrâneos.

10.3. Exclusão de custos, despesas ou indemnizações decorrentes de poços de injeção de água (poços absorventes, fossas sépticas, descarga de resíduos no solo e ainda poços inicialmente concebido para a abstração de água e que lhes tenha sido dado um uso ou destino diferente).

10.4. Encontra-se excluídos quaisquer custos de limpeza e/ou reparação de aterros e/ou lagoas. Encontrando-se, contudo garantidos os custos de limpezas e reparação de continuidades, relativos a condições poluentes resultantes dos mesmos.

10.5. Exclusão de custos, despesas ou indemnizações originados em trabalhos levados a cabo pelo Segurado ou alguém por si contratado em locais de risco de terceiros.

10.6. Exclusão dos danos decorrentes da descarga de água residual, resultante da não conformidade legal e operativa dos sistemas de tratamento.

10.7. Exclusão de responsabilidade civil profissional (erros e omissões), responsabilidade civil produtos e/ou pós trabalhos.

10.8. Exclusão de custos, despesas ou indemnizações decorrentes de material contendo chumbo na sua composição.

10.9. Os danos decorrentes da atividade de transporte estão cobertos nos termos da presente proposta em excesso das condições e limites existentes e/ou previstos das apólices de responsabilidade civil automóvel e de responsabilidade civil exploração do segurado – Âmbito geográfico: Portugal.

10.10. Exclusão da responsabilidade indireta, solidária e subsidiária do segurado pelos danos causados pelas restantes empresas que partilham o local de risco com o segurado, estando apenas incluídos nos termos da presente apólice a responsabilidade ambiental decorrente da catividade do segurado.

10.11. Em caso de necessidade e emergência, o segurado poderá tomar medidas para evitar ou reduzir quaisquer consequências de condições poluentes. às despesas afetas a estas medidas designamos despesas de atenuação ou despesas de mitigação. estas despesas encontram-se garantidas, nos termos e limites da apólice.

10.12. Encontram-se garantidos, nos termos e condições da apólice, os danos resultantes de condições poluentes que surjam de operações de carga e descarga no local seguro.

10.13 As perdas resultantes de danos à biodiversidade (incluindo custos de defesa) encontram-se incluídas no limite agregado da apólice.

ANEXOS:

MUNICIPIO VISEU:

Anexo 1 – Frota Automóvel

Anexo 2 – Relação do Património

Anexo 3 – Relação do Património – Habitações Sociais

Anexo 4 – Máquinas Casco

Anexo 5 – Listagem – Parques Infantis e Instalações Desportivas Culturais e Recreativas

Anexo 6 – Atividades Temporárias

Anexo 7 – Voluntários e CPCJ

Anexo 8 – Utentes de Instalações

Anexo 9 - Sinistralidade

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE VISEU:

Anexo 10 – Lista De Viaturas

Anexo 11 – Relação do Património

Anexo 12 - Informação ETARs

Anexo 13 - Memoria descritiva _ETAR Viseu Sul

Anexo 14 – Licença de Utilização dos Recursos Hídricos - Rejeição de Águas Residuais

Anexo 15 – Controlo analítico das ETAR

Anexo 16 – Sinistralidade

ANEXO I

Listagem da Frota

N.º	Matricula	Marca / Modelo	C.C.	P.B.	Data Matricula	N.º Lug	Categoria	RC	Danos Próprios - FR/IRE/CCC	Franquia	AV	FN	AVA	PJ	OC	Q/V	PV ou VS
1	45-AG-12	FIAT DOBLO 223	1248	1865	18/07/2005	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
2	79-65-TU	OPEL CORSA C	1119	1430	16/07/2002	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
3	23-AC-96	OPEL CORSA C	1229	1445	15/06/2005	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
4	OB-59-32	RENAULT R4 GTL	1108	1090	24/06/1987	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
5	JC-01-63	RENAULT 4 GTL	1108	1090	04/04/1985	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
6	48-08-JC	VOLKSWAGEN POLO (NL6NS)	999	1375	29/10/1997	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
7	11-17-ZN	FIAT PANDA 169	1108	1255	04/02/2005	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
8	11-18-ZN	FIAT PANDA 169	1108	1255	04/02/2005	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
9	51-97-NN	OPEL CORSA B	1199	1370	08/06/1999	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
10	JQ-18-89	RENAULT 4 GTL	1108	1090	05/05/1987	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
11	JA-03-02	RENAULT 4 GTL	1108	1090	05/02/1985	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
12	64-17-BP	RENAULT 4 GTL	1108	1090	01/02/1993	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
13	21-84-MG	NISSAN TERRANO II R20	2664	2510	23/11/1998	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
14	17-59-OP	NISSAN TERRANO II (VPR20)	2664	2510	06/12/1999	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
15	XM-36-24	RENAULT 4 TL (112C00)	956	1030	24/10/1991	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
16	XM-36-25	RENAULT 4 TL (112C00)	956	1030	24/10/1991	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
17	XM-36-26	RENAULT 4 TL (112C00)	956	1030	24/10/1991	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
18	70-34-VO	PEUGEOT 206 1.4 HDI COLOR	1398	1525	13/10/2003	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
19	70-33-VO	PEUGEOT 206 1.4 HDI COLOR	1398	1525	13/10/2003	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
20	21-61-IR	TOYOTA HILUX (33LN85)	2446	2395	16/07/1997	5	MISTO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
21	16-CG-31	CITROEN JUMPY	1997	2315	12/10/2006	3	MISTO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
22	PE-03-40	BEDFORD KBD 27 Y	2238	2600	17/03/1988	2	MISTO ETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
23	GE-07-23	UMM 4X4 COURNIL (ENTREPRENEUR)	1946	2600	28/06/1982	5	MISTO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
24	93-93-CJ	TOYOTA HILUX (33LNA4)	2446	2700	22/07/1993	5	MISTO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
25	54-GC-09	IVECO DAILY CHASSIS-CABINA 35C15 D E4	2998	3500	04/07/2008	3	CAMINHETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
26	UE-95-67	RENAULT MASTER T 35D (FB3OA1)	2496	3500	09/01/1990	3	CAMINHETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
27	91-01-VJ	FORD TRANSIT 35OE	2402	3500	27/08/2003	6	CAMINHETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
28	91-03-VJ	FORD TRANSIT 35OE	2402	3500	27/08/2003	6	CAMINHETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
29	91-04-VJ	FORD TRANSIT 35OE	2402	3500	27/08/2003	6	CAMINHETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
30	90-78-VJ	FORD TRANSIT 35OE	2402	3500	27/08/2003	6	CAMINHETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
31	47-15-XT	FORD TRANSIT 35OE (90 CH/CD 6)	2402	3500	30/07/2004	6	CAMINHETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
32	53-63-JD	FORD TRANSIT 190 CH /CABINA DUPLA (L-3)	2496	3500	10/11/1997	7	CAMINHETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
33	SS-87-34	TOYOTA LAND CRUISER BJ40LV-KCW/P	2977	2600	16/03/1981	7	MISTO ETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
34	53-85-JD	FORD TRANSIT 190 CH /CABINA DUPLA (L-3)	2496	3500	10/11/1997	7	CAMINHETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
35	53-61-JD	FORD TRANSIT 190 CH /CABINA DUPLA (L-3)	2496	3500	10/11/1997	7	CAMINHETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
36	XP-58-11	BEDFORD NKR 575/35	3268	3500	06/12/1991	7	CAMINHETA ETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
37	XQ-77-46	BEDFORD NKR 575/35	3268	3500	20/12/1991	7	CAMINHETA ETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
38	91-55-QX	NISSAN CABSTAR 110-35/3DC	2953	3500	05/01/2001	6	CAMINHETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
39	91-53-QX	NISSAN CABSTAR 110-35/3DC	2953	3500	05/01/2011	6	CAMINHETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
40	91-49-QX	NISSAN CABSTAR 110-35/3DC	2953	3500	05/01/2001	6	CAMINHETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
41	91-63-QX	NISSAN CABSTAR 110-35/3DC	2953	3500	05/01/2001	6	CAMINHETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
42	37-98-BU	ISUZU NKR 55L/35	2771	3500	18/03/1993	7	CAMINHETA ETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
43	XS-33-30	BEDFORD NKR 575/35	3268	3500	08/01/1992	7	CAMINHETA ETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
44	87-31-ZL	IVECO 35C12 F F1A	2286	3500	24/01/2005	5	CAMINHETA ETA	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
45	82-41-VJ	RENAULT CLIO B FASE II SOCIETIE	1461	1515	26/08/2003	2	LIGEIRO VAN	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
46	82-42-VJ	RENAULT CLIO B FASE II SOCIETIE	1461	1515	26/08/2003	2	LIGEIRO VAN	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
47	82-79-VJ	RENAULT CLIO B FASE II SOCIETIE	1461	1515	26/08/2003	2	LIGEIRO VAN	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
48	82-82-VJ	RENAULT CLIO B FASE II SOCIETIE	1461	1515	26/08/2003	2	LIGEIRO VAN	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
49	11-64-JE	OPEL CORSA B (732x4)	1685	1400	17/11/1997	2	LIGEIRO VAN	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
50	82-76-JC	RENAULT EXPRESS (F40 R 05)	1870	1475	31/10/1997	2	LIGEIRO VAN	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
51	90-11-EU	CITROEN AX ENTREPISE	1360	1150	13/02/1995	2	LIGEIRO VAN	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
52	90-12-EU	CITROEN AX ENTREPISE	1360	1150	13/02/1995	2	LIGEIRO VAN	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
53	69-JR-54	FAMEL 76	50		02/01/1989	1	CICLOMOTOR	50 000 000 €					✓	✓			
54	69-JR-52	FAMEL KS SUPER	50		01/01/1990	1	CICLOMOTOR	50 000 000 €					✓	✓			
55	69-JR-53	EFS	49		02/01/1993	1	CICLOMOTOR	50 000 000 €					✓	✓			
56	79-39-ZC	HONDA NX 4 (ND07)	397	151	28/10/2004	2	MOTOCICLO	50 000 000 €					✓	✓			
57	50-CC-00	NISSAN PICK UP (CVLUD22UQN35)	2488	3500	31/08/2006	5	VIAT BOMBEIROS	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
58	17-BN-58	LAND ROVER DEFENDER 130CC	2495	3500	19/04/2006	5	VIAT BOMBEIROS	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
59	34-60-FL	FORD TRANSIT 100L VAN (TA-2)	2486	2900	30/06/1995	3	AMBULÂNCIA	50 000 000 €					✓	✓		1 000 €	
60	01-22-RB	MERCEDES-BENZ 313 CDI	2148	3500	18/01/2001	3	AMBULÂNCIA	50 000 000 €					✓	✓		1 000 €	
61	XL-84-36	MITSUBISHI CANTER FE 331 BELEA 1A	3298	5600	17/10/1991	3	HIGIENE URBANA	50 000 000 €								1 000 €	
62	83-61-PX	TOYOTA DYNA 250 (31BUE4) 6.0	4104	6000	07/07/2000	3	HIGIENE URBANA	50 000 000 €								1 000 €	

ANEXO I

63	57-71-QB	VOLVO FM7-43 (4X2) L1H1 AIR	73000	19000	26/07/2000	3	HIGIENE URBANA	50 000 000 €								1 000 €	
64	OI-95-35	MERCEDES-BENZ 1922K/38	9999	16000	16/12/1987	3	HIGIENE URBANA	50 000 000 €								1 000 €	
65	S/ MAT	DUMPER.			31/05/1905	1	EMPILHADOR	50 000 000 €									
66	S/ MAT	VM JUMBO.			01/06/1987	1	EMPILHADOR	50 000 000 €									
67	34-97-IX	SAME ARGON 70 DT	3000		12/09/1997	1	MAQ AGRICOLA	50 000 000 €									
68	DU-82-17	LANDINI R8500	4060	3150	20/02/1981	1	TRACT C/ REBOQUE	50 000 000 €									
69	S/ MAT	GOLDINI			04/06/1905	1	TRACT C/ REBOQUE	50 000 000 €									
70	VJ-23-44	RENAULT 40ACA 1	6174	11500	23/07/1990	1	MAQ CONST CIVIL	50 000 000 €									
71	63-33-XA	IVECO 35 1 (35C13 A E3)	2800	3500	04/02/2004	3	PRONTO SOCORRO	50 000 000 €							✓	1 000 €	
72	52-71-EZ	UNIMOG (MERCEDES.BENZ (U1350 L/32)	5458	8500	14/03/1995	6	PRONTO SOCORRO	50 000 000 €							✓	1 000 €	
73	32-JE-92	OPEL COMBO CARGO 1.3 CDTI 75VC	1248	2020	18/05/2010	2	LIGEIRO VAN	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
74	11-13-VL	YAMAHA TDR	225	137	28/08/2003	2	MOTOCICLO	50 000 000 €					✓	✓			
75	54-08-VL	HONDA NX4 (9C2ND07)	225	120	02/09/2003	2	MOTOCICLO	50 000 000 €					✓	✓			
76	4	VOLVO FM7-43 (4X2)	7284	19000	26/09/2000	2	HIGIENE URBANA	50 000 000 €							✓	1 000 €	
77	04-67-BS	DAF FA 2300 HT	8267	19000	25/02/1993	3	CAMIÃO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
78	LF-45-81	CHEVROLET CE 61702 (RECONSTRUIDO)	5985	10500	26/09/1970	10	CAMIÃO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
79	PT-46-16	VOLVO FL 616 5000	6724	16000	17/10/1986	3	CAMIÃO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
80	25-07-NA	NISSAN M130-200/1	5985	13000	17/03/1999	3	VIAT BOMBEIROS	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
81	XG-21-00	MERCEDES-BENZ 1317 AK/31 (676 146)	5958	13000	05/08/1991	7	VIAT BOMBEIROS	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
82	UZ-75-26	MERCEDES BENZ UNIMOG U 1300 L	9999	7500	24/08/1983	6	VIAT BOMBEIROS	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
83	RS-77-81	TOYOTA DYNA (BU30L-QRDHT 55)	2977	5500	11/11/1983	3	CAMIÃO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
84	EQ-45-51	BEDFORD NKR 575/60	3268	5900	28/01/1987	3	CAMIÃO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
85	41-72-LD	CITROEN BERLINGO	1124	1740	01/08/1998	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
86	AC-49-81	FORD AA	2800	5630	01/01/1932	10	PESADO	50 000 000 €					✓	✓			
87	L-90602	S/MARCA - RE312		3500	01/07/2000		REBOQUE	50 000 000 €									
88	C-17047	S/MARCA - RE303		6000	02/10/1981		REBOQUE	50 000 000 €									
89	55-FC-26	TOYOTA AVENSIS SEDAN DIESEL (T25)	1998	1970	18/01/2008	5	LIGEIRO	50 000 000 €	23 134,00 €	0,00 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	✓
90	94-38-VM	NISSAN X-TRAIL T30	2184	2050	24/09/2003	5	LIGEIRO	50 000 000 €	14 782,00 €	295,65 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	✓
91	90-35-MC	OPEL ASTRA G-CC	1995	1795	03/11/1998	5	LIGEIRO	50 000 000 €	4 731,00 €	250,00 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	✓
92	L-102131	Galucho 35GACS50	0	5000	25/05/1990		REBOQUE	50 000 000 €									
93	78-NP-82	MERCEDES-BENZ	6374		01/04/2013		VIAT BOMBEIROS	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
94	102020	Bicicleta Eléctrica c/ motor			25/01/2013		Bicicleta Electrica	50 000 000 €									
95	102003	Bicicleta Eléctrica c/ motor			00/01/1900		Bicicleta Electrica	50 000 000 €									
96	102042	Bicicleta Eléctrica c/ motor			00/01/1900		Bicicleta Electrica	50 000 000 €									
97	102016	Bicicleta Eléctrica c/ motor			00/01/1900		Bicicleta Electrica	50 000 000 €									
98	102043	Bicicleta Eléctrica c/ motor			00/01/1900		Bicicleta Electrica	50 000 000 €									
99	102013	Bicicleta Eléctrica c/ motor			00/01/1900		Bicicleta Electrica	50 000 000 €									
100	102035	Bicicleta Eléctrica c/ motor			00/01/1900		Bicicleta Electrica	50 000 000 €									
101	102049	Bicicleta Eléctrica c/ motor			00/01/1900		Bicicleta Electrica	50 000 000 €									
102	102017	Bicicleta Eléctrica c/ motor			00/01/1900		Bicicleta Electrica	50 000 000 €									
103	102024	Bicicleta Eléctrica c/ motor			00/01/1900		Bicicleta Electrica	50 000 000 €									
104	102032	Bicicleta Eléctrica c/ motor			00/01/1900		Bicicleta Electrica	50 000 000 €									
105	102046	Bicicleta Eléctrica c/ motor			00/01/1900		Bicicleta Electrica	50 000 000 €									
106	102048	Bicicleta Eléctrica c/ motor			00/01/1900		Bicicleta Electrica	50 000 000 €									
107	102028	Bicicleta Eléctrica c/ motor			00/01/1900		Bicicleta Electrica	50 000 000 €									
108	102045	Bicicleta Eléctrica c/ motor			00/01/1900		Bicicleta Electrica	50 000 000 €									
109	MN-74-02	CHEVROLET (BOMBEIROS - CLÁSSICO)			00/01/1900		CLÁSSICO (BOMB)	50 000 000 €									
110	17VS0630B	OSHKOSHT T 3000			00/01/1900		VIAT BOMBEIROS	50 000 000 €									
111	VU-39-34	RENAULT MASCOTT F 130.65			00/01/1900		CAMIÃO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
112	70-IN-45	PEUGEOT 1.6 HDI EXECUTIVE 5P DIESEL	1560	2250	16/12/2009		LIGEIRO	50 000 000 €	11 992,00 €	479,69 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	✓
113	56-QQ-32	RAVO	4485	11400	01/07/2007		HIGIENE URBANA	50 000 000 €								1 000 €	
114	42-QR-28	RAVO	5861	10500	01/03/2001		HIGIENE URBANA	50 000 000 €								2 500 €	
115	50-QQ-20	RAVO	5861	10500	01/12/2002		HIGIENE URBANA	50 000 000 €								2 500 €	
116	98-QQ-09	INDUSTRIAL DIESEL 1 LUG	1123	1988	01/02/2005		VEÍCULO INDUST	50 000 000 €									
117	31-BC-20	Renault Traffic	1870	2700	01/06/2016	2	LIGEIRO MISTO	50 000 000 €					✓	✓		1 000 €	
118	18-37-VA	PEUGEOT 206 1.4 HDI XA 3P DIESEL 2 LUG	1398	0	01/05/2003	2	LIGEIRO VAN	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
119	34-VT-67	CRAWLER LOADER		21000	26/06/1905		VEÍCULO INDUST	50 000 000 €									
120	61-TE-51	GOUPIL GWN	27	2100	23/06/2017		HIGIENE URBANA	50 000 000 €								1 000 €	
121	61-TE-50	GOUPIL GWN	27	2100	23/06/2017		HIGIENE URBANA	50 000 000 €								1 000 €	
122	86-TI-50	GOUPIL GWN	27	2100	27/07/2017		HIGIENE URBANA	50 000 000 €								1 000 €	
123	23-TN-00	GOUPIL GWN	27	2100	30/08/2017		HIGIENE URBANA	50 000 000 €								1 000 €	
124	96-TN-71	green machines	15 kw	2670	13/09/2017		HIGIENE URBANA	50 000 000 €								1 000 €	
125	13-TQ-35	NISSAN NV200 5L	ELETRICO		01/09/2017		COM.LIGEIRO PB ENTRE 1851 E 2!	50 000 000 €								1 000 €	
126	13-TQ-40	NISSAN NV200 5L	ELETRICO		01/09/2017		COM.LIGEIRO PB ENTRE 1851 E 2!	50 000 000 €								1 000 €	
127	13-TQ-98	NISSAN NV200 5L	ELETRICO		01/09/2017		COM.LIGEIRO PB ENTRE 1851 E 2!	50 000 000 €								1 000 €	
128	08-VR-57	MERCEDES-BENZ CLASSE -X	2298	3250	22/11/2018	5	PESADO DE BOMBEIROS	50 000 000 €	78 408,00 €	1 568,17 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	

ANEXO I

129	08-VR-58	MERCEDES-BENZ CLASSE -X	2298	3250	22/11/2018	5	PESADO DE BOMBEIROS	50 000 000 €	78 408,00 €	1 568,17 €	✓	✓	✓	✓	✓		
130	10-UX-97	VOLVO S90 DIESEL			11/06/2018			50 000 000 €	55 000,00 €	0,00 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	✓
131	50-UR-07	RENAULT ZOE	ELETRICO	1555	08/05/2018	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
132	50-UR-19	RENAULT ZOE	ELETRICO	1555	08/05/2018	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
133	51-UR-03	RENAULT ZOE	ELETRICO	1555	08/05/2018	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
134	51-UR-89	RENAULT ZOE	ELETRICO	1555	08/05/2018	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
135	52-UR-24	RENAULT ZOE	ELETRICO	1555	08/05/2018	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
136	36-VA-84	RENAULT ZOE	ELETRICO	1555	27/06/2018	5	LIGEIRO	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
137	57-ZP-32	MERCEDES-BENZ 639/2	1950	3200	16/12/2019	9	LIGEIRO	50 000 000 €	41 817,00 €	836,35 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	
138	92-ZQ-55	FORD TRANSIT	1995	3500	27/12/2019	7	LIGEIRO	50 000 000 €	30 300,00 €	606,01 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	
139	91-ZQ-42	FORD TRANSIT	1995	3500	27/12/2019	7	LIGEIRO	50 000 000 €	30 300,00 €	606,01 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	
140	91-ZQ-83	FORD TRANSIT	1995	3500	27/12/2019	7	LIGEIRO	50 000 000 €	30 300,00 €	606,01 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	
141	92-ZQ-27	FORD TRANSIT	1995	3500	27/12/2019	7	LIGEIRO	50 000 000 €	30 300,00 €	606,01 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	
142	91-ZQ-79	FORD TRANSIT	1995	3500	27/12/2019	7	LIGEIRO	50 000 000 €	30 300,00 €	606,01 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	
143	44-ZG-46	FIAT PANDA	1242	1440	30/09/2019	5	LIGEIRO	50 000 000 €	12 500,00 €	250,01 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	
144	66-ZZ-36	MITSUBISHI L200	2442	2900	28/02/2020	5	LIGEIRO	50 000 000 €	42 435,00 €	848,71 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	
145	AA-29-PD	TOYOTA CAMRY	2487	2100	21/04/2020	5	LIGEIRO	50 000 000 €	43 990,00 €	879,81 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	
146	AA-30-PD	TOYOTA CAMRY	2487	2100	21/04/2020	5	LIGEIRO	50 000 000 €	43 990,00 €	879,81 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	
147	AB-18-AO	MERCEDES-BENZ 2548 L	11946	26000	28/05/2020	2	ESADO DE BOMBEIROS - Cister	50 000 000 €	69 495,00 €	2 779,81 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	
148	53-64-CN	IVECO 401 WLI	2500	4000	19/08/1993	3	Articulado	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
149	QA-66-68	DAF NAT2817DKA	11627	26000	23/06/1988	3	Camião	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
150	QC-58-80	DAF FT 3.300DKX	11627	40000	18/07/1988	1	Articulado	50 000 000 €					✓	✓	✓	1 000 €	
151	75-NU-31	NEW HOLLAND LB 95-4PT	4987	8430	01/05/2003	1	Máquina Const. Civil	50 000 000 €									
152	AV - 44476	HERCULANO 51E 3500			26/11/2007		Reboque	50 000 000 €									
153	L - 152598	MOIROUND			17/07/2000		Reboque	50 000 000 €									
154	43-ZG-37	FIAT PANDA	1242	1440	30/09/2015	5	Ligeiro de Passageiros	50 000 000 €	10 750,20 €	0,00%	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	
155	45-ZG-15	FIAT PANDA	1242	1440	30/09/2019	5	Ligeiro de Passageiros	50 000 000 €	10 750,20 €	0,00%	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	
156	AI-64-NM	SEAT ATECA			26/07/2021	5	Ligeiro de Passageiros	50 000 000 €	33 500,00 €	0,00%	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	
157	17-XQ-59	FIAT PANDA	1242	1440	30/05/2019	5	Ligeiro de Passageiros	50 000 000 €	8 511,60 €	2,00%	✓	✓	✓	✓	✓	1 000 €	

RC Responsabilidade Civil
AVA Assistência em Viagem
PJ Protecção Jurídica
QIV Quebra Isoldada de Vidros
OC Ocupantes
CC Cilindrada
PB Peso Bruto
FR Furto Ou Roubo
IRE Incendio, Raio Ou Explosão
CCC Choque, Colisão e Capotamento
AV Atos Vandalismo
FN Fenomenos da Natureza
PV Privação de Uso
VS Viatura Substituição

ANEXO I

Anexo 2

MULTIRRISCOS		
Designação	Edifício	Conteúdos
Antigo apeadeiro da CP em Moselos- Campo (Requalificação) - Protocolo comodato - Junta do Campo 13/04/2017.	30 054,15 €	
Armazém de Paradinha e Oficinas de Repeses	169 833,95 €	499 017,11 €
Bairro de Paradinha - Fracção A Cave Bloco 9	19 529,75 €	
Bairro de Paradinha - Fracção A cave esquerda - Bloco 12	19 478,63 €	
Bairro de Paradinha - Fracção A Cave esquerda frente Bloco 11	18 629,95 €	
Bairro de Paradinha - Fracção A Cave frente Bloco 10	16 206,63 €	
Bairro de Paradinha - Fracção B Cave direita frente Bloco 11	19 908,08 €	
Bairro de Paradinha - Fracção B cave direita frente Bloco 12	17 914,20 €	
Bairro de Paradinha - Fracção B Cave posterior esquerda Bloco 10	19 171,88 €	
Bairro de Paradinha - Fracção C Cave esquerda posterior Bloco 11	18 190,28 €	
Bairro de Paradinha - Fracção C cave esquerda posterior Bloco 12	23 650,43 €	
Bairro de Paradinha - Fracção C Cave posterior direita Bloco 10	54 120,93 €	
Bairro de Paradinha - Fracção D cave direita Bloco 11	26 349,83 €	
Bairro de Paradinha - Fracção D cave direito posterior Bloco 12	27 975,60 €	
Biblioteca Municípal	2 940 349,55 €	1 500 000,00 €
Casa da Ribeira	422 000,00 €	
Casa de habitação - Ecopista- Linha do Vouga/Dão- REFER - Bodiosa	8 424,50 €	
Casa de habitação -- Ecopista- Linha do Vouga/Dão- REFER – Orgens (Apeadeiro-Casa-Tondelinha)	21 913,85 €	
Casa de habitação - Ecopista- Linha do Vouga/Dão- REFER – Orgens (casa do guarda)	14 079,83 €	
Casa de Habitação - Ecopista- Linha do Vouga/Dão- REFER – São Cipriano	44 990,00 €	
Casa de habitação Ecopista - Linha do Vouga/Dão- REFER - Bodiosa- Sede Junta Bodiosa - Protocolo Comodato 05/06/2013	18 889,15 €	
Casa do Miradouro (sede da SRU + Museu Arqueológico José Coelho)	1 500 000,00 €	266 000,00 €
CentroEscolar Aquilino Ribeiro	2 072 148,46 €	110 156,06 €
CentroEscolar Arnaldo Malho (Rio de Loba)	1 340 500,00 €	
CentroEscolar de Rio de Loba (Escola Básica Mestre Arnaldo Malho)	1 165 180,00 €	
CentroEscolar Viseu Norte (Escola Básica Professor Rolando de Oliveira) St. Estevão - Abraveses	1 713 341,90 €	
CMIA Avª.Capitão Homem Ribeiro - Viseu	215 690,00 €	
EB 1 e J.I. Viso	542 450,00 €	
EB1 de Boaldeia	130 000,00 €	
EB1 de Pascoal e EB1 de Abraveses	37 409,84 €	
Edif.Casa onde funcionaram os Moinhos da Balsa (junto ao Rio Pavia) - (Actual CMIA)	81 738,65 €	
Edifício - Capela com duas divisões anexa ao Solar de Prime	14 652,43 €	
Edifício - Casa de habitação composta de r/c e logradouro - Baldio da Andorinha - Corvos-à-Nogueira - Santos Evos	48 577,90 €	
Edifício - Casa sita em Faíl (habitação com loja, dois andares e dependências)	87 644,20 €	
Edificio - Ecopista- Linha do Vouga/Dão- REFER - Farminhão	32 556,40 €	

Anexo 2

Edificio - Ecopista- Linha do Vouga/Dão- REFER – Farminhão	10 879,40 €	
Edificio - Ecopista- Linha do Vouga/Dão- REFER – São Salvador	4 764,85 €	
Edificio -- Ecopista- Linha do Vouga/Dão- REFER – São Salvador	68 289,20 €	
Edificio - Ecopista- Linha do Vouga/Dão- REFER – Torredeita	2 517,20 €	
Edificio - Ecopista- Linha do Vouga/Dão- REFER – Torredeita	1 289,50 €	
Edificio - Ecopista- Linha do Vouga/Dão- REFER - Torredeita (Cais)	7 886,55 €	
Edificio - Ecopista- Linha do Vouga/Dão- REFER – Vil de Soito	7 490,70 €	
Edificio - Ecopista- Linha do Vouga/Dão- REFER- São Cipriano	49 652,60 €	
Edificio – Qtª. Nova de Marzovelos, Bl B2 – Fracção B2 - Viseu	87 775,17 €	
Edifício - Sala de Ciber-Estudo em Fontelo / Pórtico do Fontelo,cedida à Assoc. Adamastor por Contrato de Comodato	72 490,00 €	
Edifício - Terminal - Aeródromo Municipal	68 810,00 €	
Edificio anexo daEscola do 1º CEB do Mundão	17 366,65 €	
Edificio Casa da Calçada	258 585,00 €	
Edifício Casa das Águias sito à Rua do Coval ou Cava de Viriato - Viseu	44 385,95 €	
Edificio com frente para Rua Direita e Rua Srª. Boa Morte (antigo Orfeão)	100 000,00 €	
Edifício composto por três pisos + sótão, destinado a serviços administrativos, infantário e cantina da cmv - Rua João Mendes - Santa Maria	1 043 890,70 €	
Edifício composto por um piso, destinado a serviços - Espaço Cyberestudo-Escadinhas de Santo Agostinho	112 659,00 €	
Edifício conhecido como "Solar dos Peixotos" (R/C Assembleia Municipal)	804 809,75 €	
Edifício da Câmara Municipal de Viseu (Antigo Paços do Concelho) -Edifício de construção antiga, composto por 2 pisos e 3 entre-pisos.	705 627,25 €	
Edifício da Rua Mendonça - Lote 2 - 1.º Andar - Fracção F	83 282,63 €	
Edifício da Rua Mendonça - Lote 2 - R/Chão - Fracção C	82 914,00 €	
Edifício da Rua Mendonça - Lote 2 - R/Chão - Fracção D (arrenda. Lavandaria Nova Económica)	71 646,58 €	
Edifício da SUMOl	2 463 366,10 €	
Edifício destinado a constituir um Núcleo do Museu Municipal de Viseu - Antiga Sinagoga-Edifício Raoul Wallenberg- Casa das Memórias	43 370,00 €	
Edifício destinado a modalidades desportivas no Parque do Fontelo - Pavilhão Polidesportivo	853 501,20 €	
Edificio do Aerodromo Municipal	57 000,00 €	77 500,00 €
Edifício do Café da Mata do Fontelo (destinado a bar, com um único piso - 40,00 m2)	34 914,60 €	
Edifício do Centro Municipal de Transportes -Edifício composto por 3 pisos,destinado a centro coordenador de transportes (Central de Camionagem)	5 539 311,95 €	
Edifício do Jardim de Infância de Abraveses	68 085,00 €	
Edifício do Mercado 21 de Agosto -Edifício destinado ao mercado retalhista, constituído por dois pisos	4 924 656,53 €	
Edifício do Pavilhão Multiusos	8 396 227,05 €	
Edifício do Quartel dos Bombeiros Municipais	928 378,88 €	
Edifício do Solar de Prime - Prédio de construção antiga, em bom estado de conservação com quintal, onde funciona o Conservatório e o Espaço Internet	505 953,00 €	
Edifício do Solar do Vinho do Dão - Antigo Paço Episcopal e Casa da Reclusão	418 870,20 €	
Edifício Municipal designado por "Casa Amarela" - Arquivo Municipal	88 306,07 €	
Edificio– Museu Etnográfico de Calde	756 200,00 €	
Edificio Quinta da Cruz - S. Salvador	299 278,74 €	
Edificio Quiosque - Bar - Parque Aquilino Ribeiro	73 734,60 €	5 000,00 €
Equipamento Informático/Electrónico		1 743 903,92 €

Anexo 2

Escola Básica Aquilino Ribeiro - Ranhados (antes Viseu Estrela)	1 427 860,00 €	
Escola de Silgueiros de Bodiosa (edifício antigo junto à capela - desativada) - Cedida á Ass Santa Marinha - Houve um incêndio naEscola e ardeu	23 824,25 €	
Escola do 1º CEB D. Henriqueta - S.João de Lourosa (Desactivada - Cedida aos Escuteiros)	40 439,36 €	
Escola do 1º CEB de Abraveses nº. 2 - REscola	311 442,51 €	
Escola do 1º CEB de Carragoso - Santos Evos.(desativada)	27 422,82 €	
Escola do 1º CEB de Couto de Baixo.(desativada)	15 797,63 €	
Escola do 1º CEB de Dade - Couto de Baixo Encerrada (INT 12244/2013)	40 030,88 €	
Escola do 1º CEB de Folgosa - Lordosa - ENCERRADA - E.33443/2012- ocupada pela Assoc. "Os Viriatos " - acordo verbal	42 242,80 €	
Escola do 1º CEB de Galifonge - Lordosa	14 963,94 €	
Escola do 1º CEB de Gumiei;Escola do 1º CEB de Ribafeita	52 872,58 €	
Escola do 1º CEB de Loureiro de Cima - Silgueiros - Funciona nela o J.I. Loureiro de Silgueiros	53 170,00 €	
Escola do 1º CEB de Massorim - Av.ª Infante D. Henrique - Viseu	1 389 536,60 €	
Escola do 1º CEB de Moure de Madalena - Campo. (encerrada - cedida a Associação)	89 989,05 €	
Escola do 1º CEB de Nelas - Cepões - Cedida ao Conselho Directivo Baldios Nelas (edoc/2015/40357)	15 664,70 €	
Escola do 1º CEB de Oliveira de Barreiros	37 409,84 €	
Escola do 1º CEB de Orgens (atual Jardim de Infância)	94 828,83 €	
Escola do 1º CEB de Outeiro - S.Pedro de France(desativada)	19 846,73 €	
Escola do 1º CEB de Paraduça - Calde. Encerrada (INT 12244/2013)	38 284,72 €	
Escola do 1º CEB de Pascoal - Abraveses	105 527,96 €	
Escola do 1º CEB de Póvoa de Calde. Encerrada (INT 12244/2013)	30 133,14 €	
Escola do 1º CEB de Prime - Fragosela	60 000,00 €	
Escola do 1º CEB de Ranhados	32 421,86 €	
Escola do 1º CEB de Rio de Loba	37 409,84 €	
Escola do 1º CEB de S.Cristovão - S.Pedro de France - Cedida á Junta de Freguesia - EDOC/2017/18260	20 501,13 €	
Escola do 1º CEB de S.João de Lourosa	346 136,70 €	
Escola do 1º CEB de S.Salvador (sede Junta de Freguesia) - Cedida á Junta Freguesia	31 830,40 €	
Escola do 1º CEB de Sanguinhedo - Côta - Funciona JI + 1º CEB	9 877,35 €	
Escola do 1º CEB de Silvares - Côta (desativada)	18 578,83 €	
Escola do 1º CEB de Teivas - São João de Lourosa	80 061,88 €	
Escola do 1º CEB de Travássos - S. Pedro de France.(desativada)	51 493,62 €	
Escola do 1º CEB de Travassós de Baixo Encerrada (INT 12244/2013) - cedida ao Coro Mozart	82 250,00 €	
Escola do 1º CEB de Vila Corça. Encerrada INT 12244/2013- cedida ao Grupo Desp. Recret. de Vila Corça por Contrato de Comodato de 23/07/2017-25 anos	14 535,00 €	
Escola do 1º CEB de Vilar do Monte - Calde	34 915,85 €	
Escola do 1º CEB de Vildemoinhos.	124 065,68 €	
Escola do 1º CEB de Zonho - Côta (Protocolo-Cedência à J.F. Côta EDOC/2016/31599)	37 311,03 €	
Escola do 1º CEB do Campo N.º 1	44 683,69 €	
Escola do 1º CEB do Campo N.º 2	29 621,83 €	
Escola do 1º CEB do Viso (Norte) (CentroEscolar do Viso) - EB1+ JI do Viso - Santa Maria	501 372,65 €	

Anexo 2

Escola do 1º CEB e J. de Infância de Rebordinho - S.J. Lourosa (cedidas instalações `a Cáritas de S. J. Lourosa - Ata 1410 - 08/11/2012 - E.26234/2013	66 902,18 €	
Escola do 1º CEB e Jardim de Infância da Póvoa de Abraveses nº2	306 206,30 €	
Escola do 1º CEB e Jardim de Infância de Boaldeia (cedida a parte do J. Inf. à Sociedade Filarmónica Boa U. Boaldense - protocolo-EDOC/2013/55871)	82 771,38 €	
Escola do 1º CEB e Jardim de Infância de Casal de Mundão	100 225,45 €	
Escola do 1º CEB e Jardim de Infância de Coimbrões - S.João de Lourosa Encerrada (12244/2013)	69 233,48 €	
Escola do 1º CEB e Jardim de Infância de Ribafeita Encerrada (12244/2013)	60 726,28 €	
Escola do 1º CEB e Jardim de Infância de Travassós de Cima	44 059,53 €	
Escola do 1º CEB e Jardim de Infância nº 1 da Ribeira - S. José	1 155 138,70 €	
Escola do 1º CEB e JI de Corvos - Santos Evos	37 409,84 €	
Escola do 1º CEB e JI de Farminhão	14 963,94 €	
Escola do 1º CEB e JI de Travasso - Barreiros	26 436,29 €	
Escola do 1º CEB em Paçô - Lordosa Encerrada (INT 12244/2013) Junta Freg. ocupa espaço para atividades fisicas	25 375,38 €	
Escola do 1º CEB- Modorno - Couto de Cima (DESATIVADA)	57 546,30 €	
Escola do 1º CEBBairro Municipal - Coração de Jesus (Escola nº 4 - Balsa)	81 800,00 €	
Escola do 1º. CEB S. Salvador	29 927,87 €	
Escola do 1º. CEB Santos Evos	27 433,88 €	
Escola do 1º. CEB Couto de Cima	31 673,67 €	
Escola do 1º. CEB da Avenida - Viseu	42 397,82 €	
Escola do 1º. CEB de Abraveses nº. 1	79 308,87 €	
Escola do 1º. CEB de Almargem - Calde	34 915,85 €	
Escola do 1º. CEB de Aviuges - Cepões	24 939,89 €	
Escola do 1º. CEB de Barbeita; 1º. CEB de Gumirães; 1º. CEB de Trav. Cima - Rio de Loba	79 308,87 €	
Escola do 1º. CEB de Bertelhe - Cepões	29 927,87 €	
Escola do 1º. CEB de Bigas - lordosa	14 963,94 €	
Escola do 1º. CEB de Cabril; 1º. CEB de Nesprido; 1º. CEB de Povolide	95 769,20 €	
Escola do 1º. CEB de Calde	52 872,58 €	
Escola do 1º. CEB de Casal Esporão S. P. France	29 927,87 €	
Escola do 1º. CEB de Cavernães	27 433,88 €	
Escola do 1º. CEB de Chãos - S. Cipriano	27 433,88 €	
Escola do 1º. CEB de Cruzeiro; 1º. CEB de Silgueiros; 1º. CEB de Travanca (Bodiosa)	79 308,87 €	
Escola do 1º. CEB de Figueiró - S. Cipriano	52 872,58 €	
Escola do 1º. CEB de Guimarães - São Pedro de France	34 915,85 €	
Escola do 1º. CEB de Lages; 1º. CEB de Loureiro; 1º. CEB de Passos Silgueiros	94 272,80 €	
Escola do 1º. CEB de Lourosa de Cima - S. J. Lourosa	26 436,29 €	
Escola do 1º. CEB de Lustosa - Ribafeita	34 915,85 €	
Escola do 1º. CEB de Magarelas; 1º. CEB de Vila Chã Monte; 1º. CEB de Torredeita	79 308,87 €	
Escola do 1º. CEB de Moselos; 1º. CEB de Campo	52 872,58 €	
Escola do 1º. CEB de Moure de Carvalhal - Abraveses	37 409,84 €	
Escola do 1º. CEB de Mundão	26 436,29 €	

Anexo 2

Escola do 1º. CEB de Nogueira de Cota	29 927,87 €	
Escola do 1º. CEB de Oliveira de Baixo - Bodiosa	29 927,87 €	
Escola do 1º. CEB de Paradinha - S. Salvador	34 915,85 €	
Escola do 1º. CEB de Passos - Cavernaes	37 409,84 €	
Escola do 1º. CEB de Pedra Cavaleira (Silgueiros)	34 915,85 €	
Escola do 1º. CEB de Portela - S. Cipriano	29 927,87 €	
Escola do 1º. CEB de Póvoa de Sobrinhos - Rio de Loba	14 963,94 €	
Escola do 1º. CEB de Queirela - Bodiosa	34 915,85 €	
Escola do 1º. CEB de Repeses	74 819,68 €	
Escola do 1º. CEB de S. Miguel - Viseu	26 436,29 €	
Escola do 1º. CEB de Sanguinhedo de Maças - Lordosa	26 685,69 €	
Escola do 1º. CEB de Silvares - Cavernaes	30 500,00 €	
Escola do 1º. CEB de Tondelinha; 1º. CEB de Travassós - Orgens	94 272,80 €	
Escola do 1º. CEB de Várzea de Calde	14 963,94 €	
Escola do 1º. CEB de Vil de Soito	34 915,85 €	
Escola do 1º. CEB de Vila Chã de Sá	32 920,66 €	
Escola do 1º. CEB de Vila Dum Santo - Côta	37 409,84 €	
Escola do 1º. CEB de Vila Nova Campo	44 891,81 €	
Escola do 1º. CEB e J. I. de Bassim - S. P. France	29 927,87 €	
Escola do 1º. CEB e J.I. Cepões	26 436,29 €	
Escola do 1º. CEB e J.I. de S. Martinho - Orgens	34 915,85 €	
Escola do 1º. CEB e J.I. Fail	111 000,00 €	
Escola do 1º. CEB e J.I. Fragosela	131 000,00 €	
Escola do 1º. CEB e JI Jugueiros (Ranhados)	59 855,75 €	
Escola do 1º. CEB e JI Pinheiro Santos Evos	52 872,58 €	
Escola do 1º. CEB e JI Santiago - Viseu	44 891,81 €	
Escola do 1º. CEB Pindelo de Silgueiros	18 704,92 €	
Escola do 1º. CEB S. Martinho - Orgens	34 915,85 €	
Estádio Municipal do Fontelo	3 343 600,00 €	
Fração A - piso menos um - Loja destinada a comércio e serviços na rua Escadinhas da Sé nº. 24 -Viseu (entrada principal pela rua escura)	45 060,00 €	
Fração A, R/C destinado a comércio e serviços, na Rua Escura, nº11 Freguesia Santa Maria de Viseu (cedido Misericórdia/Porta Aberta)	20 061,45 €	
Fração AEdificio na Calçada da Vigia	104 170,00 €	
Fração AM do Bloco E - 4º na Rua José Branquinho (cedido à EDP)	6 719,30 €	
Fração autónoma designada pela Letra A correspondente ao R/C do Prédio sito na Calçada da Vigia, nº 7-17, Freguesia de Viseu	106 253,40 €	
Fração autónoma letra "C", 1º andar, Calçada da Vigia, nº 7/17 união freg .Viseu (utilizada p/ serviço de apoio às vitimas de violência doméstica)	51 340,00 €	
Fração B - R/CDT - loja destinada a comércio e serviços na rua Escadinhas da Sé nº. 24 -Viseu (entrada principal pelo Lg. S. Teotónio)	55 430,00 €	
Fração CEdificio na Calçada da Vigia	51 340,00 €	
Fracção A - rés-do-chão destinado a comércio noEdifício sito na Rua Senhora da Piedade nº. 28 - Espaço Inter-Gerações - Ocupado pela ANAPR	102 716,16 €	
Fracção corresp. R/C 2 prédio denomi."R. do Comércio, n.ºs 90 a 106", na R. Dr. Luís Ferreira - voltada para R. D. Duarte (arrendada ao Chami Ouro)	19 146,72 €	

Anexo 2

HotSpot de Figueiró		8 370,15 €
HotSpot de Figueiró	8 370,15 €	
HotSpot de Tondelinha		8 370,15 €
HotSpot de Tondelinha	8 370,15 €	
J. I. de Orgens	37 409,84 €	
J. I. de Torredeita	47 385,80 €	
J. I. de Vila Chã de Sá	34 915,85 €	
J. I. Sanguinhedo de Cota	37 409,84 €	
Jardim de Infância de Gumirães - Santa Maria	103 149,80 €	
Jardim de Infância de Lages de Silgueiros Encerrado (INT 12244/2013)	32 403,03 €	
Jardim de Infância de Marzovelos - Coração de Jesus	274 315,08 €	
Jardim de Infância de Paradinha	191 463,13 €	
Jardim de Infância de Travanca de Bodiosa	54 260,83 €	
Jardim de Infância de Vildemoinhos - Coração de Jesus	487 067,88 €	
Jardim Infância de Carragosela - Cavernães. Encerrada(INT 12244/2013) - Antes funcionava EB Carragosela	84 151,75 €	
Mercado 2 de Maio - 1º Dtº Fracção 19 Z destinada a estabelecimento comercial	62 505,43 €	
Mercado 2 de Maio - R/C - (lado interior do Mercado/Andar - Lado da R. Comércio) - Fracção Y destinada a estabelecimento comercial	56 861,23 €	
Mercado 2 de Maio - R/C (lado interior do Mercado)/Andar (lado da Rua do Comércio) - Fracção X destinada a estabelecimento comercial	86 125,18 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção A destinada a estabelecimento comercial	96 575,13 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção B destinada a estabelecimento comercial/serviços	55 613,78 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção C destinada a estabelecimento comercial	66 125,08 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção D destinada a estabelecimento comercial	52 770,33 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção E destinada a estabelecimento comercial (Ver I.11103/2010)	52 607,63 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção F destinada a estabelecimento comercial	97 894,15 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção H destinada a estabelecimento comercial	86 094,50 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção I destinada a estabelecimento comercial	95 297,00 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção J destinada a estabelecimento comercial - Ver E.06095/2011	80 348,05 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção K destinada a estabelecimento comercial	75 480,95 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção L destinada a estabelecimento comercial	52 382,68 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção M destinada a estabelecimento comercial	54 703,75 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção N destinada a estabelecimento comercial	55 961,43 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção O destinada a estabelecimento comercial	55 695,58 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção P destinada a estabelecimento comercial	53 926,65 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção Q destinada a estabelecimento comercial	52 484,93 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção R destinada a estabelecimento comercial	38 028,35 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção S destinada a estabelecimento comercial	47 147,48 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção T destinada a estabelecimento comercial - Ver E.44424/2010	48 885,73 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção U destinada a estabelecimento comercial - Ver E.44425/2010	35 051,30 €	
Mercado 2 de Maio - R/Chão - Fracção V destinada a estabelecimento comercial - Ver E.44423/2010	28 466,40 €	

Anexo 2

Mercado 2 de Maio - Rés-do-chão frente com número de polícia 19-G (Zona de apoio à segurança e funcionamento do mercado)	236 473,58 €	
Museu Almeida Moreira	750 000,00 €	5 000 000,00 €
Museu do Quartzo	1 850 000,00 €	
Pavilhão Cidade de Viseu (ex INATEL)		
Pavilhão desportivo daEscola Secundária de Viriato		
Pavilhão Desportivo Municipal (INATEL)	1 400 000,00 €	
Pavilhão E 2 no Aeródromo (cedido ao Aeroclube)	142 730,00 €	
Pavilhão E 5 no Aeródromo	157 890,00 €	
Pavilhão E 6 - casa de apoio no Aeródromo	14 130,00 €	
Pavilhão E 7 no Aeródromo	52 270,00 €	
Pavilhão E3 no Aeródromo	146 730,00 €	
Pavilhão E4 no Aeródromo - NovoEdifício dos BMV	190 830,00 €	
Quinta Nova de Marzovelos - Cave destinada a garagem ou arrumos - Fracção A2 do prédio A do Bloco B3 (Cedida à Freguesia de Viseu)	10 576,30 €	
Rua Escura nº. 11	50 000,00 €	
Teatro Viriato	780 000,00 €	852 327,06 €
Tenda de espetaculos	74 850,00 €	
Equipamentos do HotSpot de Tondelinha e Figueiró		16 740,30 €
Frações I Centro Comercial Académico	46 190,00 €	
Frações J do Centro Comercial Académico	31 830,00 €	
4 peças de escultura decorrentes da exposição "Dever de memória – Da infâmia à esperança" no ano de 2018		20 000,00 €
Outros Bens não discriminados	371 860,78 €	392 615,25 €
TOTAL	**65 105 000,00 €**	**10 500 000,00 €**

ANEXO 3

Descrição	
Designação	Edifício
Bairro 1.º de Maio - 1.º Andar Direito - Fracção "D" do Bloco A, Prédio 7	31 678,15 €
Bairro 1.º de Maio - 1.º Andar Direito - Fracção "D" do Bloco F, Prédio 17	38 306,10 €
Bairro 1.º de Maio - 1.º Andar Direito - Fracção "H" do Bloco B, Prédio 10	24 726,77 €
Bairro 1.º de Maio - 1.º Andar Direito Frente - Fracção "G" do Bloco C, Prédio 12	29 150,80 €
Bairro 1.º de Maio - 1.º Andar Esquerdo - Fracção "A" do Bloco F, Prédio 18	27 841,45 €
Bairro 1.º de Maio - 1.º Andar Esquerdo - Fracção "A" do Bloco F, Prédio 19	38 306,10 €
Bairro 1.º de Maio - 1.º Andar Esquerdo - Fracção "C" do Bloco A, Prédio 3	31 048,85 €
Bairro 1.º de Maio - 1.º Andar Esquerdo - Fracção "G" do Bloco B, Prédio 11	24 725,40 €
Bairro 1.º de Maio - 2.º Andar Direito - Fracção "F" do Bloco A, Prédio 2	31 678,15 €
Bairro 1.º de Maio - 2.º Andar Direito - Fracção "J" do Bloco B, Prédio 10	24 725,40 €
Bairro 1.º de Maio - 2.º Andar Esquerdo - Fracção "E" do Bloco A, Prédio 1	38 458,35 €
Bairro 1.º de Maio - 2.º Andar Esquerdo - Fracção "E" do Bloco A, Prédio 5	27 841,45 €
Bairro 1.º de Maio - 2.º Andar Esquerdo - Fracção "E" do Bloco A, Prédio 7	28 409,85 €
Bairro 1.º de Maio - 2.º Andar Esquerdo - Fracção "E" do Bloco F, Prédio 16	31 048,85 €
Bairro 1.º de Maio - 2.º Andar Esquerdo Frente - Fracção "N" do Bloco D, Prédio 13	29 150,80 €
Bairro 1.º de Maio - 3.º Andar Direito - Fracção "H" do Bloco A, Prédio 4	39 087,65 €
Bairro 1.º de Maio - 3.º Andar Direito - Fracção "H" do Bloco F, Prédio 17	38 306,10 €
Bairro 1.º de Maio - 3.º Andar Direito - Fracção "H" do Bloco F, Prédio 20	31 048,85 €
Bairro 1.º de Maio - 3.º Andar Esquerdo - Fracção "E" do Bloco F, Prédio 19	39 087,65 €
Bairro 1.º de Maio - 3.º Andar Esquerdo - Fracção "G" do Bloco A, Prédio 1	38 458,35 €
Bairro 1.º de Maio - 3.º Andar Esquerdo - Fracção "G" do Bloco A, Prédio 2	27 841,45 €
Bairro 1.º de Maio - 3.º Andar Esquerdo - Fracção "G" do Bloco A, Prédio 3	31 048,85 €
Bairro 1.º de Maio - Fracção A rés-do-chão esquerdo Bloco A Prédio 5	26 826,45 €
Bairro 1.º de Maio - Fracção B - rés-do-chão direito Bloco A Prédio 5	13 722,80 €
Bairro 1.º de Maio - Fracção D 1.º andar direito Bloco F Prédio 15	24 684,80 €
Bairro 1.º de Maio - Loja no Rés-do-Chão - Fracção B do Bloco C, Prédio 12	13 099,45 €
Bairro 1.º de Maio - Loja no Rés-do-Chão - Fracção C do Bloco C, Prédio 12	14 152,84 €
Bairro 1.º de Maio - Loja no Rés-do-Chão - Fracção D do Bloco B, Prédio 10	25 051,66 €
Bairro 1.º de Maio - Loja no Rés-do-Chão - Fracção E do Bloco B, Prédio 10	14 966,34 €
Bairro 1.º de Maio - Loja no Rés-do-Chão - Fracção F do Bloco B, Prédio 11(arquivo da Habisolvis)	14 142,40 €
Bairro 1.º de Maio - Rés do Chão Direito - Fracção "B" do Bloco A, Prédio 2	31 678,15 €
Bairro 1.º de Maio - Rés do Chão Direito - Fracção "B" do Bloco A, Prédio 7	31 048,85 €
Bairro 1.º de Maio - Rés do Chão Direito - Fracção "B" do Bloco F, Prédio 16	27 841,45 €
Bairro 1.º de Maio - Rés do Chão Direito - Fracção "B" do Bloco F, Prédio 17	38 306,10 €
Bairro 1.º de Maio - Rés do Chão Direito - Fracção "B" do Bloco F, Prédio 20	32 693,15 €
Bairro 1.º de Maio - Rés do Chão Direito Frente - Fracção "D" do Bloco D, Prédio 13	29 150,80 €
Bairro 1.º de Maio - Rés do Chão Esquerdo - Fracção "A" do Bloco A, Prédio 2	27 841,45 €
Bairro 1.º de Maio - Rés do Chão Esquerdo - Fracção "A" do Bloco A, Prédio 6	31 678,15 €
Bairro 1.º de Maio - Rés do Chão Esquerdo - Fracção "A" do Bloco A, Prédio 7	27 841,45 €
Bairro 1.º de Maio - Rés do Chão Esquerdo - Fracção "A" do Bloco F, Prédio 15	27 843,00 €
Bairro 1.º de Maio - Rés do Chão Esquerdo - Fracção "A" do Bloco F, Prédio 16	20 117,30 €
Bairro 1.º de Maio - Rés do Chão Esquerdo - Fracção "A" do Bloco F, Prédio 20	27 841,45 €
Bairro 1.º Maio - 3.º Andar Direito - Fracção "H" do Bloco A, Prédio 2	31 048,85 €
Bairro 1.º Maio - Fracção G prédio 20 T2 Bloco F	27 618,15 €
Bairro da Fundação Salazar - Fracção A - R/c esq. - Bloco 4	25 542,60 €

ANEXO 3

Bairro da Fundação Salazar - Fracção D - 1.º andar direito - Bloco 3	24 390,45 €
Bairro da Fundação Salazar - Fracção G - 3.º andar esq. - Bloco 1	24 390,45 €
Bairro da Fundação Salazar - Fracção G - 3.º andar esq. - Bloco 4	24 390,45 €
Bairro da Fundação Salazar - Fracção H - 3.º andar direito - Bloco 1	24 390,45 €
Bairro da Fundação Salazar - Fracção H - 3.º andar direito - Bloco 6	26 014,45 €
Bairro da Quinta da Pomba - 2.º andar direito destinado a habitação correspondente à fracção G do Lote 304	31 414,25 €
Bairro da Quinta da Pomba - 2.º andar direito frente destinado a habitação correspondente à fracçao E do Lote 305	40 620,30 €
Bairro da Quinta da Pomba - 2.º andar esquerdo destinado a habitação correspondente à fraccao F do Lote 305	41 381,55 €
Bairro da Quinta da Pomba - 2.º andar esquerdo frente correspondente à fracção I do Lote 304	30 338,35 €
Bairro da Quinta da Pomba - 2.º andar esquerdo posterior correspondente à fracção H do Lote 304	44 294,60 €
Bairro de Paradinha - Fração "L" 3.º andar Direito Bloco 10	26 166,70 €
Bairro de Paradinha - Fracção A Cave Bloco 9	19 920,35 €
Bairro de Paradinha - Fracção A cave destinada a serviços Bloco 5	18 262,06 €
Bairro de Paradinha - Fracção A cave esquerda - Bloco 12	19 868,20 €
Bairro de Paradinha - Fracção A Cave esquerda frente Bloco 11	19 002,55 €
Bairro de Paradinha - Fracção A Cave frente Bloco 10	16 530,76 €
Bairro de Paradinha - Fracção A rés-do-chão escada 1 Bloco 2+2A	26 481,35 €
Bairro de Paradinha - Fracção A rés-do-chão esquerdo Bloco 1	43 401,40 €
Bairro de Paradinha - Fracção A rés-do-chão esquerdo Bloco 3	14 169,40 €
Bairro de Paradinha - Fracção A rés-do-chão esquerdo Bloco 6	26 166,70 €
Bairro de Paradinha - Fracção A rés-do-chão esquerdo Bloco 7	29 993,25 €
Bairro de Paradinha - Fracção A rés-do-chão esquerdo Bloco 8	56 189,97 €
Bairro de Paradinha - Fracção A, CV, Bloco 4	75 415,72 €
Bairro de Paradinha - Fracção B Cave direita frente Bloco 11	20 306,24 €
Bairro de Paradinha - Fracção B cave direita frente Bloco 12	18 272,48 €
Bairro de Paradinha - Fracção B Cave posterior esquerda Bloco 10	19 555,32 €
Bairro de Paradinha - Fracção B rés-do-chão direito (destinado a habitação), Bloco 2+2A	25 314,10 €
Bairro de Paradinha - Fracção B rés-do-chão direito Bloco 1	15 564,35 €
Bairro de Paradinha - Fracção B rés-do-chão direito Bloco 3	20 492,85 €
Bairro de Paradinha - Fracção B rés-do-chão direito Bloco 6	31 272,15 €
Bairro de Paradinha - Fracção B rés-do-chão direito Bloco 7	31 363,50 €
Bairro de Paradinha - Fracção B rés-do-chão direito Bloco 8	31 901,45 €
Bairro de Paradinha - Fracção B rés-do-chão Esq. - Bloco 4	32 693,15 €
Bairro de Paradinha - Fracção B rés-do-chão esquerdo Bloco 5	26 166,70 €
Bairro de Paradinha - Fracção B rés-do-chão esquerdo Bloco 9	31 617,25 €
Bairro de Paradinha - Fracção C 1.º andar esquerdo Bloco 1	43 401,40 €
Bairro de Paradinha - Fracção C 1.º andar esquerdo Bloco 3	14 169,40 €
Bairro de Paradinha - Fracção C 1.º andar esquerdo Bloco 6	26 166,70 €
Bairro de Paradinha - Fracção C 1.º andar esquerdo Bloco 7	29 993,25 €
Bairro de Paradinha - Fracção C 1.º andar esquerdo Bloco 8	41 107,05 €
Bairro de Paradinha - Fracção C Cave esquerda posterior Bloco 11	18 554,09 €
Bairro de Paradinha - Fracção C cave esquerda posterior Bloco 12	24 123,44 €
Bairro de Paradinha - Fracção C Cave posterior direita Bloco 10	55 203,35 €
Bairro de Paradinha - Fracção C rés-do-chão Bloco 2+2A (destinado a habitação)	25 314,10 €
Bairro de Paradinha - Fracção C rés-do-chão Bloco 4	31 272,15 €
Bairro de Paradinha - Fracção C rés-do-chão direito Bloco 5	31 272,15 €
Bairro de Paradinha - Fracção C rés-do-chão direito Bloco 9	26 461,05 €
Bairro de Paradinha - Fracção D 1.º andar direito Bloco 1	18 564,35 €
Bairro de Paradinha - Fracção D 1.º andar direito Bloco 3	20 492,85 €

ANEXO 3

Bairro de Paradinha - Fracção D 1.º andar direito Bloco 6	31 272,15 €
Bairro de Paradinha - Fracção D 1.º andar direito Bloco 7	31 363,50 €
Bairro de Paradinha - Fracção D 1.º andar direito Bloco 8	31 901,45 €
Bairro de Paradinha - Fracção D 1.º andar esquerdo Bloco 4	32 693,15 €
Bairro de Paradinha - Fracção D 1.º andar esquerdo Bloco 5	26 166,70 €
Bairro de Paradinha - Fracção D cave direita Bloco 11	26 876,83 €
Bairro de Paradinha - Fracção D cave direito posterior Bloco 12	28 535,11 €
Bairro de Paradinha - Fracção D rés do chão direito Bloco 2+2A (destinado a habitação)	26 481,35 €
Bairro de Paradinha - Fracção D rés-do-chão esquerdo Bloco 10	31 901,45 €
Bairro de Paradinha - Fracção E - 1.º andar direito Bloco 4	31 272,15 €
Bairro de Paradinha - Fracção E - 2.º andar esquerdo Bloco 6	26 166,70 €
Bairro de Paradinha - Fracção E 1.º andar direito Bloco 5	31 272,15 €
Bairro de Paradinha - Fracção E 1.º andar direito Bloco 9	26 694,50 €
Bairro de Paradinha - Fracção E 1.º Esq. Bloco 2+2A (destinado a habitação)	25 953,55 €
Bairro de Paradinha - Fracção E 2.º andar esquerdo Bloco 1	43 401,40 €
Bairro de Paradinha - Fracção E 2.º andar esquerdo Bloco 3	14 169,40 €
Bairro de Paradinha - Fracção E 2.º andar esquerdo Bloco 7	29 993,25 €
Bairro de Paradinha - Fracção E 2.º andar esquerdo Bloco 8	43 265,64 €
Bairro de Paradinha - Fracção E rés-do-chão esquerdo Bloco 11	29 668,45 €
Bairro de Paradinha - Fracção E rés-do-chão esquerdo Bloco 12	31 617,25 €
Bairro de Paradinha - Fracção F 1.º andar direito Bloco 2+2A	24 806,60 €
Bairro de Paradinha - Fracção F 1.º andar esquerdo Bloco 10	31 272,15 €
Bairro de Paradinha - Fracção F 2.º andar direito Bloco 1	18 564,35 €
Bairro de Paradinha - Fracção F 2.º andar direito Bloco 3	20 492,85 €
Bairro de Paradinha - Fracção F 2.º andar direito Bloco 6	31 272,15 €
Bairro de Paradinha - Fracção F 2.º andar direito Bloco 7	31 363,50 €
Bairro de Paradinha - Fracção F 2.º andar direito Bloco 8	31 901,45 €
Bairro de Paradinha - Fracção F 2.º andar esquerdo Bloco 4	32 693,15 €
Bairro de Paradinha - Fracção F 2.º andar esquerdo Bloco 5	26 166,00 €
Bairro de Paradinha - Fracção F 2.º andar esquerdo Bloco 9	31 901,45 €
Bairro de Paradinha - Fracção F rés-do-chão direito Bloco 11	23 365,30 €
Bairro de Paradinha - Fracção F rés-do-chão direito Bloco 12	33 058,55 €
Bairro de Paradinha - Fracção G 1 º andar direito Bloco 10	27 932,80 €
Bairro de Paradinha - Fracção G 1.º andar esquerdo Bloco 11	31 901,45 €
Bairro de Paradinha - Fracção G 1.º andar esquerdo Bloco 12	24 806,60 €
Bairro de Paradinha - Fracção G 1.º andar esquerdo escada 2 Bloco 2+2A	31 272,15 €
Bairro de Paradinha - Fracção G 2.º andar direito Bloco 4	31 272,15 €
Bairro de Paradinha - Fracção G 2.º andar direito Bloco 5	43 401,40 €
Bairro de Paradinha - Fracção G 3.º andar esquerdo Bloco 1	43 401,40 €
Bairro de Paradinha - Fracção G 3.º andar esquerdo Bloco 3	14 169,40 €
Bairro de Paradinha - Fracção G 3.º andar esquerdo Bloco 6	26 166,70 €
Bairro de Paradinha - Fracção G 3.º andar esquerdo Bloco 7	29 993,25 €
Bairro de Paradinha - Fracção H - 3.º andar esq. - Bloco 5	26 166,70 €
Bairro de Paradinha - Fracção H 1.º andar direito Bloco 11	24 826,90 €
Bairro de Paradinha - Fracção H 1.º andar direito Bloco 12	33 363,05 €
Bairro de Paradinha - Fracção H 1.º andar direito Bloco 2+2A	25 953,55 €
Bairro de Paradinha - Fracção H 2.º andar esquerdo Bloco 10	31 272,15 €
Bairro de Paradinha - Fracção H 3.º andar direito Bloco 1	18 564,35 €
Bairro de Paradinha - Fracção H 3.º andar direito Bloco 3	20 492,85 €

ANEXO 3

Bairro de Paradinha - Fracção H 3.º andar direito Bloco 6	31 272,15 €
Bairro de Paradinha - Fracção H 3.º andar direito Bloco 7	31 363,50 €
Bairro de Paradinha - Fracção H 3.º andar direito Bloco 8	31 901,45 €
Bairro de Paradinha - Fracção H 3.º andar esquerdo Bloco 4	32 693,15 €
Bairro de Paradinha - Fracção H 3.º andar esquerdo Bloco 9	31 901,45 €
Bairro de Paradinha - Fracção I 2.º andar direito Bloco 10	36 032,38 €
Bairro de Paradinha - Fracção I 2.º andar esquerdo Bloco 11	29 668,45 €
Bairro de Paradinha - Fracção I 2.º andar esquerdo Bloco 12	31 688,30 €
Bairro de Paradinha - Fracção I 2.º andar esquerdo escada 1 Bloco 2+2A	25 953,55 €
Bairro de Paradinha - Fracção I 3.º andar direito Bloco 4	31 272,15 €
Bairro de Paradinha - Fracção I 3.º andar direito Bloco 5	31 282,15 €
Bairro de Paradinha - Fracção J 2.º andar direito Bloco 11	24 826,90 €
Bairro de Paradinha - Fracção J 2.º andar direito Bloco 12	33 363,05 €
Bairro de Paradinha - Fracção J 2.º andar direito Bloco 2+2A	24 806,60 €
Bairro de Paradinha - Fracção J 3.º andar esquerdo Bloco 10	31 272,15 €
Bairro de Paradinha - Fracção L 2.º andar esquerdo Bloco 2+2A	24 806,60 €
Bairro de Paradinha - Fracção L 3.º andar esquerdo Bloco 11	29 668,45 €
Bairro de Paradinha - Fracção L 3.º andar esquerdo Bloco 12	31 901,45 €
Bairro de Paradinha - Fracção M 2.º andar direito Bloco 2+2A	25 953,55 €
Bairro de Paradinha - Fracção M 3.º andar direito Bloco 11	24 826,90 €
Bairro de Paradinha - Fracção M 3.º andar direito Bloco 12	33 363,05 €
Bairro de Paradinha - Fracção N 3.º andar esquerdo Bloco 2+2A	25 953,55 €
Bairro de Paradinha - Fracção O 3.º andar direito Bloco 2+2A	24 806,60 €
Bairro de Paradinha - Fracção P 3.º andar esquerdo Bloco 2+2A	24 806,60 €
Bairro de Paradinha - Fracção Q 3.º andar direito Bloco 2+2A	25 953,55 €
Bairro Municipal - 1º. Dtº. - Fracção "G" do Bloco B do lote 1	32 997,65 €
Bairro Municipal - 1º. Esqº. Fte. - Fracção "J" do Bloco B do lote 1	28 064,75 €
Bairro Municipal - 1º. Esqº. Posterior - Fracção "I" do Bloco B do lote 1	28 714,35 €
Bairro Municipal - 1º. Fte. - Fracção "F" do Bloco B do lote 1	44 000,25 €
Bairro Municipal - 1º. Posterior - Fracção "H" do Bloco B do lote 1	22 888,25 €
Bairro Municipal - 2º. Dtº. - Fracção "M" do Bloco B do lote 1	32 997,65 €
Bairro Municipal - 2º. Esqº. Fte. - Fracção "P" do Bloco B do lote 1	28 064,75 €
Bairro Municipal - 2º. Esqº. Posterior - Fracção "O" do Bloco B do lote 1	28 714,35 €
Bairro Municipal - 2º. Fte. - Fracção "L" do Bloco B do lote 1	44 000,25 €
Bairro Municipal - 2º. Posterior - Fracção "N" do Bloco B do lote 1	22 888,25 €
Bairro Municipal - 3º. Dtº. - Fracção "R" do Bloco B do lote 1	35 991,90 €
Bairro Municipal - 3º. Esqº. - Fracção "U" do Bloco B do lote 1	28 064,75 €
Bairro Municipal - 3º. Esqº. Posterior - Fracção "T" do Bloco B do lote 1	28 714,35 €
Bairro Municipal - 3º. Fte. - Fracção "Q" do Bloco B do lote 1	43 614,55 €
Bairro Municipal - Bairro Municipal - 3º. Posterior - Fracção "S" do Bloco B do lote 1	20 787,20 €
Bairro Municipal - Casa de habitação - N.º 82	9 246,65 €
Bairro Municipal - Casa de habitação com o n.º 1, com 5 divisões	10 495,10 €
Bairro Municipal - Casa de habitação n.º 81 com quatro divisões	8 810,20 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação n.º 84 com cinco divisões	10 495,10 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 10, com 4 divisões	9 246,65 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 107, com 4 divisões	7 632,80 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 113, com 4 divisões	6 770,05 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 12, com 4 divisões	8 810,20 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 14, com 4 divisões	8 810,20 €

ANEXO 3

Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 16, com 4 divisões	8 810,20 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 17, com 4 divisões	8 992,90 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 18, com 4 divisões	9 246,65 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 19, com 4 divisões	8 810,20 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 20, com 4 divisões	9 419,20 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 21, com 5 divisões	9 246,65 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 22, com 4 divisões	12 586,00 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 24, com 4 divisões	12 586,00 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 26, com 4 divisões	12 586,00 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 28, com 4 divisões	9 419,20 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 30, com 4 divisões	9 246,65 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 32, com 4 divisões	8 810,20 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 37, com 4 divisões	9 246,65 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 39, com 4 divisões	8 810,20 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 4, com 4 divisões	12 586,00 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 41, com 4 divisões	8 810,20 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 43, com 4 divisões	9 246,65 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 45, com 4 divisões	9 246,65 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 46, com 4 divisões	8 059,10 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 47, com 4 divisões	8 810,20 €
Bairro Municipal - Casa de habitação tipo A n.º 56, com 4 divisões	9 246,65 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 6, com 4 divisões	8 810,20 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 62, com 4 divisões	8 810,20 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 64, com 4 divisões	8 810,20 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 66, com 4 divisões	8 810,20 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 68, com 4 divisões	9 246,65 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 70, com 4 divisões	8 637,65 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 72, com 4 divisões	9 419,20 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 73, com 4 divisões	8 810,20 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 75, com 4 divisões	8 810,20 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 76, com 4 divisões	8 810,20 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 77, com 4 divisões	9 246,65 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 79, com 4 divisões	9 246,65 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 8, com 4 divisões	12 586,00 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A n.º 83, com 4 divisões	9 246,65 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A nº 74, com a divisões	9 246,65 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A, n.º 105, com 4 divisões	6 770,05 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A, n.º 109, com 4 divisões	7 520,00 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A, n.º 111, com 4 divisões	6 770,05 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo A, n.º 115, com 4 divisões	7 632,80 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 101, com 5 divisões - integrada no lote de equipamentos	33 415,20 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 103, com 5 divisões - integrada no lote de equipamentos	13 372,20 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 2, com 4 divisões	11 002,60 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 23, com 5 divisões	11 002,60 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 25, com 5 divisões	11 002,60 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 27, com 5 divisões	11 002,60 €
Bairro Municipal - Casa de habitação tipo B n.º 29, com 5 divisões	11 002,60 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 31, com 5 divisões	10 495,10 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 33, com 5 divisões	10 495,10 €

ANEXO 3

Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 34, com 5 divisões	11 002,60 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 35, com 5 divisões	11 002,60 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 36, com 5 divisões	11 002,60 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 38, com 5 divisões	9 084,25 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 40, com 5 divisões	8 059,10 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 42, com 5 divisões	9 084,25 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 44, com 5 divisões	8 059,10 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 48, com 5 divisões	9 084,25 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 49, com 5 divisões	10 495,10 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 50, com 5 divisões	9 084,25 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 51, com 5 divisões	11 002,60 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 52, com 5 divisões	8 059,10 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 54, com 5 divisões	9 084,25 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 58, com 5 divisões	14 991,55 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 60, com 5 divisões	14 991,55 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 71, com 4 divisões	11 002,60 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 78, com 5 divisões	11 215,75 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 80, com 5 divisões	11 215,75 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 85, com 5 divisões	8 059,10 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 87, com 5 divisões	9 084,25 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 89, com 5 divisões	9 084,25 €
Bairro Municipal - Casa de Habitação tipo B n.º 91, com 5 divisões - integrada no lote de equipamentos	13 290,60 €
Bairro Municipal - Casa para Habitação com n.º 3, com 3 divisões	10 495,10 €
Bairro Municipal - Casa para Habitação tipo A n.º 11, com 4 divisões	8 810,20 €
Bairro Municipal - Casa para Habitação tipo A n.º 13, com 4 divisões	8 810,20 €
Bairro Municipal - Casa para Habitação tipo A n.º 15, com 4 divisões	8 810,20 €
Bairro Municipal - Casa para Habitação tipo A n.º 9, com 4 divisões	8 810,20 €
Bairro Municipal - Casa para Habitação tipo B com o n.º 5, com 5 divisões	10 495,10 €
Bairro Municipal - Casa para Habitação tipo B n.º 7, com 5 divisões	10 495,10 €
Bairro Municipal - Rés do Chão Dtº. - Fracção "E" do Bloco B do lote 1	36 854,65 €
Bairro Municipal - Rés do Chão Dtº. Fte. - Fracção "D" do Bloco B do lote 1	27 638,45 €
Bairro Municipal - Rés do Chão Esq. - Fracção "A" do Bloco B do lote 1	32 997,65 €
Bairro Municipal - Rés do Chão Esq. Fte. - Fracção "B" do Bloco B do lote 1	33 210,80 €
Bairro Municipal - Rés do Chão Fte. - Fracção "C" do Bloco B do lote 1	22 888,25 €
Fração autónoma letra "C", 1º andar, Calçada da Vigia, nº 7/17 união freg .Viseu (utilizada p/ serviço de apoio às vitimas de violência doméstica)	52 110,10 €
Fração C - T1, destinada a habitação na rua Escadinhas da Sé nº. 24 -Viseu	44 243,85 €
Fração D - T1, destinada a habitação na rua Escadinhas da Sé nº. 24 -Viseu	43 716,85 €
Fração D, 1º Esq., do lote 9, da Senhora da Piedade (Bairro de Paradinha)	31 901,45 €
Fração E - T1, destinada a habitação na rua Escadinhas da Sé nº. 24 -Viseu	46 426,10 €
Fração F - T4, destinada a habitação na rua Escadinhas da Sé nº. 24 -Viseu	80 063,20 €
Fração G - T1, destinada a habitação na rua Escadinhas da Sé nº. 24 -Viseu	44 954,35 €
Quinta da Pomba - 1.º andar direito - Fracção D (habitação) do Lote 301	29 181,25 €
Quinta da Pomba - 1.º andar direito - Fraccao D (Habitação) do Lote 302	29 181,25 €
Quinta da Pomba - 1.º andar direito - Fracção F (Habitação) do Lote 294	40 539,10 €
Quinta da Pomba - 1.º andar direito - Fracção F (Habitação) do Lote 295	40 539,10 €
Quinta da Pomba - 1.º andar direito destinado a habitação correspondente à Fracção D do Lote 304	31 749,20 €
Quinta da Pomba - 1.º andar direito destinado a habitação correspondete à fracção C do Lote 303	32 266,85 €
Quinta da Pomba - 1.º andar direito frente - Fracção E (Habitação) do Lote 300	27 222,30 €
Quinta da Pomba - 1.º andar direito frente destinado a habitação correspondente à fracção C do Lote 305	40 620,30 €

ANEXO 3

Quinta da Pomba - 1.º andar direito posterior - Fracção D (Habitação) do Lote 299	21 558,60 €
Quinta da Pomba - 1.º andar direito posterior - Fracção F (Habitação) do Lote 300	24 542,70 €
Quinta da Pomba - 1.º andar esquerdo destinado a habitação coorespondente à fracção D do Lote 295	29 181,25 €
Quinta da Pomba - 1.º andar esquerdo destinado a habitação correspondendo à fracção D do Lote 300	48 050,10 €
Quinta da Pomba - 1.º andar esquerdo destinado a habitação correspondente à fracção E do Lote 301	40 539,10 €
Quinta da Pomba - 1.º andar esquerdo destinado a habitação correspondente à fracção E do Lote 302	40 539,10 €
Quinta da Pomba - 1.º andar esquerdo frente destinado a habitação correspondente à fracção D do Lote 305	40 620,30 €
Quinta da Pomba - 1.º andar esquerdo frente destinado a habitação correspondente à fracção D do Lote 306	42 315,35 €
Quinta da Pomba - 1.º andar esquerdo posterior destinado a habitação correspondente à fracção E do Lote 304	43 919,05 €
Quinta da Pomba - 1.º andar frente destinado a habitação correspondente à fracção C do Lote 306	42 782,25 €
Quinta da Pomba - 1.º andar frente destinado a habitação correspondente à fracção D do Lote 303	31 779,65 €
Quinta da Pomba - 1.º andar frente destinado a habitação correspondente à fracção E do Lote 295	37 270,80 €
Quinta da Pomba - 1.º andar frente destinado a habitação correspondente à fracção F do Lote 299	21 710,85 €
Quinta da Pomba - 1.º Andar frente destinado a habitação correspondente à fracção F do lote 302	37 270,80 €
Quinta da Pomba - 1.º andar frente destinado a habitação correspondente à fracção F do Lote 304	30 439,85 €
Quinta da Pomba - 1.º andar frente destinado a habitação correspondentre à fracção F do Lote 301	37 270,80 €
Quinta da Pomba - 1.º andar frente direito destinado a habitação correspondente à fracção D do Lote 298	29 181,25 €
Quinta da Pomba - 1.º andar frente esquerdo destinado a habitação correspondente à fracção E do Lote 299	42 152,95 €
Quinta da Pomba - 1.º andar frente esquerdo destinado a habitação correspondente à fracção F do Lote 298	37 270,80 €
Quinta da Pomba - 1.º andar frente, destinado a habitação social correspondente à fracção E do Lote 294	37 270,80 €
Quinta da Pomba - 1.º andar posterior esquerdo destinado a habitação correspondente à fracção E do Lote 298	40 539,10 €
Quinta da Pomba - 1º andar esquerdo destinado a habitação social correspondente à fracção D do Lote 294	29 181,25 €
Quinta da Pomba - 2.º andar direito destinada a habitação correspondente à fracção I do Lote 294	40 691,35 €
Quinta da Pomba - 2.º andar direito destinado a habitação correspondente à fracção E do Lote 303	30 734,20 €
Quinta da Pomba - 2.º andar direito destinado a habitação correspondente à fracção G do Lote 299	20 208,65 €
Quinta da Pomba - 2.º andar direito destinado a habitação correspondente à fracção G do Lote 301	29 201,55 €
Quinta da Pomba - 2.º andar direito destinado a habitação correspondente à fracção I do Lote 295	40 691,35 €
Quinta da Pomba - 2.º andar direito frente destinado a habitação correspondente à fracção E do Lote 306	42 152,95 €
Quinta da Pomba - 2.º andar direito frente destinado a habitação correspondente à fracção G do Lote 300	28 947,80 €
Quinta da Pomba - 2.º andar direito posterior destinado a habitação correspondente à fracção H do Lote 300	25 040,05 €
Quinta da Pomba - 2.º andar esquerdo destinada a habitação correspondente à fracção G do Lote 294	29 201,55 €
Quinta da Pomba - 2.º andar esquerdo destinada a habitação correspondente à fracção G do Lote 295	29 201,55 €
Quinta da Pomba - 2.º andar esquerdo destinada a habitação correspondente à fracção G do Lote 302	29 201,55 €
Quinta da Pomba - 2.º andar esquerdo destinado a habitação correspondente à fracção H do Lote 301	40 691,35 €
Quinta da Pomba - 2.º andar esquerdo destinado a habitação correspondente à fracção H do Lote 302	40 691,35 €
Quinta da Pomba - 2.º andar esquerdo frente destinado a habitação correspondente à fracção H do Lote 299	42 376,25 €
Quinta da Pomba - 2.º andar frente destinado a habitação correspondente à fracção F do Lote 303	31 777,65 €
Quinta da Pomba - 2.º andar frente destinado a habitação correspondente à fracção F do Lote 306	43 066,45 €
Quinta da Pomba - 2.º andar frente destinado a habitação correspondente à fracção H do Lote 294	37 331,70 €
Quinta da Pomba - 2.º andar frente destinado a habitação correspondente à fracção H do Lote 295	37 331,70 €
Quinta da Pomba - 2.º andar frente destinado a habitação correspondente à fracção I do Lote 299	21 416,50 €
Quinta da Pomba - 2.º andar frente destinado a habitação correspondente à fracção I do Lote 301	37 331,70 €
Quinta da Pomba - 2.º andar frente destinado a habitação correspondente à fracção I do Lote 302	37 331,70 €
Quinta da Pomba - 2.º andar frente direito destinado a habitação correspondente à fracção G do Lote 298	29 201,55 €
Quinta da Pomba - 2.º andar frente esquerdo destinado a habitação correspondente à fracção I do Lote 298	31 099,60 €
Quinta da Pomba - 2.º andar posterior esquerdo destinado a habitação correspondente à fracção H do Lote 298	40 691,35 €
Quinta da Pomba - 3.º andar direito destinado a habitação correspondente à fracção G do Lote 303	30 257,15 €
Quinta da Pomba - 3.º andar direito destinado a habitação correspondente à fracção H do Lote 303	30 378,95 €
Quinta da Pomba - 3.º andar direito destinado a habitação correspondente à fracção J do Lote 301	30 703,75 €

ANEXO 3

Quinta da Pomba - 3.º andar direito destinado a habitação correspondente à fracção J do Lote 302	30 703,75 €
Quinta da Pomba - 3.º andar direito destinado a habitação correspondente à fracção M do Lote 294	41 371,40 €
Quinta da Pomba - 3.º andar direito destinado a habitação correspondente à fracção M do Lote 295	41 371,40 €
Quinta da Pomba - 3.º andar esquerdo destinado a habitação correspondente à fracção J do Lote 294	30 703,75 €
Quinta da Pomba - 3.º andar esquerdo destinado a habitação correspondente à fracção J do Lote 295	30 703,75 €
Quinta da Pomba - 3.º andar esquerdo destinado a habitação correspondente à fracção L do Lote 301	41 371,40 €
Quinta da Pomba - 3.º andar esquerdo destinado a habitação correspondente à fracção L do Lote 302	41 371,40 €
Quinta da Pomba - 3.º andar frente destinado a habitação correspondente à fracção L do Lote 294	39 371,85 €
Quinta da Pomba - 3.º andar frente destinado a habitação correspondente à fracção L do Lote 295	39 371,85 €
Quinta da Pomba - 3.º andar frente destinado a habitação correspondente à fracção M do Lote 301	39 371,85 €
Quinta da Pomba - 3.º andar frente destinado a habitação correspondente à fracção M do Lote 302	39 371,85 €
Quinta da Pomba - Rés-do-chão destinado a habitação correspondente à fracção C do Lote 298	36 357,24 €
Quinta da Pomba - Rés-do-chão direito destinado a habitação correspondente à fracção B do Lote 303	23 243,50 €
Quinta da Pomba - Rés-do-chão direito destinado a habitação correspondente à fracção B do Lote 305	40 792,85 €
Quinta da Pomba - Rés-do-chão direito destinado a habitação correspondente à fracção B do Lote 306	33 028,10 €
Quinta da Pomba - Rés-do-chão direito destinado a habitação correspondente à fracção C do Lote 299	32 703,80 €
Quinta da Pomba - Rés-do-chão direito destinado a habitação correspondente à fracção C do Lote 300	47 918,15 €
Quinta da Pomba - Rés-do-chão direito destinado a habitação correspondente à fracção C do Lote 304	21 386,05 €
Quinta da Pomba - Rés-do-chão esquedo destinado a habitação correspondente à fracção A do Lote 305	40 843,60 €
Quinta da Pomba - Rés-do-chão esquerdo destinado a habitação correspondente à fracção A do Lote 298	103 112,55 €
Quinta da Pomba - Rés-do-chão esquerdo destinado a habitação correspondente à fracção A do Lote 300	27 536,95 €
Quinta da Pomba - Rés-do-chão esquerdo destinado a habitação correspondente à fracção A do Lote 303	32 571,35 €
Quinta da Pomba - Rés-do-chão esquerdo destinado a habitação correspondente à fracção A do Lote 304	31 525,90 €
Quinta da Pomba - Rés-do-chão esquerdo destinado a habitação correspondente à fracção A do Lote 306	44 264,15 €
Quinta da Pomba - Rés-do-chão esquerdo frente destinado a habitação correspondente à fracção A do Lote 299	23 639,35 €
Quinta da Pomba - Rés-do-chão esquerdo posterior destinado a habitação correspondente à fracção B do Lote 298	36 346,81 €
Quinta da Pomba - Rés-do-chão esquerdo posterior destinado a habitação correspondente à fracção B do Lote 299	21 832,65 €
Quinta da Pomba - Rés-do-chão esquerdo posterior destinado a habitação correspondente à fracção B do Lote 300	23 954,00 €
Quinta da Pomba - Rés-do-chão posterior destinado a habitação correspondente à fracção B do Lote 304	43 584,10 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 2.º andar - Fracção AA	55 840,36 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 2.º andar - Fracção AB	48 232,50 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 2.º andar - Fracção AC	56 900,13 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 2.º andar - Fracção O	57 948,98 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 2.º andar - Fracção P	49 034,65 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 2.º andar - Fracção Q	49 034,65 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 2.º andar - Fracção S	57 948,98 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 2.º andar - Fracção T	49 034,65 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 2.º andar - Fracção U	57 948,98 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 2.º andar - Fracção V	57 948,98 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 2.º andar - Fracção X	57 948,98 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 2.º andar - Fracção Z	57 948,98 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 4.º andar - Fracção A	46 278,43 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 4.º andar - Fracção B	46 630,14 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 4.º andar - Fracção C	45 570,36 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 4.º andar - Fracção D	45 570,36 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 4.º andar - Fracção E	46 630,14 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 4.º andar - Fracção G	46 630,14 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 4.º andar - Fracção H	46 630,14 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 4.º andar - Fracção I	46 630,14 €

ANEXO 3

Rua José Branquinho - Bloco A - 4.º andar - Fracção J	46 630,14 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 4.º andar - Fracção L	45 570,36 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 4.º andar - Fracção M	45 570,36 €
Rua José Branquinho - Bloco A - 4.º andar - Fracção N	46 630,14 €
Rua José Branquinho - Bloco A - R/chão - Fracção AD	65 323,70 €
Rua José Branquinho - Bloco A - R/chão - Fracção AE	62 428,44 €
Rua José Branquinho - Bloco A - R/chão - Fracção AF	65 323,70 €
Rua José Branquinho - Bloco A - R/chão - Fracção AG	64 382,84 €
Rua José Branquinho - Bloco A - R/chão - Fracção AH	77 440,12 €
Rua José Branquinho - Bloco B - 2.º Andar - Fracção AA	57 511,90 €
Rua José Branquinho - Bloco B - 2.º Andar - Fracção AC	57 948,98 €
Rua José Branquinho - Bloco B - 2.º Andar - Fracção O	57 948,98 €
Rua José Branquinho - Bloco B - 2.º Andar - Fracção Q	57 948,98 €
Rua José Branquinho - Bloco B - 2.º Andar - Fracção R	57 948,98 €
Rua José Branquinho - Bloco B - 2.º Andar - Fracção S	57 948,98 €
Rua José Branquinho - Bloco B - 2.º Andar - Fracção U	57 948,98 €
Rua José Branquinho - Bloco B - 2.º Andar - Fracção V	57 948,98 €
Rua José Branquinho - Bloco B - 2.º Andar - Fracção X	57 948,98 €
Rua José Branquinho - Bloco B - 2.º Andar - Fracção Z	57 948,98 €
Rua José Branquinho - Bloco B - 4.º Andar - Fracção A	44 706,17 €
Rua José Branquinho - Bloco B - 4.º Andar - Fracção D	45 045,93 €
Rua José Branquinho - Bloco B - 4.º Andar - Fracção E	45 045,93 €
Rua José Branquinho - Bloco B - 4.º Andar - Fracção F	44 706,17 €
Rua José Branquinho - Bloco B - 4.º Andar - Fracção G	45 045,93 €
Rua José Branquinho - Bloco B - 4.º Andar - Fracção H	45 045,93 €
Rua José Branquinho - Bloco B - 4.º Andar - Fracção I	45 045,93 €
Rua José Branquinho - Bloco B - 4.º Andar - Fracção J	45 045,93 €
Rua José Branquinho - Bloco B - 4.º Andar - Fracção L	45 045,93 €
Rua José Branquinho - Bloco B - 4.º Andar - Fracção N	45 045,93 €
Rua José Branquinho - Bloco B - R/chão - Fracção AD	64 831,00 €
Rua José Branquinho - Bloco B - R/chão - Fracção AE	61 957,58 €
Rua José Branquinho - Bloco B - R/chão - Fracção AF	64 831,00 €
Rua José Branquinho - Bloco B - R/chão - Fracção AH	76 856,02 €
Rua José Branquinho - Bloco B - Rés-do-chão - Loja n.º 3 - Fracção AM	33 903,67 €
Rua José Branquinho - Bloco C - 1.º Andar - Fracção AI (Loja ou Arrumos)	43 025,29 €
Rua José Branquinho - Bloco C - 2.º Andar - Fracção AA	55 840,36 €
Rua José Branquinho - Bloco C - 2.º Andar - Fracção AC	56 470,96 €
Rua José Branquinho - Bloco C - 2.º Andar - Fracção O	57 511,90 €
Rua José Branquinho - Bloco C - 2.º Andar - Fracção P	57 511,90 €
Rua José Branquinho - Bloco C - 2.º Andar - Fracção Q	55 840,36 €
Rua José Branquinho - Bloco C - 2.º Andar - Fracção R	55 419,17 €
Rua José Branquinho - Bloco C - 2.º Andar - Fracção S	52 881,50 €
Rua José Branquinho - Bloco C - 2.º Andar - Fracção T	57 511,90 €
Rua José Branquinho - Bloco C - 2.º Andar - Fracção U	57 511,90 €
Rua José Branquinho - Bloco C - 2.º Andar - Fracção V	57 511,90 €
Rua José Branquinho - Bloco C - 2.º Andar - Fracção Z	57 948,98 €
Rua José Branquinho - Bloco C - 4.º Andar - Fracção C	45 226,64 €
Rua José Branquinho - Bloco C - 4.º Andar - Fracção D	45 226,64 €
Rua José Branquinho - Bloco C - 4.º Andar - Fracção E	46 278,43 €

ANEXO 3

Rua José Branquinho - Bloco C - 4.º Andar - Fracção F	46 278,43 €
Rua José Branquinho - Bloco C - 4.º Andar - Fracção G	43 107,05 €
Rua José Branquinho - Bloco C - 4.º Andar - Fracção H	46 278,43 €
Rua José Branquinho - Bloco C - 4.º Andar - Fracção I	46 278,43 €
Rua José Branquinho - Bloco C - 4.º Andar - Fracção J	46 278,43 €
Rua José Branquinho - Bloco C - R/Chão - Fracção AD	64 831,00 €
Rua José Branquinho - Bloco C - R/Chão - Fracção AE	61 957,58 €
Rua José Branquinho - Bloco C - R/Chão - Fracção AF	64 831,00 €
Rua José Branquinho - Bloco C - R/Chão - Fracção AH	77 440,12 €
Rua José Branquinho - Bloco D - 2.º andar - Fracção AA	53 046,82 €
Rua José Branquinho - Bloco D - R/chão - Fracção BD	4 442,19 €
Rua José Branquinho - Bloco E - 1.º andar - Loja 1 - Fracção AJ	3 126,20 €
Rua José Branquinho - Bloco E - 2.º andar - Fracção AA	52 050,44 €
Rua José Branquinho - Bloco E - 4.º andar - Fracção N	52 050,44 €
Rua José Branquinho - Bloco F - 1.º andar - Fracção L	57 800,38 €
Rua José Branquinho - Bloco F - 1.º andar - Fracção M	57 800,38 €
Rua José Branquinho - Bloco F - 1.º andar - Fracção N	57 800,38 €
Rua José Branquinho - Bloco F - 3.º andar - Fracção E	57 800,38 €
Rua José Branquinho - Bloco F - 3.º andar - Fracção H	57 800,38 €
Bairro 1.º de Maio - 1.º Andar Direito - Fracção "D" do Bloco A, Prédio 5	32 693,15 €
Outros Bens não discriminados	104 591,32 €
	14 500 000,00 €

RAMO DE SEGURO: MAQUINAS - CASCO					
Quantidade	**Marca**	**Modelo Versão**	**Descrição do tipo de máquina**	**Ano Construção**	**Capital a Segurar**
2	Glutton	2411 Elétrico	Aspiradores Urbanos	2015	40 528,60 €

Listagem das Instalaçoes Desportivas, Culturais e Recreativas e dos Parques Infantis	
	Polidesportivo Adaptado Fontelo
	3 Pavilhões Desportivos (Pavilhão Cidade de Viseu, Pavilhão Escola Secundária Viriato, Pavilhão do Fontelo)
	Piscinas Municipais do Fontelo
	Estádio Municipal do Fontelo
	Campo José Alves Madeira com anexo para Rugby
	Campo de Futebol de 7
	Campo de Futebol de 5
	Campo/Zona de Lançamentos
	2 Campos de Ténis
	Campos de Desportos de Praia (1 futebol + 1 voleibol)
	Campo da Quinta da Cruz
	Complexo Desportivo de Ranhados (1 Campo Futebol 11, 1 Campo de Futebol 9, 1 Campo de Futebol 7, 1 Polidesportivo
	Rede Municipal de Percursos Pedestres
	80 Parques Geriátricos - Circuitos Gerações Ativas
	Polidesportivos
	Campos de Basquetebol Parque Urbano de Santiago
	Parque de lazer Mata do Fontelo
	Pavilhão Multiusos
	Parque de lazer Aquilino Ribeiro
PI 01	Parque Infantil de Sto Estevao
PI 02	Parque Infantil Vila Chã do Monte – Torredeita
PI 06	Parque Infantil Cavernães (R. Principal)_PI 6
PI 08	Parque Infantil de Marzovelos - Viseu
PI 100	Parque Infantil de Santiago
PI 102	Parque infantil do Centro Escolar Arnaldo Malho - Rio de Loba
PI 106	Parque Infantil do C. Escolar Rolando Oliveira - Abraveses

Anexo 5

PI 107	Radial de Santiago – Slide – 107
PI 11	PI Aquilino Ribeiro
PI 110	Parque Infantil das Termas de Alcafache - S. J. Lourosa
PI 115	Parque Infantil de Bodiosa
PI 116	Parque Infantil do Bairro De Figueiró - S. Cipriano
PI 120	Parque Infantilda Escola de S. João Lourosa
PI 122	Parque Infantil a Colina Verde
PI 125	Parque Infantil Mestre Arnaldo Malho (Centro Escolar Rio de Loba)
PI 15	Parque Infantil de Nogueira de Côta
PI 16	Parque Infantil de Mosteirinho - C. de Baixo - PI 16
PI 18	Parque Infantil de Prime – Fragosela
PI 21	Parque Infantil de Mundão
PI 24	Parque Infantil da Quinta da Pomba - Ranhados
PI 26	Parque Infantil Largo 27 de Dezº - Ranhados
PI 27	Parque Infantil do Viso Sul – Ranhados
PI 28	Parque Infantil da Vilabeira - Repeses
PI 31	PI Mata do Fontelo
PI 32	Parque Infantil de Couto de Baixo (junto á Igreja)
PI 34	Parque Infantil de Travassos – Barreiros
PI 35	Parque Infantil Largo de S. Pedro - Esculca – São José - Viseu
PI 36	Parque Infantil da Qtª. da Longra – São José
PI 37	PI do Bairro Social de Paradinha
PI 40	Parque Infantil Largo do Arvoredo – Torredeita
PI 42	Parque Infantil de Pascoal - Abraveses - PI 42
PI 44	Parque Infantil de Travassós de Baixo – Rio de Loba
PI 45	Parque Infantil do 1º CEB de Cavernães
PI 46	Parque Infantil Alagoa – Ranhados - PI 46
PI 47	Parque Infantil de Gumirães – Stª. Maria - Viseu
PI 48	Parque Infantil São João da Carreira – Santa Maria - Viseu
PI 50	Parque Infantil de Repeses - Rua do Clube
PI 51	Parque Infantil de Quinta das Lameiras – Rio de Loba

Anexo 5

PI 52	Parque Infantil do Alto Viso – Stª. Maria - Viseu
PI 63	Parque Infantil de Farminhao
PI 64	Parque Infantil de Carqueijal – Torredeita
PI 65	Parque Infantil do Lotea. Jorge Costa Gomes - Repeses
PI 66	Parque Infantil "Urbanização Fontelo" – Stª. Maria
PI 67	Parque Infantil junto ao Campo de Futebol - Vila Cha de Sá
PI 71	Parque Infantil do Bairro da Barrosa - Abraveses
PI 72	Parque Infantil de Cabanões - Bº. da Misericordia - Ranhados
PI 76	Parque Infantil Lg S. Bartolomeu – Loureiro de Silgueiros - PI 76
PI 77	Parque Infantil Lg Major Marques – Passos de Silgueiros - PI 77
PI 78	Parque Infantil Jardim da Qtª. do Grilo – Stª. Maria - PI 78
PI 79	Parque Infantil Bº. Nª. Srª. Fatima – Campo - PI 79
PI 80	Parque Infantil da Cumieira - Campo
PI 81	Parque Infantil de Magarelas – Torredeita
PI 82	Parque Infantil J. A. Seixas - Campo
PI 83	Parque Infantil de Santos Evos
PI 84	Parque Infantil Viriato II
PI 85	Parque Infantil Quinta da Falorca – Mundão -PI 85
PI 92	Parque Infantil do Catavejo - Mundão
PI 95	PI Quinta do Lava Mãos.
PI 96	Parque Infantil de Vildemoinhos
PI 97	Parque Infantil de São Salvador
PI 98	Parque Infantil 1º. CEB de Moselos - Campo
PI113	Parque Infantil da Escola Aquilino Ribeiro
PSK 112	Parque de Skate do Fontelo _ PI - 112
EJR 74	PI Viriato I
PI 126	PI da Escola de Casal de Esporão
PI 127	PI da Escola de Paradinha

Anexo 5

Anexo 6

Atividades Temporárias

Actividade / Acontecimento / Evento	Duração (dias)	Número Participantes	OBS
Projeto Atividade Sénior	Janeiro a Dezembro	aproximadamente 2600	O programa contempla duas a quatro aulas por semana de atividades regulares, acrescentando as atividades complementares (como exemplo de atividades: yoga, atletismo, dança, boccia, etc.) e algumas atividades pontuais ao longo do programa. As atividades regulares são, essencialmente, aulas de treino multicomponente, hidroginástica, dança, caminhadas, entre outras.
Percursos Ativos	Anual - previsão de 30 percursos/ano	100 por atividade	O projeto contempla a realização de percursos de caminhada e/ou bicicleta de forma não competitiva
Manhãs Ativas	Maio a julho (prefencialmente fins de semana)	100 por atividade	O projeto contempla a realização de multi-atividades de fitness / wellness e atividades para crianças.
Fittness Welcome Summer	1 dia	500	Projeto contempla a realização de atividades de fitness.
Viseu XMAS RUN	1 dia	500	O projeto contempla a realização de uma caminhada e corrida urbana com, respectivamente, 5Kme 10Km.
Semana da Atividade Física	7 dias	500	Programa de multiatividades, contemplando uma caminhada e corrida urbana.
Semana do Brincar	3 dia	500	Programa de multiatividades desportivas direcionadas para as crianças, sendo, o dia da bicicleta o dia da criança e o dia do brincar
Saúde Ativa	Anual	100	Programa de promoção do exercício físico, de forma orientada e não competitiva, direcionado para o segmento adulto, como forma de intervenção na melhoria da capacidade funcional e dos níveis de atividade física para particpantes com determinadas patologias.
@TIWO	Anual	100	Projeto de promoção da Atividade Física para os trabalhadores do Município de Viseu, incluindo SMAS, Habisolvis, SRU, Viseu Marca e demais entidades associadas ao Município
Férias Ativas	Julho e Agosto	250	Projeto de promoção de campos de férias, com forte enfoque na promoção da atividade física e desportiva, para crianças e jovens do concelho de Viseu durante os meses de julho e agosto
Viseu Trail Running	1 dia	700	Corrida - Trail Longo, Trail Curto, Mini-Trail e Caminhada.
Viseu Natal	40	75000	UOPE
Semana Santa	15	5000	UOPE
Festival de Teatro de Viseu	30	10000	UOPE
Comemorações: Dia Mundial do Teatro	1	250	UOPE
Comemorações: Dia Internacional da Dança	1	250	UOPE
Comemorações: Dia Mundial da Música	1	250	UOPE
Festa das Freguesias	3	7500	UOPE
Desfile das Marchas dos Santos Populares	1	10000	UOPE
Concertos de Final de Ano Letivo	3	3000	UOPE
Gala Viva a Vida	1	?	UOPE
Roteiros	6	72	MAM | CÇ |I KA
Roteiros José Coelho	12	180	PAV/MHC |I KA
Viseu Sabe Bem	8	10000	
Tertúlias - Conversas Memoráveis	6	80	CR
Mostra de Doçaria Tradicional (evento anual)	1	200	CR
Workshops	182	2900	MAM | CÇ | MQ | ML | QCI KA
Workshops: Técnicas e Ofícios	6	100	CR
Oficinas	247	4540	PAV/MHC |MAM | CÇ|MQ | QC I KA
Oficinas ludico-pedagógicas	96	2000	CR
Visitas guiadas	428	8300	PAV/MHC |MAM | CÇ|MQ | ML | CR | BMDMS | QCI KA
Aniversário do Museu do Linho	1	200	ML |
Inauguração / Exposições	336	7575	PAV/MHC |MAM | CÇ|MQ | ML | CR | BMDMS | QC I KA
Programa anual/ famílias - Dia dos Museus/Jornadas do Património	17	2150	MAM | CÇ | ML | QC|KA
Dia da Arqueologia	1	50	PAV/MHC |

Anexo 6

Laboratórios do Património	30	500	PAV/MHC |
Conferencias	45	1490	PAV/MHC |MAM | CÇ|MQ |QC|KA
Rotas do Linho e do Milho	14	950	ML |
Dinâmica EN2	2	300	ML |
Feira dos Minerais	3	1500	MQ
Eventos Museus	54	1175	PAV/MHC |MAM | CÇ | MQI KA
Datas comemorativas	6	500	ML |
Formações / Cursos	20	1000	ML |
Outras Atividades Museus	35	500	PAV/MHC |MAM | CÇ|KA
Outras Atividades de Leitura	20	1600	BMDMS
Ações Pontuais	40	50200	UOPE | PAV/MHC |KA
Horas do Conto	50	3000	BMDMS
Apresentação de livros/Conferências e Palestras	25	1900	BMDMS
Oficinas de Promoção da Leitura	50	2500	BMDMS
Atividades teatro/música	20	1500	BMDMS
Parceria Viseu Cultura	5	800	QC
Residências Artísticas	4	1000	QC
Projeto EDUCARTE	6	2000	QC
Viseu Doce	3	3000	TURISMO |

Locais:
UOPU: Programas e Quipamentos
PAV: Polo Arqueológico de Viseu - Casa do Miradouro
MHC: Museu de História da Cidade
MAM: Museu Almeida Moreira
CÇ: Casa da Calçada
MQ: Museu do Quartzo
ML: Museu do Linho
CR: Casa da Ribeira
QC: Quinta da Cruz
BMDMS: Biblioteca Municipal Dom Miguel da Silva

Anexo 7

Programas de Voluntariado		
ESTIMATIVA ANUAL VOLUNTÁRIOS		
DESIGNAÇÃO	**Nº**	**ACTIVIDADES A DESEMPENHAR**
VOLUNTÁRIOS	4	Colaboração em atividades organizadas pelo Município
COMISSÁRIOS da C.P.C.J.	6	Exercício das funções previstas nas alíneas h), i), j), l) e m) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei da Proteção e Crianças e Jovens em Risco, aprovada pela Lei n.º 47/99, de 1 de setembro, que foi alterada e republicada pela Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro

Anexo 7

Utentes De Instalações	
Indicação dos principais espaços/instalações desportivas, culturais e recreativas Municipais	**Estimativa N.º Médio Anual Utentes**
Pavilhão Cidade de Viseu	800
Pavilhão Desportivo do Fontelo	400
Pavilhão Desportivo Viriato	200
Pavilhão Multiusos de Viseu	100
Campo 1.º Maio	600
Campo Futebol de 5	300
Campo Futebol de 7	400
Campos de Desportos de Praia	200
Polidesportivo Adaptado	50
Campos de Ténis	200
Zona de Lançamentos	50
Estádio Municipal do Fontelo	150
Campo Alves Madeira	100
Campo Alves Madeira - Anexo Rugby	50
Skate Park	100
Campo de Futebol da Quinta da Cruz	400
Piscinas Municipais de Viseu	1200
Instalações Desportivas do Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique	400
Instalações Desportivas do Agrupamento de Escolas Grão Vasco	200
Instalações Desportivas do Agrupamento de Escolas do Viso	250

Anexo 8

Instalações Desportivas do Agrupamento de Escolas de Mundão	250
Instalações Desportivas do Agrupamento de Escolas Viseu Norte	300
Espaço Juventude - Sala Pórtico do Fontelo	100
Rede Municipal de Percursos Pedestres (Concelho de Viseu)	200
Circuitos Gerações Ativas do Concelho de Viseu	200
Polidesportivos do Concelho de Viseu	200
Recintos Desportivos do Parque Urbano de Santiago	150
Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva	10000
Museu Almeida Moreira	5000
Museu do Quartzo	7000
PAV - Museu de Historia da Cidade	7000
Quinta da Cruz	10000
PAV - Casa do Miradouro	7000
Casa da Ribeira	2500
Museu do Linho de Várzea de Calde	9000
Casa da Calçada	5000
Museu Keil do Amaral	5001

Anexo 9

Sinistralidade Municipio de Viseu

Ramo	2019			2020			até 03-08-2021			TOTAL		
	Nº Sinist	Indemnizações	Provisões	Nº Sinist	Indemnizações	Provisões	Nº Sinist	Indemnizações	Provisões	Nº Sinist	Indemnizações	Provisões
Ac. De Trabalho	7	21 028,46 €	0,00 €	7	6 493,27 €	0,00 €	3	10 667,58 €	0,00 €	17	38 189,31 €	0,00 €
Automóvel	0	0,00 €	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	14	2 505,03 €	6 008,61 €	14	2 505,03 €	6 008,61 €
Multirriscos	2	1 990,80 €	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	2	1 990,80 €	0,00 €
Responsabilidade Civil - Autarquia	35	42 669,26 €	7 346,80 €	17	7 146,33 €	8 516,34 €	9	3 404,11 €	15 541,36 €	61	53 219,70 €	31 404,50 €
Acidentes Pessoais - Bombeiros	0	0,00 €	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	6	3 715,97 €	0,00 €	6	3 715,97 €	0,00 €
Acidentes Pessoais - Utentes de Instalações Desportivas	0	0,00 €	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	3	1 058,57 €	0,00 €	3	1 058,57 €	0,00 €
	9	**23 019,26 €**	**0,00 €**	**7**	**6 493,27 €**	**8 516,34 €**	**35**	**13 172,61 €**	**21 549,97 €**	**33**	**42 685,14 €**	**6 008,61 €**

Anexo 9

Matricula	Marca/Modelo	C.C.	P.B.	Data Matricula	N.º Lug	Categoria	RC	Danos Próprios - FR/IRE/CCC	Franquia	AV	FN	AVA	PJ	OC	QIV
48-IG-54	Goupil G3S	0	1710	01/10/2009	2	Elétrico	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
---	DAEWOO	--	--	01/01/2018	1	Empilhador									
45-55-CA	FORD	2496	3500	01/06/1993	6	Ligeiro de Mercadorias	7 290 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
74-51-RN	FORD TRANSIT CHASS CABINE	2402	3500	01/04/2001	7	Ligeiro de Mercadorias	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
74-56-RN	FORD TRANSIT CHASS CABINE	2402	3500	01/04/2001	7	Ligeiro de Mercadorias	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
XN-96-69	RENAULT CLIO	1171	1265	01/11/1991	2	Ligeiro de Mercadorias	7 290 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
09-FS-76	LAND ROVER DEFENDER	2402	3500	01/05/2008	5	Ligeiro de Mercadorias	7 290 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
84-AE-43	FIAT STRADA	1910	1850	01/07/2005	2	Ligeiro de Mercadorias	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
84-AE-24	FIAT STRADA	1910	1850	01/07/2005	2	Ligeiro de Mercadorias	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
56-72-VM	RENAULT KANGOO EXPRESS	1461	1675	01/09/2003	2	Ligeiro de Mercadorias	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
36-96-VP	FIAT STRADA	1910	1850	01/10/2003	2	Ligeiro de Mercadorias	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
37-00-VP	FIAT STRADA	1910	1850	01/10/2003	2	Ligeiro de Mercadorias	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
05-15-LB	NISSAN TRADE	2953	3500	01/01/1998	7	Ligeiro de Mercadorias	7 290 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
JX-58-38	FORD TRANSIT 190 CC	2496	3500	01/01/1991	7	Ligeiro de Mercadorias	7 290 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
72-MO-08	Ford Transit 350E F C/C Dupla	2402	3500	29/12/2011	6	Ligeiro de Mercadorias	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
72-MO-09	Ford Transit 350E F C/C Dupla	2402	3500	29/12/2011	6	Ligeiro de Mercadorias	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
26-OJ-23	Mitsubishi L200 2.5 DI-D CD	2477	2630	01/03/2014	5	Ligeiro de Mercadorias	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
26-OJ-18	Mitsubishi L200 2.5 DI-D CD	2477	2630	01/03/2014	5	Ligeiro de Mercadorias	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
OB-73-75	FORD TRANSIT	2496	3500	26/06/1987		Ligeiro de Mercadorias	7 290 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
45-22-GB	VW VENTO	1390	1510	01/12/1995	5	Ligeiro de Passageiros	7 290 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
87-44-MS	RENAULT MEGANE	1390	1600	01/04/1999	5	Ligeiro de Passageiros	7 290 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
94-21-CA	FORD	1119	1275	01/06/1993	5	Ligeiro de Passageiros	7 290 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
89-98-VH	RENAULT CLIO II	1149	1440	01/07/2003	5	Ligeiro de Passageiros	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
36-77-JR	OPEL CORSA B	973	1390	01/03/1998	5	Ligeiro de Passageiros	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
39-22-NA	RENAULT CLIO II	1149	1440	01/03/1999	5	Ligeiro de Passageiros	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
RB-36-50	RENAULT EXPRESS	1108	1315	01/12/1988	5	Ligeiro de Passageiros	7 290 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
36-15-TV	RENAULT CLIO	1149	1440	01/07/2002	5	Ligeiro de Passageiros	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
36-14-TV	RENAULT CLIO	1149	1440	01/07/2002	5	Ligeiro de Passageiros	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
36-13-TV	RENAULT CLIO	1149	1440	01/07/2002	5	Ligeiro de Passageiros	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
76-30-MB	RENAULT CLIO II	1149	1440	01/10/1998	5	Ligeiro de Passageiros	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
24-IE-63	Chevrolet Aveo 1.2L 5P	1206	1503	15/09/2009	5	Ligeiro de Passageiros	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
80-IG-82	Chevrolet Aveo 1.2L 5P	1206	1503	14/10/2009	5	Ligeiro de Passageiros	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
78-AL-50	RENAULT KANGOO EXPRESS	1149	1570	01/10/2005	5	Ligeiro de Passageiros	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
88-25-OI	LAND ROVER DEFENDER	2495	2550	01/11/1999	6	Ligeiro de Passageiros	7 290 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
FD-80-24	RENAULT 4 GTL	1108	1090	01/11/1983	5	Ligeiro de Passageiros	7 290 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
47-40-LR	RENAULT CLIO II	1149	1440	01/08/1998	5	Ligeiro de Passageiros	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
34-75-IE	NISSAN PICK UP	2494	2570	01/03/1997	5	Ligeiro Misto	7 290 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
83-55-IS	NISSAN PICK UP	2494	2570	01/07/1997	5	Ligeiro Misto	7 290 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
GX-89-80	FORD TRANSIT 100	2496	2600	01/12/1990	9	Ligeiro Misto	7 290 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
43-75-UG	RENAUL TRAFIC	1870	2760	01/11/2002	9	Ligeiro Misto	50 000 000,00 €					✓	✓	✓	1 000,00 €
77-OP-97	Flexian Hank 2/20					Reboque	50 000 000,00 €								
38-PB-39	Rioned HD100					Reboque	50 000 000,00 €								
23-PH-27	Masterfluid					Reboque	50 000 000,00 €								

AV-41868	Trop Trailler					Reboque	50 000 000,00 €									
17-OF-47	Atlas Copco XA66					Reboque	50 000 000,00 €									
46-NN-44	NEWHOLLAND	3995	8400	01/04/2000	1	Retroescavadora	7 290 000,00 €									
---	CASE	--	--	01/01/2018	1	Retroescavadora	7 290 000,00 €									
Av-57779	Top Trailler	--	--	12/11/2018		Reboque	50 000 000,00 €									
AB-71-JQ	Nissan LEAF	501	1995	26/06/2020	5	Ligeiro de Passageiros	50 000 000,00 €	31 130,00 €	0,00 €	✓	✓	✓	✓	✓	2 000,00 €
AB-66-JQ	Nissan LEAF	501	1995	26/06/2020	5	Ligeiro de Passageiros	50 000 000,00 €	31 130,00 €	0,00 €	✓	✓	✓	✓	✓	2 000,00 €
AB-43-JQ	Nissan LEAF	501	1995	26/06/2020	5	Ligeiro de Passageiros	50 000 000,00 €	31 130,00 €	0,00 €	✓	✓	✓	✓	✓	2 000,00 €
novo	Nissan navarra	2300	3035	Previsão de entrega Set_2021	5	Ligeiro de Mercadorias	50 000 000,00 €	29 996,92 €	0,00 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000,00 €
novo	Nissan navarra	2300	3035	Previsão de entrega Set_2021	5	Ligeiro de Mercadorias	50 000 000,00 €	29 996,92 €	0,00 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000,00 €
novo	Izusu D-Max 4x4 L Work	1898	3100	Previsão de entrega Nov_2021	2	Ligeiro de Mercadorias	50 000 000,00 €	21 463,41 €	0,00 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000,00 €
novo	Izusu D-Max 4x4 L Work	1898	3100	Previsão de entrega Nov_2021	2	Ligeiro de Mercadorias	50 000 000,00 €	21 463,41 €	0,00 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000,00 €
novo	Izusu D-Max 4x4 L Work	1898	3100	Previsão de entrega Nov_2021	2	Ligeiro de Mercadorias	50 000 000,00 €	21 463,41 €	0,00 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000,00 €
novo	Fiat Fiorino SX 1.3 Diesel	1248	1700	Previsão de entrega Nov_2021	2	Ligeiro de Mercadorias	50 000 000,00 €	12 270,00 €	0,00 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000,00 €
novo	Fiat Fiorino SX 1.3 Diesel	1248	1700	Previsão de entrega Nov_2021	2	Ligeiro de Mercadorias	50 000 000,00 €	12 270,00 €	0,00 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000,00 €
novo	Fiat Fiorino SX 1.3 Diesel	1248	1700	Previsão de entrega Nov_2021	2	Ligeiro de Mercadorias	50 000 000,00 €	12 270,00 €	0,00 €	✓	✓	✓	✓	✓	1 000,00 €

RC	**Responsabilidade Civil**
AVA	**Assistência em Viagem**
FR	**Furto ou Roubo**
IRE	**Incendio, Raio Ou Explosão**
CCC	**Choque, Colisão e Capotamento**
AV	**Atos Vandalismo**
FN	**Fenomenos da Natureza**
PJ	**Protecção Jurídica**
QIV	**Quebra Isoldada de Vidros**
OC	**Ocupantes**
PB	**Peso Bruto**
CC	**Cilindrada**

Anexo 12

INSTALAÇÃO	ANO (Contabilidade)	Valores disponíveis no SIC	
		Bem Imóvel	Bens Móveis
Sede dos SMAS (obras executadas no interior do edifício)	2001	288 290,42 €	671 836,83 €
Edifício das Oficinas e Armazém do Viso		662 324,03 €	374 505,48 €
Quarta Célula do Reservatório do Viso e Adução de água a zona Baixa da Cidade - 2008	2008	1 143 477,68 €	
Ampliação Reservatório Viso Nova Cond. Distribuição 1ª F- 2004	2004	754 467,47 €	
Estação Sobpressão Viso		92 885,59 €	140 726,30 €
Arranjos do espaço exterior às Oficinas do Viso	2012	55 389,48 €	8 510,97 €
Sistema de Telegestão da Rede de Água do Concelho de Viseu		1 343 773,46 €	552 528,86 €
ETA de Fagilde (Reparação e 2ª ampliação)		3 854 194,76 €	418 417,71 €
ETA da Maeira		82 957,93 €	199 807,77 €
Ampliação da ETA da Maeira - 2009	2009	17 512,70 €	
ETA da Muna		2 490,00 €	33 763,60 €
ETA de Vale de Fachas	2008	4 367,39 €	22 238,96 €
ETA de Calde	2009	248 112,97 €	14 807,60 €
Estação Elevatória de Água de Prime (Reparação total)	2008	271 457,64 €	35 532,77 €
Reservatório de uma célula rectangular de Bodiosa-à-Nova		632,72 €	
Reservatório de duas células rectangulares de Oliveira de Baixo		2 008,92 €	
Reservatório de uma célula rectangular de Oliveira de Cima		632,71 €	
Reservatório de uma célula rectangular de Travanca		632,71 €	
Ampliação do Reservatório de Bassar - 2008	2008	310 059,70 €	
Reservatório de duas células rectangulares do Bairro Norad		632,72 €	
Reservatório de quatro células rectangulares de Moselos		5 364,16 €	
Reservatório de duas células circulares de Mortório		632,72 €	
Ampliação do Reservatório do Mortório - 2008	2008	115 509,73 €	
Reservatório de uma célula rectangular de Cepões		632,72 €	
Reservatório de duas células rectangulares de Aviuges		632,72 €	
Reservatório de duas células rectangulares de Sortes		7 182,72 €	
Reservatório de duas células rectangulares de Sanguinhedo		632,72 €	
Reservatório de uma célula rectangular de Couto de Cima		1 377,62 €	
Reservatório de duas células rectangulares de Dade		632,72 €	
Reservatório de duas células rectangulares de S. Cosmado		1 416,34 €	
Reservatório de uma célula rectangular de Fail		632,72 €	

Anexo 12

INSTALAÇÃO	ANO (Contabilidade)	Valores disponíveis no SIC	
		Bem Imóvel	Bens Móveis
Reservatório de uma célula elevada do P.I.C.		9 047,46 €	
Reservatório de uma célula circular de Folgosa		632,72 €	
Reservatório de uma célula circular de Paçô - Santo António		632,72 €	
Reservatório de duas células rectangulares de Silgueiros		632,72 €	
Novo reservatório de Mundão	2012	418 547,58 €	
Reservatório de uma célula rectangular de Santarinho		632,72 €	
Reservatório de uma célula elevada de Cabril		632,72 €	
Reservatório de uma célula rectangular de Vila Corça		632,72 €	
Reservatório de duas células circulares de Ranhados		632,72 €	
Reservatório de duas células rectangulares de Casal de Ribafeita		632,72 €	
Reservatório de duas células rectangulares de Ribafeita		632,72 €	
Reservatório de duas células rectangulares de Lustosa		632,72 €	
Reservatório de uma célula rectangular de Pinheiro		632,72 €	
Reservatório de duas células rectangulares de Sernada		632,72 €	
Reservatório de uma célula rectangular de Chãos		632,72 €	
Reservatório de duas células circulares de S. João de Lourosa		6 112,52 €	
Reservatório de duas células rectangulares de Oliveira de Barreiros		632,72 €	
Reservatório de duas células circulares de Santiago		632,71 €	
Reservatório de uma célula rectangular de Barraca		1 994,08 €	
Reservatório de uma célula rectangular de Figueiredo		632,72 €	
Reservatório de uma célula rectangular de Outeiro		632,72 €	
Reservatório de duas células rectangulares de Torredeita - Nossa Senhora de Fátima		632,72 €	
Remodelação do reservatório do Arvoredo - Torredeita	2012	58 925,78 €	
Reservatório de uma célula circular de Vila Chã de Sá		12 124,87 €	
Reservatório de uma célula elevada de Repeses (Reparação)	2015	66 892,79 €	
Benef. Reservatórios existentes - 2ª Fase - 2002	2002	115 378,45 €	
Beneficiação Reservatórios Águas Existentes - 2009	2009	26 771,54 €	
Estações Elevatórias e Reservatórios - 1991	1991	5 381,74 €	
Estações Elevatórias e Reservatórios - 1992	1992	24 814,03 €	
Estações Elevatórias e Reservatórios - 1993	1993	9 334,89 €	
Execução de obras em Estações Elevatórias e Reservatórias até 1985	1985	812 445,52 €	

Anexo 12

INSTALAÇÃO	ANO (Contabilidade)	Valores disponíveis no SIC	
		Bem Imóvel	Bens Móveis
Execução de obras em Estações Elevatórias e Reservatórias - 1986	1986	19 460,73 €	
Execução de obras em Estações Elevatórias e Reservatórias - 1987	1987	264,44 €	
Execução de obras em Estações Elevatórias e Reservatórias - 1988	1988	795,92 €	
Execução de obras em Estações Elevatórias e Reservatórias - 1989	1989	5 627,35 €	
ETAR de Boaldeia		5 531,78 €	
ETAR de Travanca de Bodiosa		4 127,78 €	
ETAR de Bodiosa-a-Velha		1 971,70 €	
ETAR de Várzea de Calde	2012	107 625,00 €	
ETAR de Igreja		112 903,93 €	
ETAR de Jugueiros	2010	218 539,87 €	
ETAR Viseu Sul	2016	11 158 015,40 €	4 893 976,81 €
ETAR da Ponte do Farreco	2014	806 597,68 €	41 790,25 €
ETAR de Fragosela	2010	324 056,03 €	
ETAR de Casal Jusão		4 013,82 €	
ETAR de Passos de Silgueiros		4 042,14 €	
ETAR de Lages de Silgueiros		4 042,14 €	
ETAR de Póvoa de Sobrinhos		24 951,99 €	
ETAR de Corvos-à-Nogueira - Santos Evos	2012	107 996,29 €	
ETAR de Pinheiro - Santos Evos	2012	239 017,12 €	
ETAR do Parque Industrial de Coimbrões		30 013,08 €	5 101,97 €
ETAR de Teivas	2011	61 410,87 €	43 129,04 €
ETAR de Teivas - Colector emissário	2010	601 899,59 €	
ETAR de S. João de Lourosa		4 056,28 €	
ETAR de Póvoa de Moscoso		6 130,62 €	
ETAR Lourosa Baixo e Emissário Esgotos - 2004	2004	305 096,79 €	
ETAR de S. Salvador		19 458,43 €	
Ampliação ETAR de S.Salvador e emissário Esgotos-2002	2002	1 329 205,71 €	
Modificação Digestão Lamas ETAR S. Salvador - 2004	2004	432 559,17 €	
Ampliação ETAR de S.Salvador e Emissário Esgotos	2010	52 102,85 €	34 139,04 €
ETAR de Vila Chã de Sá	2011	220 836,74 €	1 179,44 €
ETAR de Repeses		4 460,44 €	
ETAR de Gumiei		229 321,50 €	

Anexo 12

INSTALAÇÃO	ANO (Contabilidade)	Valores disponíveis no SIC	
		Bem Imóvel	Bens Móveis
ETAR's diversas em 2003	2003	18 714,30 €	
ETAR's diversas - 2010	2010	34 652,82 €	
Estação elevatória de esgotos de Barbeita - Rio de Loba	2012	155 564,07 €	
Execução de obras em Estações de Tratamento e Elevação até 1985	1985	309 090,70 €	
Execução de obras em Estações de Tratamento e Elevação - 1986	1986	23 888,80 €	
Estações Tratamento e Elevação - 1990	1990	1 433,12 €	
Equipamentos Móveis registados em diversos Equipamentos de Água do Concelho (Reservatórios, Estações Elevatórias, etc.)			153 187,02 €
Equipamentos Móveis registados em diversos Equipamentos de Saneamento do Concelho (Reservatórios, Estações Elevatóriasde Esgoto, etc.)			240 093,78 €
Equipamentos Móveis registados na Rede de Fontanários do Concelho			33 210,84 €
Equipamentos Móveis registados nas diversas Fontes Ornamentais da Cidade			40 856,53 €
Stock do Economato (Existencias Valorizadas em 01/01/2021)			14 464,46 €
Stock do Armazém de Materiais (Existencias Valorizadas em 01/01/2021)			601 445,82 €
Outros Bens não discriminados inerentes à atividade dos SMAS Viseu		660 414,92 €	1 524 748,15 €
TOTAIS		**28 500 000,00 €**	**10 100 000,00 €**

Anexo 12

ETAR Nespereido
(não foi pedida licença utilização)

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR´s, vamos necessitar da seguinte informação **(por ETAR):**

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque;
  - Capacidade de cada tanque;
  - Material de construção de cada tanque;
  - Parede dupla (sim/não);
  - Idade de cada tanque
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento;
  - Local de descarga;
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade;
- Contiguidades

ETAR Ponte do Fareio

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR´s, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 1500 m3
  - Material de construção de cada tanque; Betão armado
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2014
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha de água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Baldios

ETAR Basal gueisão

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR´s, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 42 m³ x 2
  - Material de construção de cada tanque; Fibra
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2005
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Cultivo

ETAR Povoa de Calde

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR's, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; Lamas
  - Capacidade de cada tanque; 120 m^3
  - Material de construção de cada tanque; Betão armado
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2005
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Cultivo

ETAR Lages Silgueiros

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR's, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; $1840\ m^3 + 11100 m^3 + 4170\ m^3 + 3348 m^3$
  - Material de construção de cada tanque; Tela
  - Parede dupla (sim/não); Não
  - Idade de cada tanque 2000
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; Linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Cultivo

ETAR Passos Silgueiros

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR's, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 1872 m^3 + 7168 m^3 + 7680 m^3 + 2800 m^3
  - Material de construção de cada tanque; Tela
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 1999
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Cultivo

ETAR Vila Garça

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR's, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 120 m^3
  - Material de construção de cada tanque; betão armado
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2005
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Cultivo

ETAR Prime

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR's, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; Gasoleo
  - Capacidade de cada tanque; 42 m^3
  - Material de construção de cada tanque; Fibra
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2011
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Cultivo

ETAR São João Lourosa

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR´s, vamos necessitar da seguinte informação **(<u>por ETAR</u>)**:

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 150 m^3 x 2
  - Material de construção de cada tanque; betão armado
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2005
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; Linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Cultivo

ETAR Vilar de Ordem

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR's, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 120 m3
  - Material de construção de cada tanque; betão armado
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 1997
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Cultivo

ETAR do Carvalhal

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR's, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; $42\,m^3 \times 2 + 98\,m^3$
  - Material de construção de cada tanque;
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2013
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; Linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos cultivo

ETAR de Vouguinha

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR's, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 42 m^3
  - Material de construção de cada tanque; fibra
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2012
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terreno cultivo

ETAR Lustosa

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR´s, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 120 m^3
  - Material de construção de cada tanque; Betão armado
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2006
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; Linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terreno Cultivo

ETAR Vilar do Monte

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR's, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 70 m³ x 2
  - Material de construção de cada tanque; Fibra
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2013
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Cultivo

ETAR Pinheiro

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR´s, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; $98 m^3 + 380 m^3$
  - Material de construção de cada tanque; betão armado
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2011
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terreno cultivo

ETAR Igreja - Depósito

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR's, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 120 m3
  - Material de construção de cada tanque; betão armado
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2003
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terreno Cultivo

ETAR Ribafeita

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR's, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; Lamas
  - Capacidade de cada tanque; 120 m³
  - Material de construção de cada tanque; Betão armado
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2006
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; Linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terreno Cultivo

ETAR Sanguinhedo de Cima

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR's, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; $42\ m^3 \times 2$
  - Material de construção de cada tanque; Fibra
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2012
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Cultivo

ETAR de Cavernães

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR´s, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 120 m³
  - Material de construção de cada tanque; Betão armado
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 1999
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Cultivo

ETAR de Torredeita

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR´s, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 120 m³
  - Material de construção de cada tanque; Betão armado
  - Parede dupla (sim/não); Não
  - Idade de cada tanque 2004
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Cultivo

ETAR Gumiei / Baral Ribafeita

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR's, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 42 m^3
  - Material de construção de cada tanque; fibra
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2006
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Cultivo

ETAR Badiosa-a-Velha

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR's, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 42 m^3 x 2
  - Material de construção de cada tanque; Fibra
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2004
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Cultivo

ETAR Gonos à Nogueira

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR´s, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 42 m^3
  - Material de construção de cada tanque; Fibra
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2011
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Cultivo

ETAR Ponta Moscoso

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR's, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; Lamas
  - Capacidade de cada tanque; 42 m3
  - Material de construção de cada tanque; Fibra
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2007
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; Linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Cultivo

ETAR Varzea Calde

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR´s, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; Lamas
  - Capacidade de cada tanque; 120 m^3
  - Material de construção de cada tanque; Betão armado
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2005
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; Linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Cultivo

ETAR de Travanca

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR´s, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 120 m³
  - Material de construção de cada tanque; Betão armado
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 1998
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; Linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Particulares

ETAR Lourenço Silgueiros

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR´s, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 100 m^3
  - Material de construção de cada tanque; Betão armado
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 1999
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Cultivo

ETAR Queirela

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR's, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 120 m³
  - Material de construção de cada tanque; Betão armado
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2013
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terreno Cultivo

ETAR Boaldeia

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR´s, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 120 m^3
  - Material de construção de cada tanque; Betão armado
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2013
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; Linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terreno Cultivo

ETAR Balisque

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR's, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 70 m³ x 3
  - Material de construção de cada tanque; Fibra
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2007
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos agrícolas

ETAR Galifonge

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR´s, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; lamas
  - Capacidade de cada tanque; 120 m³
  - Material de construção de cada tanque; Betão armado
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2006
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terrenos Cultivos

ETAR Fragoseda

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR's, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; Lamas
  - Capacidade de cada tanque; 380 m³ x 2
  - Material de construção de cada tanque; Betão armado
  - Parede dupla (sim/não); não
  - Idade de cada tanque 2009
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terreno Cultivo

ETAR Dade

Para apresentarmos uma proposta para as ETAR's, vamos necessitar da seguinte informação (**por ETAR**):

- Lista de materiais armazenados, incluindo:
  - Quantidades armazenadas de cada material;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- No caso de existirem tanques subterrâneos:
  - Material armazenado em cada tanque; Lamas
  - Capacidade de cada tanque; 120 m^3
  - Material de construção de cada tanque; Betão armado
  - Parede dupla (sim/não); Não
  - Idade de cada tanque 2005
- Forma de gestão de águas residuais:
  - Sistemas de tratamento; Secundário
  - Local de descarga; Linha água
  - Confirmação de que os limites de descarga nunca foram ultrapassados;
- Forma de gestão de resíduos:
  - Quantidades armazenadas;
  - Forma de armazenamento (tipo de recipiente/contentor);
  - Sistemas de contenção secundária (p.e. bacias de retenção)
- Confirmação de ausência de sinistralidade; Sim
- Contiguidades Terreno Cultivo

ANEXO 13

Estação de Tratamento de Águas Residuais de Viseu Sul

MEMÓRIA DESCRITIVA

A "Estação de Tratamento de Águas Residuais de Viseu Sul" é uma estação de tratamento de águas residuais para 90 000 e.p., que dá satisfação aos requisitos de tratamento terciário, ou seja, incluiu também remoção de fósforo e de azoto além da desinfecção dos efluentes. Os investimentos e encargos com exploração serão significativos. Nessa situação, convém que a ETAR se localize mais a jusante, de forma a poder aumentar a bacia de atendimento e afastar-se da zona urbana de Viseu, em expansão. Esta ETAR deve vir a constituir um "modelo", no sentido de dispor de uma solução tecnicamente avançada, com preocupações acrescidas de eco-eficiência e de uso eficiente da água.

Foram elaborados os estudos de viabilidade para a ETAR de Viseu Sul, tendo a selecção de processos e esquema de tratamento reflectido a escolha da solução mais vantajosa do ponto de vista técnico, social, económico e ambiental.

A selecção de um dado processo de tratamento é, pois, função das eficiências de tratamento a atingir, calculadas tendo em conta as características das águas residuais brutas e os valores dos parâmetros pretendidos para os efluentes tratados. O estabelecimento destes parâmetros está relacionado com os objectivos de qualidade adoptados para o meio receptor.

A solução base prevista preconiza a construção de reactores biológicos com sistema de MBR ("Membrane bioreactor" em terminologia anglo-saxónica). A tecnologia MBR, funcionando adequadamente, resulta em efluentes de elevada qualidade, compatíveis com usos distintos de efluentes, por exemplo rega para agricultura, rega para campo de golf e limpeza urbana.

A construção da ETAR de Viseu Sul, acesso, emissários e desactivação das ETAR, urge ser implementada pois irá dar cumprimento à Directiva 91/271/CEE, não sendo viável dar cumprimento à referida Directiva na ETAR de S. Salvador, tendo sido considerada pelo Instituto da Água, I.P., uma das infra-estruturas prioritárias potencialmente candidatas a financiamento comunitário do POVT.

Dada a proximidade e dimensão dos aglomerados servidos pela ETAR de Viseu Sul, e dada a orografia local, a melhor opção do ponto de vista económico, ambiental e social é uma solução centralizada de saneamento. As freguesias abrangidas por esta

operação são: Abraveses, Campo, Coração de Jesus, Faíl, Fragosela, Mundão, Orgens, Ranhados, Repeses, Rio de Loba, S. Cipriano, parte da Freguesia de S. João de Lourosa, S. José, S. Salvador, Santa Maria e Vila Chã de Sá, todas no concelho de Viseu.

Estas freguesias estão dotadas de redes de drenagem de águas residuais domésticas, que drenam para estações de tratamento de águas residuais, cujo tratamento não dispõem de tratamento terciário, o que constitui por si só razão fundamental para a necessidade de implementação desta operação e que alicerça as atrás referidas.

Anexo 16

Sinistralidade SAMAS

Ramo	2019			2020			até 03-08-2021			TOTAL		
	Nº Sinist	Indemnizações	Provisões	Nº Sinist	Indemnizações	Provisões	Nº Sinist	Indemnizações	Provisões	Nº Sinist	Indemnizações	Provisões
Ac. De Trabalho	3	893,33 €	0,00 €	13	9 762,76 €	0,00 €	8	16 821,83 €	0,00 €	24	27 477,92 €	0,00 €
Responsabilidade Civil	21	35 177,76 €	14 357,40 €	24	42 225,49 €	9 104,01 €	21	22 733,33 €	29 738,13 €	66	100 136,58 €	53 199,54 €
Automóvel	0	0,00 €	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	10	479,70 €	0,00 €	10	479,70 €	0,00 €
Multirriscos	0	0,00 €	0,00 €	1	0,00 €	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €
	24	**36 071,09 €**	**14 357,40 €**	**38**	**51 988,25 €**	**9 104,01 €**	**39**	**40 034,86 €**	**29 738,13 €**	**100**	**128 094,20 €**	**53 199,54 €**

Anexo 16